



Instituto Politécnico de Portalegre

**Escola Superior de Educação e Ciências Sociais**

Dissertação de Mestrado em Média e Sociedade

## **Precariedade digital: o retrato das condições de trabalho nas redações dos jornais híbridos do Alentejo**

Mestrando: Carla Silva Aguiã

Orientadora: Professora Doutora Adriana Mello Guimarães

Novembro, 2024

Instituto Politécnico de Portalegre

**Escola Superior de Educação e Ciências Sociais**

Dissertação de Mestrado em Média e Sociedade

## **Precariedade digital: o retrato das condições de trabalho nas redações dos jornais híbridos do Alentejo**

### **Constituição do júri:**

**Presidente:** Professora Doutora Maria Elisabete da Silva Tomé Mendes

**Arguente:** Professor Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

**Orientadora:** Professora Doutora Adriana Mello Guimarães

Novembro, 2024

## Epígrafe

*Velho ou novo, em activo serviço ou na disponibilidade, o jornalista tem de ser da época em que escreve e exercer a sua profissão de conformidade com os progressos correntes no seu tempo. Em jornalismo, a escola antiga é escola morta! (Cunha, 1928)*

## **Agradecimentos**

Aos meus filhos, compreensivos com a dedicação da mãe à escola, pais e avós, que física e espiritualmente mantêm viva a motivação para prosseguir estudos, a todos os inquiridos, jornalistas e diretores de informação dos jornais do Alentejo, ao Politécnico de Portalegre, que possibilitou esta “viagem”, ao corpo docente do Mestrado em Média e Sociedade e em especial à professora Adriana Mello Guimarães.

## **Resumo**

Esta dissertação tem como objetivo caracterizar as condições de trabalho nas redações dos jornais híbridos do Alentejo e perceber qual é o impacto da transição digital no exercício do jornalismo regional. Num período em que a crise do *Global Media Group* (GMG), fez soar os alarmes para a condição precária dos jornalistas portugueses, consideramos pertinente perceber o estado atual do jornalismo regional, especificamente numa região do país que reclama medidas de discriminação positiva, que lhe permitam um desenvolvimento mais equitativo. Os profissionais das redações dos jornais regionais, com publicações em papel e *online*, são o foco deste estudo. Utilizando como principal recurso metodológico um inquérito por questionário, aplicado a uma amostra de dezoito profissionais de sete jornais, obtivemos resultados que revelam um contexto difícil, decorrente, essencialmente, da falta de investimento em recursos humanos e formação, uma combinação que se traduz num agravamento das condições de trabalho. A acumulação e duplicação de funções, os baixos salários e uma perceção de futuro incerta marcam os testemunhos recolhidos, que retratam as condições de trabalho nos jornais híbridos com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja.

Palavras-chave: imprensa, transição digital, jornalismo regional, precariedade, Alentejo.

### **Abstract**

This dissertation aims to characterize working conditions in the newsrooms of hybrid newspapers in Alentejo and understand the impact of the digital transition on the exercise of regional journalism. In a period in which the Global Media Group (GMG) crisis raised alarms about the precarious condition of portuguese journalists, we consider it pertinent to understand the current state of regional journalism, specifically in a region of the country that demands measures of positive discrimination, which allow for more equitable development. Professionals in the newsrooms of regional newspapers, with paper and online publications, are the focus of this study. Using as the main methodological resource a questionnaire survey, applied to a sample of eighteen professionals from seven newspapers, we obtained results that reveal a difficult context, essentially resulting from the lack of investment in human resources and training, a combination that translates into a worsening of working conditions. The accumulation and duplication of functions, low salaries and an uncertain perception of the future mark the testimonies collected, which portray working conditions in hybrid newspapers based in the districts of Portalegre, Évora and Beja.

Keywords: press, digital transition, regional journalism, precariousness, Alentejo.

## **Lista de siglas**

AACS - Alta Autoridade para a Comunicação Social

ANIR - Associação Nacional de Imprensa Regional

ANOP - Agência Noticiosa de Portugal

APImprensa - Associação Portuguesa de Imprensa

AMDB - Associação de Municípios do Distrito de Beja

CCPJ - Comissão da Carteira Profissional de Jornalista

CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

GMG - Global Media Group

IA - Inteligência Artificial

IBERIFIER - Iberian Digital Media Research and Fact-Checking Hub

NP - Notícias de Portugal

OCS - Órgão de comunicação social

SJ - Sindicato dos Jornalistas

SNJ - Sindicato Nacional dos Jornalistas

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

## **Lista de gráficos, tabelas e figuras**

Gráfico 1: *Sources of news 2015–2023 Portugal*

Gráfico 2: *Sources of news /Portugal 2015–2024*

Gráfico 3: *Pagamento por notícias online em Portugal (2015 a 2024)*

Gráfico 4: *Caraterização das condições de trabalho nas redações (questão 26)*

Gráfico 5: *Caraterização das condições de trabalho nas redações (questão 27)*

Gráfico 6: *Caraterização das condições de trabalho dos jornalistas (questão 31)*

Gráfico 7 : *Caraterização das condições de trabalho dos jornalistas (questão 33)*

Tabela 1: *Publicações periódicas com sede no distrito de Portalegre*

Tabela 2: *Publicações periódicas com sede no distrito de Évora*

Tabela 3: *Publicações periódicas com sede no distrito de Beja*

Figura 1: *Caraterização da amostra: jornalistas*

Figura 2: *Caraterização da amostra: diretores*



## Índice

|                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Introdução</b>                                                                                            | 11 |
| <br><b>Capítulo I – Do papel para o ecrã</b><br>(breve contextualização histórica do jornalismo em Portugal) |    |
| 1. As origens: do primeiro jornal à industrialização                                                         | 14 |
| 1.1. A época de ouro, a censura e a democratização da imprensa                                               | 16 |
| 2. Transição digital                                                                                         | 19 |
| 2.1. O impacto da transição digital nos jornais impressos                                                    | 22 |
| <br><b>Capítulo II: Jornalismo regional e a corrida digital</b>                                              |    |
| 1. O bastião da imprensa tradicional                                                                         | 29 |
| 2. O parente pobre da imprensa                                                                               | 33 |
| 3. O deserto de notícias e o vazio demográfico                                                               | 36 |
| <br><b>Capítulo III - A metamorfose do jornalismo: da profissionalização à digitalização</b>                 |    |
| 1. O associativismo na base da constituição de uma nova classe profissional                                  | 40 |
| 1.1. Afirmção profissional, da regulação do jornalismo à formação académica                                  | 42 |
| 2. Jornalismo na internet: o gatilho de uma nova crise de identidade                                         | 45 |
| 2.1. Novas questões em torno da ética profissional                                                           | 49 |
| 2.2. O rosto de uma democracia precária                                                                      | 53 |
| 2.3. A crise e o futuro do jornalismo                                                                        | 55 |
| <br><b>Capítulo IV: Estudo empírico: metodologia, apresentação e análise de resultados</b>                   |    |
| 1. Pressupostos de investigação                                                                              | 58 |
| 1.1. Objetivos e pergunta de partida                                                                         | 58 |
| 1.2. Campo de análise – amostra                                                                              | 58 |
| 1.3. Metodologias adotadas                                                                                   | 59 |
| 1.4. Caracterização do <i>corpus</i>                                                                         | 60 |
| 1.4.1. Jornais do distrito de Portalegre                                                                     | 64 |
| 1.4.2. Jornais do distrito de Évora                                                                          | 65 |

|                                         |     |
|-----------------------------------------|-----|
| 1.4.3. Jornais do distrito de Beja      | 66  |
| 1.4.4. Caraterização da amostra         | 67  |
| 2. Apresentação e análise de resultados | 68  |
| 2.1. Diretores de informação            | 69  |
| 2.2. Jornalistas                        | 76  |
| 2.3. Síntese e discussão de resultados  | 84  |
| <b>Conclusão</b>                        | 90  |
| <b>Referências bibliográficas</b>       | 93  |
| <b>Anexos</b>                           | 100 |

## Introdução

Perante a crescente digitalização dos média e quase três décadas depois dos jornais portugueses terem dado os primeiros passos na criação de *sítes*, a investigação que propomos pretende caraterizar as condições de trabalho nas redações dos jornais regionais impressos que também marcam presença *online*. Considerando o cenário de precariedade, que afeta o jornalismo em Portugal, temos o propósito de retratar a composição das redações e obter dados sobre as perceções de jornalistas e diretores de informação dos jornais regionais do Alentejo, acerca da sua vivência profissional; perceber que dificuldades enfrentam no exercício das suas funções e qual o impacto da transição digital nas condições de trabalho, nas rotinas produtivas e na qualidade das notícias. Outro aspeto incontornável, que também tivemos em conta, prende-se com o futuro das edições impressas, que persistem, apesar das ameaças de que têm sido alvo e que nos últimos anos subiram de tom, em consequência da vasta e gratuita oferta de notícias, difundidas em diversas plataformas digitais. As redações dos jornais híbridos com sede no Alentejo e em concreto nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, são o objeto principal deste estudo, que analisa o perfil de jornalistas e diretores de informação, as condições de trabalho e o impacto da transição digital no desempenho profissional. A amostra é constituída por onze jornalistas e sete diretores de informação de sete publicações periódicas, jornais com publicação em papel e *online*: *Linhas de Elvas*, *Alto Alentejo* e *Notícias de Arronches*, no distrito de Portalegre; *Diário do Sul*, no distrito de Évora; *Diário do Alentejo*, *Planície* e *Correio Alentejo*, no distrito de Beja.

De acordo com a pesquisa bibliográfica efetuada, identificamos uma lacuna no que diz respeito a estudos recentes sobre o jornalismo no Alentejo, sobre as publicações registadas neste território, a composição das redações e as condições de trabalho. Contamos, com a presente investigação, dar um contributo no sentido de retratar e trazer à discussão os vários aspetos que caraterizam esta classe profissional, numa região, onde, tal como em outras zonas do país, o jornalismo regional é a única fonte de informação periódica capaz de contar as histórias que marcam o dia a dia de locais considerados remotos e demograficamente desertos, é a única fonte de informação que, da política à cultura, diariamente disponibiliza conteúdos com o intuito de esclarecer os cidadãos locais.

Se “vagar” é a expressão identitária escolhida para caraterizar o Alentejo, que deu o mote para a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027, expressão que significa “sem pressa”, consideramos estar perante um antagonismo ímpar no que diz respeito à garantia das condições de trabalho nas redações dos jornais regionais desta região do país, um imperativo do qual depende a sobrevivência de uma imprensa essencial para que, independentemente da área de residência, todos tenham acesso a notícias, informação e esclarecimento de assuntos que marcam a atualidade regional e local. Parece-nos evidente

que há pressa em encontrar um novo rumo para o jornalismo regional, num sentido que lhe permita acompanhar a evolução digital em curso e zelar por manter uma circulação efetiva dos jornais impressos, o que naturalmente passa por um reforço de meios nas redações, mais jornalistas e com acesso a formação específica na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). No caso dos jornais regionais impressos, que marcam também presença *online*, em várias plataformas, gerou-se uma nova multiplicidade de funções, que recai sobre os jornalistas e adensou-se a discussão sobre o eventual fim das edições em papel, que acarretam cada vez mais custos de produção e se veem confrontadas com a diminuição de vendas. É necessário assegurar a presença *online*, caminho obrigatório para acompanhar a evolução da sociedade e, por outro lado, garantir que os leitores e assinantes assíduos continuam a ter o prazer de folhear o jornal, apesar de muitos já consultarem notícias em suporte digital, talvez porque esses sim dão valor à expressão identitária “vagar”, num mundo de correria frenética que atualmente caracteriza a circulação de notícias.

A transição digital, enquanto agente transformador das dinâmicas de produção e distribuição de notícias, assume um papel cada vez mais central nas redações, que enfrentam novos desafios tecnológicos, em contraste com uma composição caracterizada pela escassez de recursos humanos, baixos salários e ausência de formação específica na área das TIC, em confronto com a desenfreada concorrência de inúmeros *sites* e redes sociais que ganham terreno na difusão de informações, muitas vezes mascaradas de notícias. A linha de investigação que seguimos associa a transição digital ao aumento da precariedade dos jornalistas e à consequente perda de qualidade dos conteúdos produzidos, uma precariedade digital, que advém da falta de recursos humanos e consequente acumulação de funções, para alimentar as plataformas onde os jornais estão presentes, o que, inevitavelmente deita por terra o romantismo que está na génese do jornalismo, que passa a traduzir-se num mero despejar de informação, sem a qualidade que só o tempo lhe pode imprimir.

A dissertação que apresentamos está dividida em quatro capítulos, os três primeiros dedicados ao enquadramento teórico e ao estado da arte, onde são abordados conceitos e teorias que sustentam a investigação, estudos e pesquisas relacionados com o tema. No primeiro capítulo revisitamos alguns marcos históricos, que consideramos relevantes para compreender a origem da imprensa em Portugal, conhecer as raízes em que se alicerça e de que forma foi evoluindo até à atualidade. Do primeiro jornal à industrialização da imprensa, a constituição da redação, o primeiro mass média, a censura e as agências de notícias, são elementos presentes neste capítulo, que apresenta também conceitos que definem a história do jornalismo, de que são exemplo a “época de ouro” ou o “quarto poder”. A transição digital dos órgãos de comunicação social, as classificações por fases e estágios e o impacto da nova era nos jornais impressos, fecham o capítulo: “Do papel para o ecrã”. Embora a referência ao jornalismo regional seja transversal a todos os capítulos, o tema merece o seu

próprio espaço na segunda parte do trabalho, “Jornalismo regional e a corrida digital” é o título do segundo capítulo, onde apresentamos as definições e as especificidades deste jornalismo especializado na proximidade, a par de alguns conceitos sobre o impacto da transição digital nas redações regionais. O “deserto de notícias”, associado à demografia do Alentejo, merece também destaque neste capítulo. Na terceira parte: “A metamorfose de uma profissão: da profissionalização à digitalização do jornalismo”, centramos a investigação no jornalista, desde as bases que estiveram na origem da constituição da profissão, às conquistas alcançadas e aos novos desafios da classe na sua atuação na plataformas digitais. No terceiro capítulo, a crise, a precariedade, a ética e as perceções de futuro em relação ao jornalismo, são também componentes alvo de reflexão. O quarto e último capítulo é dedicado ao estudo empírico e inclui os pressupostos e os objetivos da investigação, realizada com o intuito de responder à seguinte pergunta de partida: “Qual é a composição das redações dos jornais híbridos com sede no Alentejo, em que condições trabalham os seus profissionais e como avaliam o impacto da transição digital no exercício do jornalismo?” a fim de obter os dados necessários à persecução dos objetivos, definimos sete redações enquanto campo de análise e um grupo de dezoito profissionais, onze jornalistas e sete diretores de informação. A metodologia adotada consistiu na aplicação de inquérito por questionário, avaliado de forma quantitativa e qualitativa, uma triangulação que consideramos contribuir para uma melhor compreensão dos resultados observados. Posteriormente apresentamos a justificação e o caminho seguido para a seleção da amostra, mediante tabelas, de elaboração própria, onde constam todos os registos das publicação periódicas, com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, ativas à data de 1 de março de 2024, de acordo com os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), seguidamente é feita uma breve apresentação dos jornais selecionados em cada distrito, com a respetiva indicação do contributo de cada um para a constituição da amostra. A fechar o capítulo são apresentados e analisados os dados do inquérito, à luz da informação previamente escrutinada no enquadramento teórico. A conclusão encerra a investigação, com um síntese dos resultados obtidos e propostas de investigações futuras sugeridas pelo trabalho realizado.

## Capítulo I – Do papel para o ecrã

(breve contextualização histórica do jornalismo em Portugal)

### 1. As origens: do primeiro jornal à industrialização

A imprensa tem “uma função mista: dar a imagem real dos acontecimentos para informar, e esclarecer, como um bom amigo, para orientar” (Rosado, 1966, p. 13). Com base neste fundamento a sociedade habituou-se a ter um aliado, que diariamente contribui para estabelecer bases de conversas, discussões, decisões e em suma para formar a opinião pública, consideramos por isso crucial que a imprensa, no seu sentido mais lato, onde englobamos os vários meios de comunicação social e a diversidade de plataformas onde marcam presença, consiga manter a sua função, garantindo a confiança num trabalho muitas vezes desempenhado sob condições adversas.

Até ao 25 de Abril de 1974, data da revolução que marca o início da vida democrática em Portugal, a imprensa evoluiu ao sabor dos poderes instituídos, essencialmente políticos e eclesiásticos, com muitas amarras, longos períodos de censura, ousadia e irreverência. Os primeiros “relatos noticiosos avulsos sobre determinados acontecimentos, que se popularizaram sob a denominação genérica de relações” (Sousa, 2009, p. 1), foram publicados na segunda metade do século XVI. As *Relações*, que em forma de carta relatavam o que se passava em Portugal e na Europa, “são um marco para a história do jornalismo português, pois representam o primeiro esforço conhecido, ainda que ocasional (não periódico), de publicação de um jornal impresso em Portugal” (idem, p.2). É precisamente a ausência de periodicidade das *Relações* que remete a origem do jornalismo para mais tarde, em 1641, a *Gazeta*, publicada em Lisboa, foi considerada o primeiro periódico português, é com ele que “nasce de facto o jornalismo em Portugal” (Tengarrinha, 2013, p. 49), uma publicação “já com as características do jornal [que] influi grandemente no estilo literário e no gosto pela informação” (Rosado, 1966, p. 45), depois do primeiro número com o título *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas. Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, seguiu-se um conjunto de publicações, as denominadas *Gazetas da Restauração*. Em 1663 é publicado o *Mercúrio Português*, que relatava “as novidades da guerra entre Portugal e Castela” (Sousa, 2008, p. 3), numa altura em que a instabilidade que reinava no país provocou um irremediável atraso na evolução do jornalismo português, face aos restantes países da Europa, “o absolutismo régio e a Igreja Católica asfixiavam a sociedade” (idem, p. 3). Após um longo período em que não há relato de novas publicações, já no século XVIII, em 1715, é lançada *A Gazeta de Lisboa*, periódico que anos mais tarde forneceu “a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, atualmente designado *Diário da República*” (idem, p. 5). Ainda no século XVIII

surgiram várias publicações de “interesse bastante relativo (...) puramente humorísticas e recreativas” (Rosado, 1966, p. 55). Os primeiros diários, que se revelaram de curta duração, são apenas publicados no início do século XIX, de que são exemplo o *Diário Lisbonense* e *O Mensageiro*. O período oitocentista, em que ocorreram as invasões francesas, a revolução liberal e a guerra civil, fica também marcado pela promulgação da primeira lei da liberdade de imprensa, em 1821, segundo a qual “toda a pessoa pode (...) imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer Livros ou Escritos sem prévia censura” (Tengarrinha, 1965, p. 129), lei que, um ano depois, sofre um impactante revés, com a imposição de restrições e a criação das comissões de censura, em 1834 foi promulgada uma nova lei, que se pretendia definitiva, mas que “não evitaria os inúmeros atropelos e atentados que a liberdade de imprensa iria sofrer até à Regeneração (1851)” (idem, p. 148), a partir desta data ocorre também uma mudança na organização dos jornais, que podemos apontar como o início do que hoje chamamos redação, à altura constituída “por um editor (responsável perante as autoridades), por um redator-responsável (ou chefe de redacção), por um ou dois noticiaristas (...) e um folhetinista” (idem, p. 189). A fechar a primeira metade do século XIX, em 1850, destacamos ainda a promulgação da chamada “Lei da Rolha”, alvo de grande contestação, uma vez que “não pretendia regular a lei de imprensa (...) mas sim sufocá-la e esmagá-la” (Tengarrinha, 1965, p. 178), lei que acabaria por ser revogada em 1851. Em meados do século XIX “a maioria das capitais de distrito continuam desprovidas de tipografias” (Nobre-Correia, 2023, p. 22), quinze anos depois, em janeiro de 1865, é publicado o *Diário de Notícias*, “primeiro exemplo de diário português produto de uma industrialização da produção e de uma comercialização de massa” (idem, p. 24), que fez surgir outros títulos, concentrados essencialmente em Lisboa e mantendo o resto do país no que Nobre-Correia considera um “deserto em termos de produção como de leitura” (idem, p. 24). Outra particularidade deste período é o fortalecimento da imprensa política de partido, a chamada *party press*, no entanto “nunca se perdeu a intenção noticiosa no jornalismo português, por muita força que tivesse a imprensa política” (Sousa, 2008, p.8). Foi também durante a segunda metade do século XIX que o exercício do jornalismo tomou um novo rumo, marcado pela “intenção de factualidade e objetividade na publicação de notícias de vários pontos do país [o que] indicia (...) a construção de uma rede de captura de informações espalhadas por vários pontos do território” (idem, p.20 e 21). Na senda deste novo rumo, Tengarrinha destaca que:

a organização industrial da Imprensa modifica também profundamente a situação do jornalista no jornal [passando] de um mero mercenário ao serviço dos poderes públicos ou dos grandes senhores [para] o operário de uma mercadoria que é necessário vender o mais possível e com a qual não está ligado nem pelas ideias nem

pelos interesses, pois não participa nos lucros e recebe um salário fixo que lhe permite viver exclusivamente dessa atividade (1965, p. 229).

A análise de Tengarrinha (1965) revela a conquista de uma independência económica à custa da “mão e cabeça alugadas ao serviço de outro [o que transforma o jornalista] numa fria e impessoal máquina” (p. 230). No final do século XIX surge ainda a *yellow press*, que Silva descreve como:

representativa da exacerbação da lógica comercial e das práticas discursivas emergentes no âmbito da *penny press*, mas também da conjugação entre dois objetivos aparentemente tensionais: a procura da obtenção do lucro máximo (sendo, nessa medida, considerada a *yellow press* como precursora do jornalismo tabloide moderno) e o compromisso com a reforma social, através da implementação de um jornalismo de cruzada ou de campanha (2024, p. 34).

No mesmo período, Fialho de Almeida (1889) destaca a eclosão de um “grande número de jornais, cedendo a um furor d'informação mais atizado pelo amor do lucro, do que investido de propósitos justiceiros” (p. 109). À data, o antigo jornalista, com raízes no Alentejo, teceu duras críticas ao exercício do jornalismo, criticando a “leviandade” destes profissionais, que denunciavam, através de notícias idênticas, nos vários jornais, os nomes de alegados criminosos, sem pensar nas consequências: “as notícias em que os diferentes jornais de Lisboa se ocuparam no mesmo dia, do *monstruoso crime!!!*, fácil se descobriria em todos, redacção idêntica, ferindo os mesmos pontos” (idem, p. 110). De acordo com o autor, esta prática é reveladora da “depressão moral do jornalismo português” (idem, p. 110) e deve obrigar a uma remodelação nos processos de produção dos jornais, ancorados em valores economicistas, onde tudo acontece “pelo simples pretexto d'encher espaço, de fazer palpitante e de vender o género ao freguês rapidamente” (idem, p. 115), para Fialho de Almeida “estalhaçar com a mesma cerimónia um celerado e um homem de bem, tudo isto constituirá quando muito o plano de conduta dum pulha refece, mas não pode ser nunca o *modus vivendi* dum verdadeiro jornalista” (idem, p. 119).

### **1.1. A época de ouro, a censura e a democratização da imprensa**

O desenvolvimento do jornalismo oitocentista em Portugal enfrentou, para além de inúmeras alterações às leis que regulavam e condicionavam a liberdade de imprensa, uma elevada taxa de analfabetismo, que afetava “em 1878, 82,4% da população” (Nóvoa citado por Correia, 2023, p. 24, 25), o que pode explicar o jornalismo de elite praticado à época.



Apesar de todas as limitações, segundo Traquina (2005) “o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX [período em] que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*” (p. 34). Com o aumento das tiragens dos jornais associado à profissionalização dos jornalistas, empenhados na produção de notícias “baseadas nos fatos e não nas opiniões” (idem, p. 34), o século XIX ficou conhecido como a “época de ouro” da imprensa, uma época em que surgiram importantes definições sobre o papel dos jornalistas na sociedade, foi neste século que a imprensa adotou a designação de “quarto poder”, um novo poder “em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial” (idem, p. 46), a par da nova designação emerge a associação do exercício do jornalismo ao serviço público, o que significa que “a imprensa atuaria como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes” (Boyce citado por Traquina, 2005, p. 47). É também durante a chamada “época de ouro” da imprensa que nascem as primeiras agências noticiosas que “desempenham um papel fundamental no acompanhamento noticioso da atualidade, à escala mundial, e servindo a imprensa em moldes que um jornal, sozinho nunca conseguiria” (Fidalgo, 2008, p.100), uma nova forma de fazer jornalismo que ainda perdura, apesar de, desde a sua criação ter enfrentado “resistências, sobretudo pelo facto de tender a tornar os jornais cada vez mais iguais” (idem, p. 101). “A primeira agência noticiosa, a *Havas*, fundada em França em 1835 (...) deu origem no final da II Grande Guerra Mundial à *Agence France-Press*” (Zamith, 2006, p. 260), segundo Mota & Sales, a *Hava* foi:

a primeira agência telegráfica com a qual os jornais portugueses trabalharam (...) a quem calhou, depois do acordo com as outras agências mundiais — *Reuter*, *Associated Press* e *Wolff* —, o domínio sobre o território português. Os primeiros despachos informativos da *Havas* chegaram a Portugal, ao jornal *Diário de Notícias*, a 10 de março de 1866 (2021, p. 243).

Num estudo sobre as agências de notícias, Mota & Sales concluem que:

todos os dados apontam para que a primeira agência nacional não seja a *Lusitânia* criada em 1944, mas sim a *Latino-Americana*, fundada por Virgínia Quaresma em 1921, sem esquecer, ainda, a existência da problemática agência *Radio* e da misteriosa primeira *Lusitânia* (2021, p. 256).

Atualmente a *Lusa* - Agência de Notícias de Portugal, que iniciou atividade em 1987, em resultado da fusão da Agência Noticiosa de Portugal (ANOP) e da Notícias de Portugal (NP), assume-se como o “principal fornecedor de notícias para os media portugueses e (...) uma

referência para a informação em todos os países de língua portuguesa. Com uma média de 500 notícias escritas por dia, por mais de 200 jornalistas” (Lusa, 2024), agência que passou a ter o Estado português como principal acionista, depois da aquisição de ações, em julho de 2024, detendo “a quase totalidade do capital da Lusa, cerca de 96%” (Lima, 2024). Muito antes da criação da agência *Lusa*, no início do século XX, “em 1900 havia 583 jornais em Portugal (...) a procura de informação e o lucro sustentaram a firme expansão da imprensa” (Sousa, 2008, p. 27), neste século, marcado pela implantação da República, duas guerras mundiais e longos anos de ditadura, o jornalismo português viveu um dos períodos mais desafiantes da sua história. Sob a égide da liberdade de imprensa e com a censura prévia instituída “alguma imprensa conseguia, insidiosamente, fazer algumas críticas ao regime, ajudada por uma censura exercida por funcionários nem sempre suficientemente cultos e inteligentes para se aperceberem do alcance de determinadas palavras” (idem, p. 34). Numa época conturbada “em que, por força da industrialização e crescente massificação dos meios de comunicação social, se davam passos importantes para a construção da profissão de jornalista, a liberdade era de novo interrompida em Portugal” (Fidalgo, 2008, p.129). Neste contexto surgiram três dos sete jornais incluídos neste estudo, publicações periódicas que ainda hoje subsistem: o *Diário do Alentejo*, no distrito de Beja, fundado a 1 de junho de 1932, o jornal *Linhas de Elvas*, no distrito de Portalegre, fundado no dia 2 de setembro de 1950 e o *Diário do Sul*, fundado a 25 de fevereiro de 1969, em Évora. Na madrugada de 25 Abril de 1974, as forças militares derrubaram a ditadura do Estado Novo, implantada também por militares em 1926 e “o triunfo da Revolução (...) permitiu o restabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal. Nesse mesmo dia, vários jornais já não foram à censura” (Sousa, 2008, p. 35). Numa entrevista gravada no mês de setembro de 1974, disponível no arquivo da RTP, Sousa Tavares, redator do *Diário do Alentejo* refere que:

neste momento um indivíduo poderá dizer aquilo que pensa, poderá abordar os problemas que acha que são do interesse coletivo (...) sem qualquer perigo (...) pode-se partir neste momento para um trabalho concreto de esclarecimento verdadeiro dos problemas que nos afetam, a nós povo (Tavares, 1974).

No mesmo programa, Manuel Piçarra, fundador do *Diário do Sul*, destaca que a imprensa regional:

deve servir com a maior verdade possível a população que todos os dias confia nela (...) função muito específica, na medida em que ela contactando muito de próximo, quase todos os dias, com os anseios das populações, com os anseios de todas as necessidades da região em que ela se insere, tem possibilidades de pôr a

administração do país ao corrente dos desejos e das aspirações mais justas desses povos (Piçarra, 1974).

As palavras transcritas soam a liberdade, uma liberdade coletiva veiculada através dos jornais, com o intuito de esclarecer e interceder a favor das populações residentes nas regiões onde estas publicações têm a sua sede, a sua redação. Nas declarações proferidas, tanto pelo redator do *Diário do Alentejo*, como pelo fundador do *Diário do Sul*, encontramos a essência do jornalismo regional, que tem subjacente o imprescindível papel de dar voz a regiões afastadas dos grandes centros de poder, um papel que até aos dias de hoje os jornalistas se esforçam por manter.

Num país democrático, “assiste-se a uma explosão de novas publicações (...) que, no fim de contas, são de pouca dura e, uma vez terminada a fase revolucionária de 1974-1975, vão desaparecendo umas atrás das outras” (Nobre-Correia, 2023, p. 28). Na segunda metade do século XX:

“Portugal, como o resto da Europa, vive então já na era do audiovisual e sobretudo da televisão (...) A compra de um recetor de rádio e mais particularmente de televisão passa a ser um primeiro gesto simbólico de ascensão social e afirmação de desejo de acesso à sociedade de consumo (Nobre-Correia, 2023, p. 32).

## **2. Transição digital**

A fome de consumo, associada à industrialização, continuou a ser alimentada a um ritmo cada vez mais acelerado e tecnologicamente avançado, os últimos anos do século XX marcam a “chegada dos jornais à internet (“Jornal de Notícias”, “Público” e “Diário de Notícias” apresentaram as suas versões “on-line” em 1995), correspondendo, aliás, ao rapidíssimo movimento que nesse sentido se observava um pouco por todo o mundo” (Fidalgo, 2000, p. 2), a partir deste momento a transição digital começa a concretizar-se, mas cedo surgem alertas para:

a possibilidade de produzir e difundir informação sem intermediações profissionais, com todas as vantagens daí resultantes em termos de acesso mas também com os novos problemas que isso levanta, desde logo em termos de identificação, de certificação e de fiabilidade (Fidalgo, 2000, p. 4).

Numa retrospectiva aos primeiros quinze anos do ciberjornalismo, Bastos (2011) destaca três fases, “a da implementação (1995-1998), a da expansão ou *boom* (1999-2000)

e a da contracção (2001-2010)” (p. 1). A fase da implementação é, segundo Canavilhas e Teixeira (2015) “marcada pela transposição do conteúdo dos veículos tradicionais para o ambiente digital”, o chamado *shovelware*, em que “os produtos oferecidos são reproduções Web dos meios convencionais que passam por uma mera transposição das imagens sem qualquer processo de adaptação” (p.4), uma forma de dar início à presença *online*, mas com um parco aproveitamento das potencialidades multimédia, na fase da expansão surgem os “primeiros jornais generalistas exclusivamente online” (Bastos, 2011, p. 1) e na contração, já no século XXI, há um desencanto com o admirável mundo novo, nesta fase ocorre o “encerramento de *sites*, cortes em pessoal e redução das despesas” (idem, p. 1). À luz desta exposição, destacamos o caso do “semanário regional Setúbal na Rede [que em janeiro de 1998] entrava para a história do ciberjornalismo como o primeiro jornal exclusivamente online em Portugal” (Bastos, 2011, p. 5), publicação que viveu tempos áureos, mas que cedeu, em 2016, às dívidas acumuladas, que ditaram o seu fim, precisamente porque “a Internet começava a deixar de ser uma novidade e a passar a estar ao alcance de todos” (Bonixe, 2008, p. 29), numa entrevista concedida a Luís Bonixe, por ocasião do décimo aniversário do *Setúbal na Rede*, o diretor da publicação, Pedro Brinca, dava já conta das dificuldades, “a redacção é hoje composta apenas por três pessoas, todas estagiárias, e que asseguram os serviços mínimos do jornal” (idem, p. 28), segundo Bonixe (2008) “os problemas financeiros do Setúbal na Rede começaram no final de 2002. Foi nessa altura que o jornal começou a atrasar o pagamento de alguns ordenados a uma redacção que, à época, era constituída por cinco jornalistas” (idem, p. 29), num estudo de caso sobre a mesma publicação *online*, Ramos e Correia (2019) afirmam que “o Setúbal na Rede provou ser possível praticar jornalismo digital em nível regional, porém apontou as mesmas dificuldades dos media impressos no financiamento” (p. 61).

Retomando a transição do jornalismo para a *web*, já classificada por fases, passamos a descrever a divisão por estágios, associados ao aproveitamento dos meios disponibilizados na *internet*, que Canavilhas (2023) designa de “Jornalismo Online, Jornalismo Digital e Webjornalismo” (p. 36), para o autor, o primeiro estágio, que coincide com a fase da implementação, assim designada por Bastos (2011), apresenta uma utilização redutora das potencialidades do mundo digital, posteriormente, no estágio do Jornalismo Digital “os espaços do online começaram a ganhar autonomia dentro das redacções” (Canavilhas, 2023, p. 37) e só de 2007 em diante, com o Webjornalismo, “os jornais entraram num processo de renovação dos sites para aproveitarem as características da *web* e os mais recentes avanços em termos tecnológicos” (idem, p. 37). Para Bastos (2023) os jornais “lançaram-se na *web* porque «toda a gente o estava a fazer», porque não se podia «perder o comboio» da história” (p. 168). O autor, que se dedicou a avaliar a transição digital dos órgãos de comunicação social, afirma, no entanto, que “esforços essenciais, mais pesados, mas que teriam sido,

porventura, determinantes para a afirmação da qualidade da produção jornalística online, ficaram, na maior parte dos casos, por fazer” (idem, p. 141), após vinte e cinco anos do Ciberjornalismo em Portugal, Bastos conclui que :

os cibermédia portugueses estiveram longe de explorar o enorme potencial de interactividade, hipertextualidade, multimedialidade, instantaneidade, memória e personalização permitido pelo novo meio (...) O shovelware misturado com “últimas notícias”, tantas vezes produzidas por agência de informação, fez escola no ciberjornalismo português. No caso de alguns cibermédia, a mera reprodução de textos da agência Lusa foi, e continua a ser, esmagadora (2023, p. 167).

O autor constatou ainda que “nos média tradicionais, o sector da imprensa foi o mais afectado pela evolução do contexto económico e pelo efeito de migração para o digital” (Bastos, 2023, p. 46). Esta conclusão encontra suporte num estudo, apresentado em outubro de 2003, intitulado “A Internet e a Imprensa em Portugal”, promovido pela Associação Portuguesa de Imprensa e pela empresa Vector 21, onde se concluía “que, com o surgimento e expansão das publicações *online*, cerca de 30 por cento dos portugueses deixaram de comprar jornais nas bancas” (idem, p. 88). O mesmo estudo remete para uma relação de complementariedade, possível entre as edições impressas e digitais:

O número de leitores online que comprara edições impressas devido à leitura que fez na internet era expressivo: 97 por cento. Por isso, o relatório aconselhava as empresas, tendo em vista uma perspectiva de complementaridade, a utilizar as edições impressas para levar os leitores a lerem na internet e vice-versa (Bastos, 2023, p. 88).

Perante uma evolução recheada de mutações e coexistências, mais ou menos pacíficas, Fidalgo (2024) afirma que “a generalização das tecnologias digitais, associada à facilidade de comunicação através de uma internet acessível e onnipresente, foi decerto a mudança de maior impacto em todo o setor dos media” (p. 122), um impacto que, segundo Chaparro (2001) “não representa um prenúncio de morte aos jornais impressos [mas merece reflexões sobre] outras formas de ser e outros procedimentos de relacionamentos com os leitores” (p. 84), porque “hoje, não é a actualidade que faz parte do jornalismo, mas o inverso” (idem, p. 82). A transição digital do jornalismo, um tema ainda em debate e avaliação, revela indicadores comuns, identificados por vários autores (Bastos, 2023, Canavilhas, 2023, Chaparro, 2001 e Fidalgo, 2000, 2024) que destacam o impacto na forma tradicional de fazer e difundir notícias e o subaproveitamento das potencialidades da internet neste processo. A

análise da transição digital do jornalismo remete ainda para uma possível conciliação entre o tradicional e o digital, apesar das ameaças que pairam, essencialmente sobre as edições impressas. Em 2018, num estudo longitudinal sobre os principais indicadores de desempenho no sector da imprensa escrita tradicional portuguesa, Quintanilha afirma que:

da análise dos resultados para a circulação da imprensa paga, encontrámos um sector em profunda crise, com as taxas de variação do número médio mensal de exemplares vendidos por publicação a decrescer ao longo do período em análise, de tal forma que, se estivéssemos a falar de um sector com um desempenho de vendas constante no mercado, o número de jornais vendidos em 2029 seria igual a zero ( 2018, p. 151).

A evolução, a mudança, a novidade causam sempre impacto e a necessidade de adaptações a uma nova realidade. A era digital trouxe um sem número de potencialidades que o Homem continuamente tem explorado, provocando profundas transformações no funcionamento da sociedade. A apregoada transição digital, que reflete a adoção de novas ferramentas tecnológicas, a utilização de novas plataformas e a reestruturação das dinâmicas de trabalho, é necessária para acompanhar a evolução dos tempos e é transversal a todas as áreas de atividade, onde naturalmente se inclui o jornalismo, neste contexto, observamos que os jornais impressos, os primórdios do jornalismo, são os órgãos de comunicação social onde é mais visível o impacto desta evolução, primeiro com o aparecimento da rádio e da televisão e, num período mais recente, a internet.

## **2.1. O impacto da transição digital nos jornais impressos**

Numa reportagem exibida no programa Linha da Frente, da RTP, publicada em julho de 2024, com o título “Internet acelera precariedade no jornalismo”, assinada pela jornalista Filipa Simas, é referido que “nos últimos 20 anos, fecharam mais de 400 jornais em todo o país. A Internet acelerou a crise no jornalismo e aumentou a precariedade de uma profissão que luta diariamente pela sobrevivência de uma informação livre, independente e verdadeira” (Simas, 2024), os que subsistem, tem conseguido reinventar-se e em pleno século XXI, muitos dos jornais que nasceram para ser impressos renderam-se ao digital e sobrevivem em formato híbrido. Tendo em conta este relato, verificamos que o caminho rumo à transição digital está na origem de parte da crise do jornalismo, mas há quem defenda que pode também configurar-se como a sua salvação, para Ramos (2021) “a internet é uma das principais causadoras da crise e também o caminho para a solução” (p. 31).

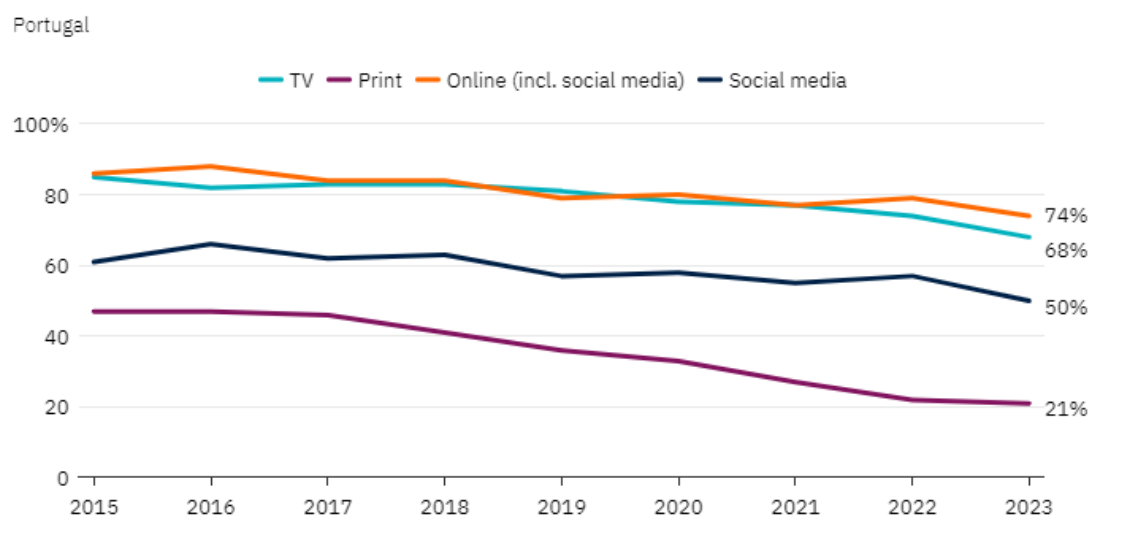
No *Digital News Report 2023*, Cardoso, Paisana e Martinho afirmam que os jornalistas portugueses:

estão indignados com o facto de as condições de trabalho e os salários estarem abaixo da inflação. Ao mesmo tempo, as empresas de comunicação social lutam por modelos de negócio bem-sucedidos num mercado onde os consumidores são extremamente resistentes a pagar por notícias digitais (2023, p. 92).

Num país onde, de acordo com este estudo, sobre consumo de notícias em formato digital, (*Digital News Report 2023*), a taxa de pagamento de notícias *online* é de 11%, a análise de Cardoso et al (2023), salienta que “os consumidores preferem confiar em fontes gratuitas e, embora algumas marcas tenham desenvolvido acessos pagos, a maioria não consegue conquistar um grande número de assinantes” (p. 92). Sobre o panorama dos órgãos de comunicação social regionais, os autores dizem que “parece improvável que a actual configuração das marcas de notícias digitais substitua o papel democrático desempenhado pelos meios de comunicação regionais e locais existentes” (idem, p. 92). No que diz respeito às fontes de notícias em Portugal, o *Digital News Report 2023* revela um acentuado decréscimo dos jornais impressos.

### Gráfico 1

#### *Sources of news 2015–2023 Portugal*



Fonte: Reuters Institute - Digital News Report 2023. (p.93)

Na leitura do gráfico verificamos que o consumo de jornais impressos está em queda, com uma descida mais acentuada a partir de 2017, ano em que ainda se mantinha acima dos 40 por cento, registando, em 2023, a percentagem mais baixa (21%), em comparação com outras fontes de notícias. Este fenómeno é revelador da transformação que a era digital tem

vindo a operar na sociedade, com as notícias *online* em clara vantagem, com a maior percentagem de consumo (74%).

Newman, que assina as conclusões do *Digital News Report 2023*, relatório que envolveu mais de 93 mil consumidores de notícias online em 46 mercados, abrangendo metade da população mundial, considera que os dados recolhidos:

sugerem que é provável que surjam mudanças significativas no comportamento do público, impulsionadas por grupos demográficos mais jovens, incluindo uma preferência por formatos de notícias mais acessíveis, informais e divertidos, muitas vezes entregues por influenciadores em vez de jornalistas, e consumidos em plataformas como YouTube, Instagram e TikTok (Newman, 2023, p. 29).

Segundo o autor:

a ligação pública entre o jornalismo e grande parte do público continua a desgastar-se (...) uma nova disrupção tecnológica proveniente da Inteligência Artificial (IA) está ao virar da esquina, ameaçando lançar uma nova onda de conteúdos personalizados, mas potencialmente não fiáveis (...) neste contexto, será mais importante do que nunca que o jornalismo se destaque pela sua precisão, pela sua utilidade e pela sua humanidade (...) o desafio que temos pela frente é, mais do que nunca, restaurar a relevância e a confiança através da satisfação das necessidades de públicos específicos (Newman, 2023, p. 29).

Um ano depois desta análise, no *Digital News Report 2024*, Newman, que volta a assinar as conclusões do novo relatório, resultante das respostas de cerca de 95 mil indivíduos, utilizadores de internet, em 47 países, traça um cenário em que “os editores estão no meio de outra série de mudanças de grande alcance, tecnológica e comportamentalmente. Isto aumenta as pressões sobre a sustentabilidade do jornalismo” (Newman, 2024, p. 31). Em resultado desta análise global, Newman conclui que:

O interesse pelas notícias tem diminuído, a proporção de pessoas que as evitam aumentou, a confiança continua baixa e muitas pessoas sentem-se cada vez mais sobrecarregadas e confusas pela quantidade de informação. A inteligência artificial pode piorar esta situação ao criar uma avalanche de conteúdo de baixa qualidade e material sintético de origem duvidosa (...) Se as marcas conseguirem demonstrar que o seu jornalismo se baseia na precisão, na justiça e na transparência (e que os seres humanos permanecem no controlo), é mais provável que o público responda

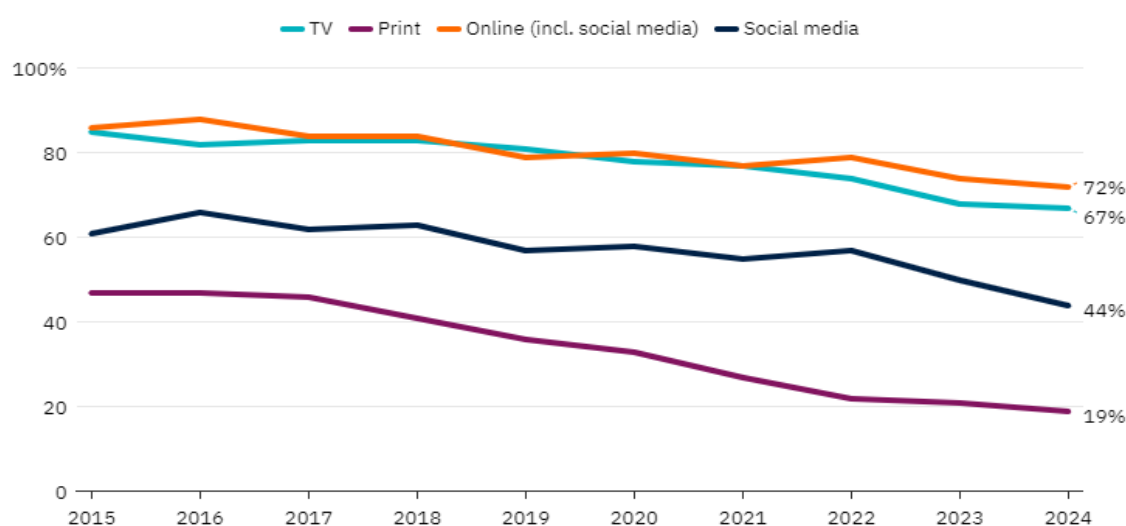


positivamente (2024, p. 31).

Neste relatório, o desígnio de uma revolução profissional no jornalismo mantém-se e é reforçado. A informação avulsa, que circula sem freio na internet, ganha novos atores e é de tal ordem abundante que ao invés de cativar causa repulsa. No gráfico do *Digital News Report 2024*, que indica a preferência relativamente às fontes de notícias em Portugal, verifica-se que os jornais impressos continuam em queda (19%), com menos um por cento face a 2023, no entanto as fontes *online*, apesar de manterem a percentagem mais elevada (72%), caíram dois pontos percentuais relativamente ao valor registado em 2023.

## Gráfico 2

*Sources of news /Portugal 2015–2024*

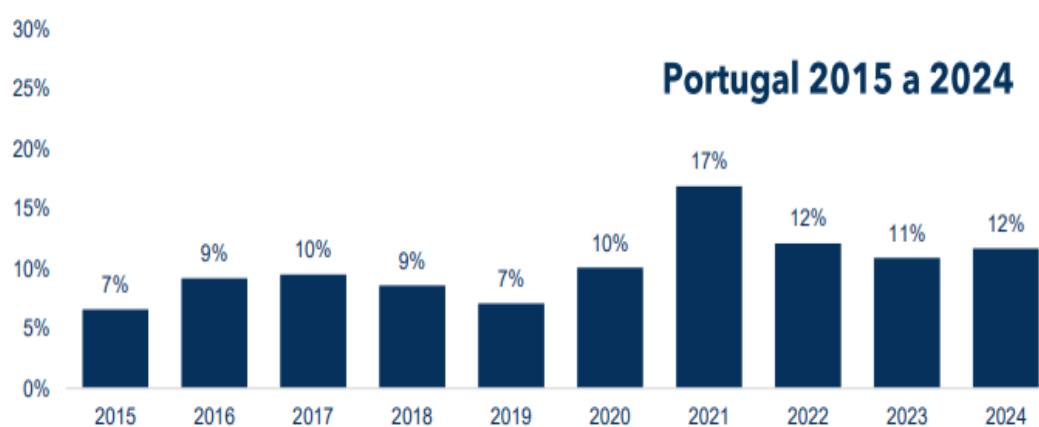


Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism | Digital News Report 2024. (p. 99).

De acordo com os resultados, esta é a realidade verificada em Portugal, que acompanha a tendência global e que pode explicar o facto de os órgãos de comunicação social sentirem a necessidade de marcar presença nas plataformas digitais. A crescente propensão de consumo de notícias em formato digital é acompanhada por hábitos de consumo de conteúdos gratuitos, a taxa de pagamento por notícias *online*, atingiu um pico (17%) em 2021, quando o mundo enfrentou a pandemia de Covid-19 e regressou a valores mais baixos, entre 7 e 12 por cento, no período de 2015 a 2024. O *Digital News Report 2024* regista uma taxa de 12 por cento, mais um ponto percentual em relação a 2023.

### Gráfico 3

*Pagamento por notícias online em Portugal (2015 a 2024)*



Fonte: Digital News Report- Portugal 2024 (p.104)

Os dados apresentados neste relatório colocam o jornalismo perante um novo desafio de afirmação e credibilidade no contexto global, que põe à prova a sua capacidade de cativar o público, com matérias valorosas e distintas, dignas de serem pagas. O desafio é hercúleo, em toda linha de intervenção do jornalismo, no caso do jornalismo regional, onde tendencialmente à menos recursos e redações mais reduzidas, o esforço para acompanhar a transição digital e fazer frente à crescente concorrência *online*, que já deu provas de conseguir alcançar um público cada vez mais vasto, assume proporções ainda maiores:

enquanto o jornalismo globaliza-se através da internet, nas localidades mais distantes das grandes metrópoles, pequenas cidades, vilas e aldeias, os jornais locais viram-se diante de uma crise financeira onde a solução apresentada pela internet não era tão fácil de ser aplicada” (Shabir et al, 2015, citado por Ramos, 2021, p. 31).

Hindman também traça um cenário pouco animador para o jornalismo regional, reforçando que a aposta no crescimento da audiência digital é essencial:

The plight of newspapers is far worse than many journalists and editors realize. Local newspapers’ digital audiences are simply too small to be sustainable as print ad revenue continues to shrink. No matter which strategy newspapers pursue, from paywalls to nonprofit journalism to doubling-down on tablets, digital audience growth

is essential (2014, p. 31).

Para Hindman, independentemente das estratégias que possam vir a ser adotadas, a perda de leitores e a débil situação económica é tão grave que não dá garantias de sucesso: “The decline in the economic health of local newspapers is so severe that there are no guarantees. Traffic dynamics mean newspapers are racing the clock : readers lost today get ever harder to replace tomorrow” (Hindman, 2014, p. 32). Parece evidente que a corrida contra relógio que os jornais regionais enfrentam traz novas formas de pressão sobre o trabalho dos jornalistas, numa era em que “a atualização de notícias se dá de forma ininterrupta e em tempo real” (Oliveira e Glanzmann, 2010, p. 100) e obriga à “constante atualização, conhecimento e adaptação frente às inovações tecnológicas [em suma ] a nova era contribui para a evolução profissional de maneira severa, pois aumenta o nível de cobrança, de exigência” (idem, p. 111). Paralelamente e enquanto o jornalismo luta por um lugar de destaque nas plataformas digitais, proliferam *sites* com informações diversas, que chegam diretamente ao consumidor em formato de notícias, aparentemente credíveis, mas que configuram um desafio à literacia mediática, uma realidade que nos Estados Unidos da América já assume proporções desmesuradas. De acordo com um artigo da *NewsGuard*, publicado no *site* do *Clube de Jornalistas*, em junho de 2024:

O número de sites de notícias locais falsos nos Estados Unidos excede já o de meios de comunicação autênticos, revelou esta semana o grupo de investigação NewsGuard, manifestando apreensão perante uma potencial “explosão” de desinformação, a cinco meses das presidenciais norte-americanas (...) No espaço de um ano foram identificados 1265 sites deste género, quando no mesmo período já só existiam 1213 sites de jornais locais nos EUA, segundo o observatório da Northwestern University (e estão a fechar a um ritmo de dois títulos por dia) (NewsGuard, 2024).

A história da imprensa portuguesa acompanha a história do país e vai-se moldando à medida que a sociedade evolui, com períodos de expansão e retração até à organização industrial e à massificação de um produto, que deve a sua existência à necessidade de informar, esclarecer e formar a opinião pública, atributos únicos do “quarto poder” que a transição digital veio diluir à escala global. A internet, e num período mais recente a IA, vieram alterar de sobremaneira o caminho traçado pela imprensa, na sua legitimidade de produção de notícias, primeiramente exclusiva “dos homens das letras”, depois de redatores jornalistas e repórteres e atualmente ao alcance de todos, tal como afirmam Steensen & Westlund (2021) “With the web, journalistic institutions lost their almost monopolistic position as providers of

news to mass audiences, since everyone could now set up a web page, create content, and distribute it to a public audience” (p. 7). Uma realidade em constante mutação e à qual nem o jornalismo local e regional escapa, apesar de ter no seu âmago o jornalismo de proximidade.

## **Capítulo II: Jornalismo regional e a corrida digital**

### **1. O bastião da imprensa tradicional**

De acordo com Traquina, jornalismo é:

a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. Uma breve passagem pelos jornais diários vê a vida dividida em secções que vão da sociedade, a economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos media, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional ( 2005, p. 19).

A escolha desta definição tem como propósito evidenciar o local e o regional, enquanto parte de um todo na divisão do mundo, patente no jornalismo. Nesta abordagem ao jornalismo local e regional e em particular ao exercício do jornalismo na região Alentejo, há uma nova dimensão que merece especial atenção, até porque o elo mais fraco será naturalmente o primeiro a sucumbir. O Alentejo é uma das regiões mais despovoadas do país, o que por si só pode condicionar o exercício do jornalismo, a fixação de profissionais e o acesso à informação, através do olhar e tradução de um jornalista, trabalho que só pode ser assegurado pelo jornalismo local e regional, facto já constatado pela fraca presença de notícias da região Alentejo nos órgãos de comunicação social nacionais. Segundo a investigação de Ascensão (2015), sobre a representação do Alentejo nos média noticiosos nacionais, percebe-se que “são raros os casos em que as notícias estão presentes na capa dos jornais ou fazem a abertura dos noticiários e telejornais, o que nos indica que os acontecimentos nesta região do país não são, de forma bastante evidenciada, uma prioridade em termos informativos” (p. 88), também Nobre-Correia (2023) atesta que os jornais nacionais “só muito raramente cobrem a atualidade referente ao interior” (p. 38). Esta fraca representação nos órgãos de comunicação nacionais vem evidenciar a importância do jornalismo regional, essencialmente para as comunidades onde se insere.

Em 1966, Rosado reconhecia que:

A Imprensa de expansão local ou regional tem hoje uma importância que não se deve renegar, pois é através dela que muitos leitores naturais dessas regiões (...) são informados não só acerca dos grandes assuntos de interesse nacional como, especialmente, dos problemas afectos às terras da sua naturalidade (1966, p. 120,121).

Optámos, nesta investigação, por considerar o jornalismo local ou regional, como aquele que dá cobertura a um ou a vários concelhos de um distrito e aquele que tem no cerne da sua atividade um jornalismo de proximidade:

como elemento caracterizante do que é notícia [no qual] a proximidade é vista como um dos valores centrais do jornalismo, determinante do interesse do público pelas notícias [onde] a proximidade assume um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade (Camponez, 2012, pp. 35,36).

Carvalho, Morais e Ramos (2023) distinguem “as noções habitualmente intercambiáveis de imprensa local e regional, tomando a primeira como essencialmente concelhia e a segunda como aquela cujo território comunicativo pretende ser mais vasto, abrangendo vários concelhos ou até distritos” (p. 92), independentemente da designação “a imprensa local e regional tem – ou deve ter – como objectivo primeiro a recolha, tratamento e divulgação de factos noticiosos que ocorrem na sua área de implantação, seja ele concelhia, distrital ou regional (Ferreira, 2005, p.156). Esta especificidade é, de acordo com a nossa preceção, o garante da sua sobrevivência, enquanto elemento único e insubstituível, Jerónimo e Esparza consideram que jornalismo local e regional:

pressupõe a existência de uma identidade definida, em referência a um território específico e de um compromisso específico por parte do ambiente local ou regional. Um pacto de comunicação com um território (...) As informações locais alimentam essa identidade, proporcionando aos membros de uma comunidade o conhecimento necessário para exercerem a cidadania naquele ambiente (2023, p. 2).

Os mesmos autores afirmam que:

há cada vez mais meios e tecnologias, mas menos jornalismo local (...) O declínio da imprensa de proximidade deixa as comunidades em estado de grave vulnerabilidade. Recursos e fontes confiáveis em torno da informação local são bens escassos. A informação é cada vez mais consumida através das redes sociais e nelas a desinformação facilmente prolifera (Jerónimo e Esparza, 2023, p. 3-5).

uma afirmação que, em nosso entender, encerra uma causa e um efeito, ou seja, a evolução da tecnologia tem contribuído para o desaparecimento do jornalismo local, na sua forma física ou de conteúdo, porque quando se vê confrontado com uma infinidade de informação, que atualmente é publicada ao minuto, em contraponto com a falta de meios,

uma vez que, tendencialmente, tem menos jornalistas e não há recursos para a eventual criação de um novo grupo de trabalho dedicado à tecnologia, ao invés de produzir, limita-se à publicação de matérias de agência para atualizar as plataformas digitais, onde já marca presença, muitas vezes apenas para assegurar que não fica à margem do “novo” jornalismo *online*. Para Mota:

é consensual que a transição digital abalou as fundações do negócio dos média tradicionais (...) capturado pelas novas exigências do ambiente digital e, sobretudo, pela imbatível concorrência das plataformas (...) o jornalismo local enfrenta vários desafios, entre eles o de encontrar um modelo de negócio adaptado às circunstâncias e que preserve a sua bandeira de proximidade (2023, p. 2).

A história da evolução do jornalismo revela que o exercício da profissão, mesmo sem ainda o ser, demonstrou estar à altura das adaptações necessárias para dar continuidade ao compromisso estabelecido com os cidadãos, no entanto Amaral (2012) constata uma situação antagónica ao afirmar que “ao mesmo tempo que a evolução das tecnologias de comunicação, ao longo da história, permitiu ao jornalismo desenvolver estratégias de legitimação técnica, parece ser a própria tecnologia que o ameaça na sua legitimação cultural” (p. 3), como uma nova forma de censura no sentido inverso, que obriga à máxima produtividade sem questionar o seu valor e que peca pelo excesso do “vale tudo”, o que acaba por subverter o propósito do jornalismo. Apesar das dificuldades “os jornalistas dos meios de comunicação locais têm resistido. Se pensarmos que antes de serem jornalistas, muitas vezes são cidadãos daquele território e daquela comunidade, talvez possamos encontrar uma possível justificação para alguns sinais de esperança” (Correia, Jerónimo e Gradim, 2021, p. 11), os mesmos investigadores atribuem a “lenta” transição digital do jornalismo regional “a alguma resistência por parte dos jornalistas” (idem, p.5), que pode assumir motivos diversos, a começar pela incapacidade de “adotar as desejáveis novas mudanças tecnológicas e culturais [uma vez que] os meios de comunicação locais regionais foram, durante muitos anos, empresas privadas com um número médio de trabalhadores escasso, salários médios escassos, baixo nível de profissionalismo” (Correia et al, 2021, p. 5), esta situação, relatada num período mais recente, não é diferente da exposição de Jerónimo que há mais de uma década dizia que:

alguns estudos de caso apontam para redacções reduzidas, que nem sempre contam com jornalistas (...) Ser “repositório” ou “depósito” de comunicados de empresa são expressões que frequentemente são associadas, por jornalistas e investigadores, às práticas da imprensa regional e seus ciberjornais (2012, p. 85).

Outro aspeto, que pode explicar a ressitência à transição digital dos jornais regionais, tem naturalmente a ver com as especificidades do consumidor, segundo Quintanilha:

é o formato impresso das publicações que ajuda a captar os públicos de jornais regionais, e não o formato digital. Preferem-se assim os formatos impressos em detrimento dos formatos digitais, o que (...) acaba por ter influência nas formas de trabalhar do profissional do jornal regional (...) a realidade mostra-nos que a população mais envelhecida, grande âncora demográfica da imprensa regional, faz essencialmente uso dos formatos tradicionais para acesso à imprensa regional (2018, p. 156,157).

para o autor:

é lícito pensar-se que se estabelece uma relação de causalidade entre perfis de utilização constituídos por populações mais envelhecidas, com menos literacias digitais que, por sua vez, e ao contrário do que se passa para os perfis de utilização da imprensa nacional, preferem os formatos de leitura tradicionais em papel, fazendo da imprensa regional um bastião dos formatos convencionais de disseminação da notícia (idem, p. 159).

Gonçalves (2020) também evidencia que “nas regiões do interior do país, onde a população é maioritariamente idosa, o consumo dos jornais regionais é feito sobretudo na versão impressa” (p. 96), sendo que “a aposta no digital que acontece nestes meios acaba por ser uma exceção e não a regra” (Godinho e Pereira, 2020, p. 78). Perante condicionalismos e resistências de vária ordem, o jornalismo regional é remetido para a cauda da corrida digital e corre o risco de “afastar-se das novas tendências e dos novos públicos” (Gonçalves, 2020, p. 92), tornando-se por isso necessária “a implantação de novas ferramentas para a prática jornalística. Formatos que atinjam novos públicos e desenvolvam uma nova relação de proximidade com os leitores” (Ramos e Grupillo, 2020, p. 32). Ramos e Grupillo (2020) sugerem que “além de utilizar características do próprio jornalismo de proximidade para se reinventar, os jornais locais podem explorar outras características da internet para se viabilizarem no meio digital” (p. 35).

A pesquisa realizada evidenciou ainda que “a transição da imprensa regional para a internet e as práticas nela existentes são quase desconhecidas” (Jerónimo, 2017, p. 27), para Godinho e Pereira:

a imprensa regional portuguesa é ainda um domínio de muito desconhecimento no



campo da investigação académica (...), sendo preocupante quando até o estudo Bareme Imprensa Regional foi descontinuado pela Marktest, empresa responsável por fazer estudos de mercado e processamento de informação (2020, p. 66).

No entanto, num estudo sobre o jornalismo local na Europa, onde foram abrangidos seis países, entre os quais Portugal, Guimerà (2018) afirma que há um crescente interesse dos investigadores sobre o jornalismo local, o autor associa este interesse “urgente” à necessidade de contribuir para a sobrevivência de um jornalismo ameaçado e “em perigo de extinção”: “the growing interest in local journalism among researchers is often accompanied by a sense of urgency, the feeling of approaching an object of study in danger of extinction, and the desire to contribute to its survival (p. 5). A ameaça, sugerida por Guimerà, não é nova nem exclusiva do jornalismo regional, num dos textos do antigo jornalista e provedor do telespetador, Paquete de Oliveira, intitulado *Mais um jornal de papel que «morre»* e numa referência ao fim da edição em papel do *Diário Económico*, em 2016, o autor diz que “o desaparecimento dos jornais em papel «destino fatídico do futuro que, por este andar, está traçado para tantos outros» indicador de como mais este desaparecimento vai ameaçando a «morte» do próprio jornalismo” (Paquete de Oliveira, 2017, p. 437). Não obstante estes indicadores, Camponez (2020) afirma que “reforçar a complementaridade do papel e do online é um caminho que parece viável para o jornalismo de proximidade” (p. 99), uma convergência que consideramos essencial, num esforço para manter, ao serviço do cidadão, o jornalismo na sua plenitude e nos seus diversos formatos, sem esquecer que, num futuro não muito longínquo, o mundo será exclusivamente povoado por nativos digitais.

## **2. O parente pobre da imprensa**

A versão mais recente do Estatuto da Imprensa Regional, (Lei n.º 36/2021, de 14/06), publicada no *site* da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, considera imprensa regional:

todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico (Estatuto da Imprensa Regional, 2021).

Carvalho, Morais e Ramos (2023) acrescentam que “a matéria noticiosa desta imprensa (ao contrário da nacional e internacional) tende, pois, a cingir-se àquilo que se

passa naquele território ou que é protagonizado por membros daquela comunidade, sendo essa pertença partilhada por jornalistas e públicos” (p. 92). Aos fatores distintivos desta imprensa, é muitas vezes associado um sentido pejorativo, Pascoal (1996), que traçou o perfil do jornalismo regional, conclui que:

não se observa qualquer tipo de estrutura redactorial organizada, na verdade, o que parece acontecer em cerca de metade dos órgãos sem expressão nacional é que, ou os jornalistas dependem directamente dos proprietários das empresas, ou são os próprios proprietários que executam as funções produtivas sem estarem habilitados para o fazer (1996, p. 6).

No artigo *Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão*, Pascoal (1996) descreve um jornalismo dependente do poder político e à margem do “seu código deontológico”:

O meio regional encontra-se extremamente condicionado por hábitos, costumes e ideologias conservadoras, nomeadamente no que respeita às relações entre os vários agentes sociais e políticos locais que revelam, principalmente, uma habituação a um tipo de relação clientelar e caciquista (...) O poder local, sendo proprietário ou não, dos meios de comunicação, manifesta exercer um controlo total sobre a informação (...) o grupo profissional dos jornalistas da imprensa regional depara-se com uma infinidade de constrangimentos não institucionais que impedem o exercício, condigno, da sua profissão, desrespeitam os direitos instituídos no seu código deontológico e estão na origem da produção de um jornalismo pouco rigoroso (Pascoal, 1996, p. 11).

Na mesma linha de interpretação, Ferreira (2005) retrata “uma imprensa empresarialmente muito frágil, com grandes dificuldades para chegar aos seus leitores, muito pouco atractiva e ainda menos arrojada” (p. 159), uma imprensa que “foi desde o dealbar da democracia portuguesa uma espécie de parente pobre das políticas de informação dos vários Governos” (idem, p. 164).

Neste contexto realçamos ainda o testemunho de Azeredo Lopes, enquanto presidente do Conselho Regulador da ERC, que introduz um estudo sobre a Imprensa Local e Regional em Portugal, apresentado em 2010:

Não foi também incomum, ao longo destes anos de mandato, ouvir menções à Imprensa regional e local como “típica” (uma espécie de folclore ultrapassado da página impressa), anacrónica, subsídio-dependente (...), nada preparada para a

evolução, sujeita às mais variadas influências e alegados caciquismos – e, até, destinada a uma extinção certa, sem poder resistir às maravilhas tecnológicas e às novas plataformas, como dinossauro comunicacional que apenas ficaria na memória dos menos novos (Lopes, 2010, p. 15).

As discrições apresentadas chocam com a indelével importância do jornalismo regional, nomeadamente no Alentejo, em termos de afirmação do sentimento de pertença a um todo nacional. Num artigo publicado a três de maio de 2023, no *site* do *Tribuna Alentejo*, a propósito da exposição “jornais Transtaganos - imprensa de Além Tejo”, é feita referência aos “três mais antigos jornais transtaganos que estão registados nas bibliotecas públicas e municipais do Alentejo”: O *Correio Eborense*, que inicia a sua publicação em Évora em 1847, *A Voz do Alentejo*, que nasce em Elvas em 1859 e *O Bejense*, que começou a chegar as mãos dos seus leitores, em Beja, em 1860. No mesmo artigo salienta-se precisamente a importância do jornalismo no Alentejo, que apresentava uma “variedade de tipologias [que] define uma cultura e uma vontade. Jornais de combate, jornais literários e culturais, jornais promovidos por reconhecidos vultos da nossa cultura como Eça de Queiroz ou da política como Camilo Mortágua” (Tribuna Alentejo, 2023). Consideramos que este legado caracteriza o Alentejo como um território fértil para a persecução de um jornalismo de qualidade, mas que não é sinónimo de exequibilidade, sobretudo tendo em conta os padrões do jornalismo moderno, não deixa, no entanto, de constituir um marco histórico e cultural com potencial inspirador para uma autodeterminação individual ou coletiva, capaz de reverter esta visão menos positiva do jornalismo regional.

No Alentejo, outrora considerado “o celeiro da Nação”, o panorama de subdesenvolvimento associado ao despovoamento, registado há décadas, não tem contribuído para fortalecer o jornalismo local e regional, garantindo a sua subsistência de uma forma saudável e adequada aos novos tempos. Citando o antigo presidente do Conselho Regulador da ERC, Azeredo Lopes, que reuniu com os responsáveis de várias publicações de âmbito regional, espalhadas pelo país, encontramos vários motivos pelos quais esta imprensa singular deve ser preservada:

A imprensa regional, pude comprová-lo se dúvidas tivesse, desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância – e muitos exemplos concretos conheci. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na Imprensa em geral. É, por isso e não só por isso, fascinante, e justifica, plenamente, que, sempre que possível, os poderes públicos – na ponderação

de decisões – tenham estes aspectos presentes, a pesar favoravelmente num dos pratos da balança (Lopes, 2010, p. 18).

Reconhecendo que o caminho não será fácil, Radcliffe e Ali apresentam uma visão otimista em relação ao futuro do jornalismo local e regional, assente num trabalho verdadeiramente relevante para as comunidades:

Small-market newspapers-by being bold, engaging, and offering content and information of value to their communities-can continue to be a monument to the past, present, and future of the areas they serve. Their future is not certain, and the road ahead will continue to be rocky and unpredictable. But the foundations of small-market newspapers are more solid than some people, including local journalists and local audiences, may realize. If all news is local, then this sector will continue to matter for a long time to come (Radcliffe e Ali, 2017, p. 80).

Numa versão mais romântica, Quintanilha mostra-se também confiante na capacidade de resiliência, essencialmente dos “intervenientes” da imprensa regional:

o sector da imprensa regional também é, ele próprio, profundamente diversificado, com publicações que resistem bem à mutabilidade de um sector em crise, e outras que só sobrevivem porque vão beneficiando do altruísmo e resiliência dos seus intervenientes que declaram amor à publicação como uma extensão do amor que sentem pelas suas terras (Quintanilha, 2018, p. 159).

### **3. O deserto de notícias e o vazio demográfico**

A vida e essencialmente as pessoas são a grande matéria do trabalho jornalístico, é por isso compreensível que no Alentejo, território que ao longo dos anos tem sucessivamente vindo a perder pessoas, se adense o chamado “deserto de notícias”, ou seja, há vários concelhos do Alentejo sem órgãos de comunicação social (OCS), o que naturalmente se traduz num diminuído acesso a notícias e informações locais. A priori podemos associar a ausência de órgãos de comunicação social à carência de matéria necessária à produção periódica de notícias, fazendo notar que os concelhos que integram o chamado “deserto de notícias”, são os que nos últimos anos registaram uma significativa perda de população e estão, por esse motivo, cada vez mais desertos de acontecimentos com relevância noticiosa, a não ser o esvaziamento demográfico de que são alvo. Para Ramos, autor que se debruçou sobre o mapeamento do “deserto de notícias” em Portugal:

o desafio para o jornalismo regional é maior em regiões onde há um deserto populacional. A região do Alentejo, mais especificamente o distrito de Portalegre, concentra o deserto de notícias no país, justamente as áreas onde há menor concentração populacional (2021, p. 48).

De acordo com os dados dos últimos Censos, realizados em 2021, os distritos alentejanos de Portalegre, Évora e Beja perderam 36.222 residentes, no espaço de uma década. Dos 10.343.066 residentes em Portugal, em 2021, 401.768 estavam distribuídos pelos distritos alentejanos de Portalegre (104.923), Évora (152.444) e Beja (144.401), que agregam quarenta e três concelhos, um número, que no conjunto dos três distritos alentejanos, está abaixo do registado no concelho de Lisboa, com 545.796 residentes. Esta disparidade de números, com uma colossal concentração em Lisboa, também se verifica na listagem de registos na ERC. O levantamento de títulos, ativos no dia 1 de março de 2024, permite concluir que, de um total de 1.703 publicações periódicas, 51 tem sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, e 725 tem sede no distrito de Lisboa. No Alentejo, o distrito de Évora é sede de 21 publicações, seguido de Portalegre com 17 e Beja com 13 (anexo C). Comparando estes números com os de 2014 (anexo D) verificamos que, durante a última década, Portalegre e Évora perderam uma publicação periódica e Beja manteve o número, já o distrito de Lisboa, casa da maior parte das publicações do país, perdeu 255 registos. Nos três distritos do Alentejo aparentemente as perdas não são significativas, mas se tivermos em conta que, juntamente com os distritos de Vila Real e Bragança, estes são os territórios do país com menos publicações, o desaparecimento de um título pode ser bastante expressivo, porque tal como afirma Ramos “a falta de um meio de comunicação com notícias locais pode afetar uma comunidade em diversas situações” (Ramos, 2021, p. 36). O fenómeno do chamado “deserto de notícias”, fonte de debates e estudos recentes, teve origem em investigações de Albernathy (2018), nos Estados Unidos, e define uma comunidade sem um jornal, “we defined a news desert as a community without a newspaper”, posteriormente a autora alargou a definição, introduzindo o conceito de “jornais fantasma”, o que evidencia uma preocupação com o conteúdo, para Albernathy não basta a existência de um órgão de comunicação social, é imprescindível que as comunidades tenham acesso a notícias locais, de forma a “alimentar as bases da democracia”:

we are introducing the concept of «ghost newspapers» and expanding our definition of «news deserts». Previously, we defined a news desert as a community without a newspaper. As a result of the dramatic shrinkage in the number of local news outlets in recent years, we have expanded our definition of news deserts to include communities where residents are facing significantly diminished access to the sort of

important local news and information that feeds grassroots democracy (Albernathy, 2018, p. 96).

No relatório sobre o “deserto de notícias” em Portugal, Jerónimo, Ramos e Torre (2022), aplicam a definição a concelhos sem notícias locais, classificam ainda os concelhos “com noticiário menos frequente ou insatisfatório” em situação de “semi-deserto”, concelhos com um único meio que produz noticiário local é considerado “ameaçado” e ficam fora do “deserto de notícias” os concelhos com dois ou mais meios que produzem noticiário local. Mediante esta classificação, os autores concluem que “os desertos de notícias surgem em regiões distantes dos grandes centros, com baixa atividade económica, onde os antigos jornais locais não conseguem mais sustentar-se e a região não é atrativa para novos empreendimentos no setor” (p. 10).

O estudo permitiu identificar que:

As regiões Norte, Centro e Alentejo concentram mais de 80% dos desertos e semi-desertos de notícias em Portugal. Nestas regiões, encontram-se 63 dos 78 concelhos em desertos e semi-desertos. Os distritos de Beja, Bragança, Évora, Portalegre e Vila Real são aqueles que têm a maior parcela de concelhos em algum tipo de deserto de notícias (Jerónimo et al, 2022, p. 20).

Apesar da correlação entre o deserto de notícias e o despovoamento, há também, embora em número bastante inferior, concelhos populosos onde se verifica esta ausência da imprensa local:

a falta de produção local de notícias afeta mais os concelhos do interior do país. Os distritos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, onde estão os 20 concelhos mais populosos de Portugal, possuem apenas três concelhos no deserto (Lisboa, Braga e Aveiro) (idem, p. 20).

Feita esta ressalva, retomamos o fio condutor da análise que associa o “deserto de notícias” a regiões de baixa densidade demográfica, seguindo esta lógica, a maior concentração de órgãos de comunicação social, ocorre no litoral, densamente povoado, deixando a descoberto (sem notícias locais) uma vasta área do território português. Para Ramos :

a concentração dos média é uma faca de dois gumes. Pode ser uma ameaça para a independência dos jornalistas e do jornalismo e, assim, em último grau, poderá vir a

revelar-se, igualmente, uma ameaça para a democracia. No entanto, a concentração permite poupar recursos, aproveitando sinergias (2001, p. 15).

Subentende-se que a concentração dos média em nada favorece o pluralismo que se exige ao exercício do jornalismo, no caso concreto da concentração geográfica, entendemos que pode efetivamente levar a um alheamento por parte das populações, carentes da informação local. Nesse sentido, entendemos que é crucial a existência de um jornalismo desconcentrado geograficamente. Nos distritos alentejanos em análise, Portalegre, Évora e Beja, acresce ainda o facto de nos referirmos a um território disperso, onde o reduzido número publicações pode dificultar ou inviabilizar a cobertura plena de cada concelho, “são cidades, vilas e aldeias que ficam marginalizadas em tempos de informação e vivem uma contradição da globalização: possuem acesso a notícias do que ocorre em outros países, mas não possuem uma fonte de informação credível sobre sua comunidade” (Abernathy, 2018, citada por Ramos, 2021, p. 31), para Jerónimo et al (2022) “os chamados desertos de notícias são a consequência maior da crise no jornalismo de proximidade, sobretudo em pequenas comunidades” (p. 8). A ausência de órgãos de comunicação social pode de facto afigurar a expressão de um território inóspito para o exercício do jornalismo, no entanto a crise que se reconhece existir no jornalismo tem raízes na sua origem, nas dificuldades de afirmação de uma classe profissional que atualmente atravessa uma nova fase de superação à escala global, para fazer frente à revolução digital, que lhe tem retirado o monopólio no que diz respeito à responsabilidade de informar. Para o jornalismo regional, que conforme se constatou, apesar de ostentar o título de bastião da imprensa tradicional e da imprensa de proximidade é também o seu parente pobre, esta nova fase é ainda mais difícil, uma vez que dispõe de reduzidos recursos humanos, capazes de lhe fazer frente. Não obstante as valiosas conquistas que permitiram a constituição de uma classe profissional, é também importante ressaltar que jornalistas e precariedade são termos historicamente ligados, o que condiciona a atuação destes profissionais face a novos desafios.

### Capítulo III - A metamorfose do jornalismo: da profissionalização à digitalização

#### 1. O associativismo na base da constituição de uma nova classe profissional

De acordo com a definição legal, jornalista é:

aquele que exerce, como ocupação principal, permanente e remunerada, com capacidade editorial, funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão e é condição do exercício da profissão de jornalista a habilitação com a respectiva carteira profissional (Comissão da Carteira Profissional de Jornalista – CCPJ).

A história mostra que nem sempre assim foi, mas o caminho percorrido permitiu a conquista desta definição, uma aceção que se ajusta à atualidade e à era digital, onde as funções do jornalista se fundem com a crescente necessidade de adaptação às emergentes e voláteis novas formas de escrita e publicação de notícias *online*, presentes em praticamente todas as redações, a necessidade de adaptação à globalização da informação e à permanente interação com o público. Em plena era digital, as mudanças são cada vez mais evidentes e a vários níveis, “hoje, o jornalista não é o primeiro a divulgar informações e, mais do que nunca, tem de saber fazer um pouco de tudo: reportar, editar, partilhar” (Gonçalves, 2020, p.93). Ao longo dos tempos, a figura do jornalista demonstrou resiliência e capacidade para alcançar o patamar de profissionalização de um ofício, mas o caminho foi sinuoso. Nos primórdios do jornalismo, aquando da publicação das chamadas *Relações*, no século XVI, e posteriormente, em 1641, a *Gazeta “da Restauração”*, o primeiro periódico português, “todos os pioneiros do jornalismo em Portugal eram clérigos letrados” (Sousa, 2009, p. 13), Sousa destaca no entanto que:

os “jornalistas” de seiscentos, como os actuais, procuravam fazer chegar ao conhecimento dos leitores uma panóplia de informações importantes, úteis ou interessantes, redigidas, normalmente, de forma clara, concisa e incisiva (a ideia do lead, nomeadamente do lead de impacto, já estava viva) (2009, p. 14).

Clérigos, como Manuel Severim de Faria, autor de várias *Relações*, e intelectuais como Miguel de Galhedos, apontado como o primeiro editor da *Gazeta* e consequentemente o primeiro jornalista português, dominavam o mundo da informação, uma realidade que



perdurou até à massificação dos jornais. Segundo Peixinho e Dias (2021) “é no âmbito do movimento associativo que emergem as primeiras reflexões, ainda que tímidas e inconsequentes, sobre a importância da formação e do ensino para a credibilização profissional” (p. 36). Num estudo sobre *A formação dos jornalistas na viragem de oitocentos para novecentos*, Peixinho e Dias (2021) referem que “ao longo do século XIX ser jornalista era uma ocupação reservada a homens de letras e homens de leis, que viram na imprensa uma plataforma de intervenção e reconhecimento público” (p. 30), uma realidade que só começou a ser contrariada com a massificação dos jornais:

A partir do momento em que os jornais se massificaram e a informação ganhou valor comercial, as redações dos jornais passaram a alimentar-se de um conjunto crescente de profissionais - entre noticiaristas e redatores, repórteres, informadores e revisores, para além de uma combativa classe de tipógrafos - que não tinham o estatuto social nem a projeção cultural dos homens de letras, mas que eram essenciais para manter as publicações e viviam exclusivamente da atividade jornalística (Peixinho e Dias, 2021, pp. 34,35).

Neste percurso, rumo à profissionalização, os autores assinalam o ano de 1880 como “um marco importante no caminho pela qualificação e autonomização profissional do jornalista, precisamente porque coincide com o ano da fundação da primeira associação profissional: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses” (idem, p. 34), que denota ainda uma ligação umbilical do jornalista com o escritor e com a literatura, o mesmo acontece com as associações que foram aparecendo ao longo do século XIX, de que são exemplo a *Sociedade de Homens de Letras*, *Sociedade dos Amigos das Letras* ou o *Grémio Literário*. A fase de massificação dos jornais, em que emergem novos profissionais associados ao jornalismo, mas sem a literacia considerada digna do título, marca um período de rutura, que por um lado insiste na necessidade de manter o jornalismo ligado aos homens das letras e à elite intelectual e por outro, incentiva à formação e à profissionalização de uma classe autónoma. Para Peixinho e Dias:

A possibilidade de uma formação específica para a carreira jornalística surge em resultado do aparecimento da imprensa de massas e do crescimento de efetivos na profissão, em que raríssimos tinham educação superior, muito poucos concluíam uma formação média e a maioria ascendia a partir de uma aprendizagem básica ou sem concluir estudos médios. A abertura do mercado de emprego fez-se simultaneamente pelas possibilidades de ascensão a uma carreira intelectual e pela luta de restrição do campo intelectual a uma elite culta tradicional (2021, p. 39).

## **1.1. Afirmção profissional, da regulação do jornalismo à formação académica**

No século XX, num período em que o regime de ditadura voltou a impor entraves ao processo de afirmação profissional dos jornalistas, é fundado, a 26 de fevereiro de 1934, o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), que agregou os jornalistas que estavam filiados noutros organismos e que, segundo o próprio sindicato, abrangia os “redatores, repórteres, colaboradores, correspondentes dos jornais estrangeiros, chefes de redacção e directores ou subdirectores de publicações periódicas com exercício continuado de uma actividade remunerada nas publicações periódicas” (SNJ). Na primeira metade do século XX destacamos ainda a criação da primeira Carteira Profissional de Jornalista, válida apenas para os sócios do SNJ. Apesar deste sindicato ter sido “criado como uma forma de controlo corporativo por parte do Estado” (Camponez, Miranda e Fidalgo. 2022, p. 40), Camponez et al defendem que a estrutura contribuiu:

decisivamente para a construção de uma base formal, a partir da qual os jornalistas portugueses desenvolveram uma consciência de classe profissional, que os tornará cada vez mais resistentes ao regime e marcará decisivamente os anos que se sucederam à Revolução de Abril de 1974 (2022, p. 39).

Para comprovar este contributo os autores destacam que, no pós 25 de Abril, o Sindicato dos Jornalistas (SJ), que deixou cair a palavra “Nacional”, denominação associada ao Estado Novo, “continuou a ser o representante único dos jornalistas, conseguindo associar no seu seio a quase totalidade da classe, mas agora de uma forma voluntária” (Camponez et al, 2022, p. 40). No campo da regulação da profissão, foi ainda aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária do SJ, de 13 de setembro de 1976, o primeiro Código Deontológico do Jornalista, que consagrava como primeiro dever “respeitar e lutar pelo direito do povo a ser informado”. A formação foi outra reivindicação difícil de alcançar, com inúmeras propostas que acabaram por não vingar. Em 1941, no primeiro número do Boletim, do ainda Sindicato Nacional dos Jornalistas, que tinha Luiz Teixeira como presidente da Comissão Administrativa, é dado a conhecer, à classe, o ofício endereçado ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional, onde é apresentado o primeiro projecto de criação de um “Curso de Formação jornalística”, com um subtil pedido de financiamento. O sindicato assumia que “a carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais” (Teixeira, 1941, p. 6) e reconhecia que faltava “o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida e põe ao seu serviço as melhores energias intelectuais” (idem, p. 6), este

curso, bem como outras propostas de formação na área do jornalismo não vingaram e só cinco anos depois da revolução, em 1979, “foi possível assistir à criação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – uma escola superior pública - , da primeira licenciatura em Comunicação Social do país” (Fidalgo, 2008, p. 135). Na última década do século XX:

os cursos de comunicação e de jornalismo trouxeram ao mercado de trabalho um grande número de novos jornalistas, com uma formação superior, jovens, muitos deles do sexo feminino, para quem o sindicato já não tinha o significado representativo dos seus colegas mais velhos (Camponez et al, 2022, p. 41).

É neste período que a regulação da profissão ganha novos contornos, que retiram poder ao SJ, com “o fim das competências concedidas pelo Estado ao SJ para a atribuição e gestão das carteiras profissionais dos jornalistas” (idem, p. 43), que culminou com a criação da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), resultado “de um processo negocial entre o SJ, o governo e os representantes dos proprietários dos media” (idem, p. 47) e a constituição de um organismo regulador, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), que esteve em funções entre os anos 1990 e 2006, altura em que foi substituída pela ERC, que vigora atualmente e que tem como uma das principais atribuições de competências “assegurar o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos no espaço mediático”. Neste período surge ainda a sugestão e o debate em torno da criação de uma Ordem para a classe, que após a realização de um referendo ficou sem efeito.

Na nova era do jornalismo consideramos importante reter o alerta de Camponez et al:

quando os profissionais não assumem a iniciativa da sua autorregulação, alguém, normalmente o Estado, tenderá a ocupar os espaços deixados vazios de qualquer regulação (...) os jornalistas têm sido empurrados para uma regulação que, supostamente, não desejavam, mas para a qual também não têm encontrado verdadeiras alternativas (2022, p. 58).

Para os autores, a falta de consenso verificada ao longo da história não impediu a construção de uma profissão, mas há lacunas que os jornalistas devem colmatar, uma vez que “as transformações verificadas nas sociedades contemporâneas da era digital e as consequências que isso está a ter no jornalismo [colocam] novos desafios à autorregulação dos jornalistas” (Camponez et al, 2022, p. 60).

Atualmente, em termos de órgãos reguladores e zeladores dos interesses da profissão, destacamos o SJ, que “visa integrar todos os/as jornalistas que trabalham para a

imprensa, a rádio, a televisão, as agências noticiosas e as publicações editadas em qualquer meio electrónico” (SJ), a CCPJ “um organismo independente de direito público ao qual incumbe assegurar o funcionamento do sistema de acreditação profissional dos jornalistas, equiparados a jornalistas, correspondentes e colaboradores da área informativa dos órgãos de comunicação social, bem como o cumprimento dos respectivos deveres profissionais” (CCPJ), a ERC, que “tem como missão regular e supervisionar todas as entidades que desenvolvem atividades de comunicação social, sob jurisdição do Estado português” (ERC), a Associação Portuguesa de Imprensa (APIImprensa), fundada em 1960 como Grémio Nacional de Imprensa Regional, que se assume como “a maior e a mais representativa associação do setor dos media em Portugal (...) e tem como missão a defesa dos seus interesses e a promoção de uma Imprensa livre e pluralista” (APIImprensa) e a Associação Nacional de Imprensa Regional (ANIR), constituída em 2016 “a única associação de imprensa que reúne, exclusivamente, a Imprensa Regional portuguesa (...) fundada por jornais (...) que sentiram a necessidade de uma organização que pugne por soluções que contribuam para a sua manutenção e crescimento” (ANIR). As associações, que representam a classe, têm também como propósito dar voz às preocupações e aos anseios dos jornalistas, em julho de 2024, num artigo de opinião, publicado pela APIImprensa, Manuel Piçarra, fundador do *Diário do Sul*, jornal regional com sede em Évora, refere que:

A Imprensa Regional no nosso País é o único meio de informação-papel que chega a vilas, aldeias e lugares do interior do País e vai a casa do leitor assinante (...) Dados não oficiais apontam para 8 jornais diários e cerca de 100 semanários, a maioria com 50 anos de existência (...) Estes jornais estão fazendo aquilo que compete ao Estado: Levar literacia ao interior profundo do País. Os leitores destes jornais são pessoas após os 40 anos de idade e que não dispensam saber o que se passa no seu concelho ou distrito e essa leitura alarga-se aos portugueses ausentes no estrangeiro. Esse é o grande mérito da Informação Regional que promove no papel contactos que doutro modo se perderiam (...) O futuro da Imprensa Regional não foi analisada pelo Governo em 2023 e muitos jornais suspenderam o papel enquanto outros não voltam a sair. A solução está dependente do Estado a quem compete apoiar a Literacia no interior do País. Toda a Europa já o fez e em Portugal apenas na Região Autónoma da Madeira foi apoiada. Outra medida indispensável cabe ao Poder Local para que os concelhos não fiquem sem os seus jornais regionais. A recuperação exige medidas dos governantes (Piçarra, 2024).

Cinquenta e cinco anos depois da fundação deste jornal regional, o diretor, que após a Revolução de Abril de 1974, aplaudiu a liberdade de informar, faz um apelo ao Estado e ao

poder local, para garantir a sobrevivência das edições em papel, reiterando a importância do jornal impresso para a população local e frisando que são as pessoas com mais de 40 anos de idade, que, apesar da era digital em que vivemos, continuam a dar primazia ao folhear do jornal. Face ao exposto e retomando o percurso até à profissionalização do jornalismo, concluímos que a história mostra “um caminho espinhoso e, pode dizer-se, ainda não completamente percorrido na consagração enquanto profissão socialmente reconhecida, sobretudo no que ao acesso e à formalização de um conhecimento especializado diz respeito” (Silva, 2024, p.71), principalmente se tivermos em conta os novos desafios da transição digital, que auguram uma infinidade de novas competências, indiscriminadamente atribuídas ao jornalista.

## **2. Jornalismo na internet: o gatilho de uma nova crise de identidade**

À medida que os jornalistas se afirmavam profissionalmente, a tecnologia ganhava terreno e “previa-se que o computador não ia ser utilizado apenas para funções de tratamento de dados, mas que viesse a afectar o ambiente do trabalho jornalístico tradicional: a redacção” (Faustino, 2004, p. 179). Depois dos vários obstáculos que o jornalismo enfrentou, até atingir o patamar da profissionalização, Traquina antevê um processo irreversível, no que diz respeito à garantia de formação da classe:

No início do século XXI, os jornalistas com um grau académico universitário constituíram uma maioria em muitos países, mas ainda uma minoria em Portugal, devido aos enormes obstáculos que o jornalismo enfrentou num país marcado por quase 50 anos de ditadura, durante o século XX; no fim do século XXI, com um processo histórico irreversível, os jornalistas não-licenciados serão uma «espécie em extinção», com uma comunidade profissional constituída totalmente por pessoas com formação superior (Traquina, 2005, p. 116).

Uma premissa que poderá não ser suficiente para garantir a sua legitimidade, reconhecendo que a evolução da profissão não foi, nem é linear, deu aso a uma série de divergências, avanços e retrocessos, que na atualidade podem colocar em causa não só a essência, mas também a credibilidade do jornalismo que, tal como afirma Ferreira:

desempenhou historicamente um papel central nas democracias modernas, desde logo servindo como fonte principal das informações para os cidadãos sobre assuntos da vida pública, mas igualmente enquanto espaço de participação, debate e confronto entre perspectivas distintas relativas aos problemas de cada comunidade (2018. p.

130).

Na era digital “o facto de a informação se tornar significativamente mais abundante, facilmente partilhada e proveniente de um número muito mais diversificado de fontes veio, não simplificar, mas complexificar a definição de «verdade»”(Ferreira, 2018, p. 157), apesar das dificuldades e das novas exigências com as quais o jornalismo se depara, Ferreira (2018) afirma que “a Internet contém em si mesma uma promessa democrática e um vasto potencial; a extensão em que serão cumpridos dependerá dos indivíduos que utilizarem os media e do uso que decidirem atribuir-lhe ” (p. 219). Para Fidalgo:

Há, decididamente, alguma agitação nas fronteiras que delimitam o território tradicional do jornalismo. Este vem sendo desafiado por novos conceitos, novos atores e novas práticas, muito em função (e em consequência) das profundas alterações tecnológicas da era digital, mas também muito em função de contextos socioculturais que já não se reveem nos modelos recentes em que os media se foram construindo e afirmando (2019, pp.15,16).

A facilidade que a internet trouxe à circulação global de informação, transformou o mundo das notícias, que “deixaram de ter hora marcada e passaram a ser um fluxo contínuo e imediato, alimentado ao minuto durante 24 horas, em sete dias da semana, num clima de feroz concorrência entre meios de comunicação” (Fidalgo, 2024, p. 132). Neste contexto a exacerbação da luta pela conquista de audiências, a melhor história, o exclusivo e o imediato, aliados a condições de trabalho precárias, podem condenar as conquistas alcançadas, que pugnaram por afirmar o rigor do trabalho jornalístico:

a ânsia de ser o primeiro e o mais rápido retira tempo para avaliar, interpretar e confirmar informações. A obsessão pelo exclusivo, acentuada por lógicas de mercado, repercute-se negativamente na cobertura em linha, dando aso a abordagens sensacionalistas e, até, alarmistas (Martins, 2024, p. 5).

Também Pinto (2008) atesta que “a possibilidade de publicação praticamente em tempo real e em regime de fluxo, aliada ao desenvolvimento do jornalismo multimédia passou a questionar o quadro tradicional de exercício da actividade” (p.12), há “mudanças em toda a linha do processo informativo: na produção das notícias, na sua distribuição, no seu consumo (...) novos atores, novos papéis, novos hábitos, novos negócios, novas exigências, novas dinâmicas” (Fidalgo, 2024, p. 121). Nesta nova fase do exercício do jornalismo, Faustino destaca que:

a redacção, até então tecnologicamente passiva, limitada à preparação dos originais e conteúdos do jornal, passou a assumir um maior protagonismo noutros aspectos ligados à concepção do produto final (...) Com os novos sistemas desapareceu a tradicional divisão do trabalho: dilui-se a separação entre o trabalho de produção intelectual e o manual dentro da produção de jornais ou revistas (2004, p. 179).

Apesar das evidentes alterações nas rotinas produtivas do jornalista, impostas pela tecnologia, Deuze defende que o jornalismo continua o mesmo, mas reconhece que o fluxo de permanente mudança obriga a uma luta constante de “adaptação e transformação”:

journalism remains the same yet the conditions under which it is practiced have not only changed considerably, they are in permanent flux (...) However, in aligning itself constantly to fit the changing social, technological, and political landscape, journalism as a profession as well as news as an industry struggle to adapt and transform (Deuze, 2019, p. 2).

O jornalismo, que acompanhou a evolução dos tempos e que foi limando e aperfeiçoando os contornos da profissão, está perante um novo desafio, uma nova luta e uma corrida contra o tempo, uma corrida “em rede”, numa era em que:

a internet é o tecido das nossas vidas (...) passou a ser a alavanca para uma nova forma de sociedade – a sociedade em rede (...) é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global (Castells, 2001, pp. 15,16).

A crescente, quase que imposição do digital nas nossas vidas, que transformou o mundo na “aldeia global” de McLuhan, resulta de uma “implosão instantânea” gerada pela “aceleração da era eletrónica” (McLuhan, 1964, p. 106), que abriu inúmeras possibilidades de publicar, republicar e relatar acontecimentos, transformados numa espécie de notícia, sem qualquer tratamento ou escrutínio. Com o mundo *online* “através das mais recentes redes sociais, ao instante, indivíduos comuns divulgam, partilham, comentam, questionam e desacreditam os conteúdos noticiosos” (Ferreira, 2018, p. 128), a informação, produzida por jornalistas e “frequentemente misturada no grande magma da comunicação no espaço público que hoje nos rodeia por todos os lados e a toda a hora, (...) vê-se em dificuldades para afirmar a sua diferença, a sua especificidade, o seu valor próprio” (Fidalgo, 2024, p. 131), paralelamente assistimos a uma maior e mais feroz exploração das fontes, por parte dos repórteres, que perante uma ocorrência ouvem um sem número de testemunhas, de forma a

alimentar a notícia e essencialmente de forma a alimentar as multiplataformas onde marcam presença, sem quaisquer preocupações em relação ao rigor que deve caracterizar a informação jornalística, assistimos de igual forma a um maior facilitismo no que diz respeito à “diluição das fronteiras entre conteúdo editorial e publicitário, extensiva dependência de press releases e publicidade de agências governamentais e de empresas para preencher o espaço das notícias” (Bastos, 2023, p. 21). Outra particularidade da era digital é a constante reciprocidade, ou seja, se por um lado o jornalismo explora as fontes para atingir o seu fim, o mesmo acontece no sentido inverso, as fontes foram ganhando cada vez mais autonomia “em vez de sujeitos promotores de notícia que controlam os *media*, surgiram os sujeitos produtores de acontecimentos com atributos jornalísticos” (Chaparro, 2001, p. 83), assessores de imprensa e gabinetes de comunicação publicam e disseminam a informação que mais lhes convém e que facilmente chega à audiência que pretendem atingir, ou usam os jornalistas para o fazer, com notas de imprensa e comunicados, mascarados de notícia e prontos a publicar, poupando o tempo que sabem ser cada vez mais escasso nas redações. Nesta nova era, “a relevância dos jornalistas enquanto mediadores entre os produtores primários de informação e os seus destinatários finais quase desapareceu, com a facilidade que hoje tem qualquer entidade de comunicar diretamente com toda a gente” (Fidalgo, 2019, p. 2), tal como afirma Bastos os jornalistas:

além de competirem com o público por uma oportunidade de contar histórias (...) enfrentavam também o crescente uso de feeds de agências de notícias e de actualidades produzidos por profissionais de relações públicas e de empresas de marketing, que substituíam a produção de reportagem original (2023, p. 23).

Com esta transmutação na disseminação da informação “o jornalista vai perdendo o monopólio do jornalismo” (Alves, 2006, p. 99), os recetores “agora tem o controle” (idem, p. 96), com acesso ilimitado à informação disponível na internet, com capacidade de a fazer chegar aos vários pontos do globo, em escassos minutos e com a possibilidade de a questionar ou tentar desacreditar, um panorama em que o tempo assume um papel cada vez mais determinante, com consequências na qualidade que se pretende para o jornalismo. Segundo Silva:

a maior proximidade entre os profissionais e as suas audiências - e a facilitação do acesso destas últimas aos primeiros - comporta assim uma dimensão mais sinistra, com um impacto corrosivo no modo como os jornalistas percebem e se relacionam com os seus recetores (2024, p. 139).



Nas plataformas digitais onde quase todos marcam presença, as rotinas produtivas dos jornalistas são constantemente postas à prova, de tal forma que muitas vezes há que fazer uma escolha entre a qualidade da notícia e a rapidez da sua publicação. Fontcuberta (1999) afirma que as rotinas de produção que se impõem aos jornalistas “levam a omissões informativas (...) em nome das rotinas, os meios de informação (...) excluem informação (...). A progressiva presença da técnica faz que, muitas vezes, o jornalista esteja mais preocupado com a forma do que com o conteúdo” (p. 108). Para Steensen e Westlund (2021) “news rituals have expanded way beyond the production, distribution, and consumption of journalism. This separation of news from journalism began with the popularisation of the World Wide Web during the 1990s” (p. 7), os autores do livro *What is Digital Journalism Studies?*, atribuem à internet a responsabilidade da separação entre notícias e jornalismo, pelo facilitismo de produção, distribuição e acesso a notícias, no formato e na plataforma que mais nos convém, o que faz do jornalismo apenas mais uma fonte indiferenciada de todas as outras:

Today, news is something that you find in formats and on platforms of your own choosing (...) Journalism is one among these sources that both build on each other and are increasingly difficult to separate from one another for the end-user (Steensen e Westlund, 2021, pp. 7,8).

## **2.1. Novas questões em torno da ética profissional**

Segundo a análise de Paquete de Oliveira, face à evolução tecnológica:

o jornalismo, actor natural e com conferição institucional do exercício dessa mediação, vai cedendo o seu espaço, o seu lugar, a todos os outros campos de actividade, sem «identificar a identidade» do espaço social que lhe compete e reivindicando as suas condições e direitos. O jornalismo — com esta sua fácil metamorfose, por via de razões de subsistência, ao plasmar do entretenimento e das transformações culturais, ao doar enorme espaço aos comentadores, na sua grande maioria falantes entre si, uns com os outros, com menos atenção e prática à investigação e à razão de ser da notícia, do acontecimento — está cada vez menos interrogativo, interpelativo. Por exemplo, faz dos eventos judiciais e criminais, relatos sequenciais, eleva-os até autenticamente à categoria de novelas diárias (2017, p. 438).

Esta descrição não traduz o rigor pelo qual o jornalismo se comprometeu a pautar a sua atividade, por outro lado manifesta claramente um afastamento do seu propósito, uma perigosa mescla de informação e entretenimento, de rigor e futilidade. Paquete de Oliveira

(2017) considera ainda que “à medida que as novas tecnologias têm aumentado a «tonelagem» de informação disponível, o seu tratamento, distribuição e difusão, o grau de conhecimento e domínio dessa «nova riqueza» pelos cidadãos em geral têm diminuído” (idem, p. 117). Para o autor, perante estas evidências, o jornalismo deve “interrogar -se sobre em que lugar está na História (...) Sem ignorar que há um futuro intransponível no digital, o jornalismo não pode adiar também o que lhe dá o «seu próprio futuro»” (idem, pp. 438 e 439).

O jornalismo, enquanto ofício, esteve e está sujeito a inúmeras interpretações e constantes avaliações, assim o determina o inquestionável poder simbólico que ao longo dos tempos tem desempenhado, utilizando os meios de comunicação como instrumento. O “quarto poder” que caracteriza o jornalismo, não deve ser encarado como um dado adquirido e não deve impor-se às regras a que o exercício da profissão está sujeito, de forma a garantir o reconhecimento necessário à continuidade do jornalismo. Para Bourdieu:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (1989, p. 14).

O sociólogo acrescenta que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (Bourdieu, 1989, p.15), o que faz do jornalismo “uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais” (Traquina, 2005, p. 22), uma vez que tem o dever de contribuir “ativamente na construção da realidade” (idem, p. 29).

Partindo do princípio defendido por McLuhan, de que o “meio é a mensagem”, “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer extensão de nós próprios – resultam da nova escala introduzida nos assuntos humanos por cada extensão de nós próprios, por qualquer nova tecnologia” (McLuhan, 1964, p. 30), para o autor:

os novos meios e as novas tecnologias, pelas quais nos amplificamos e prolongamos, constituem uma imensa cirurgia coletiva praticada no corpo social (...) se tais intervenções cirúrgicas são necessárias, há, porém que considerar a inevitabilidade de infetar todo o sistema (p. 79).

Após cinco décadas de democracia e liberdade, a sociedade vive de peito aberto a esta intervenção cirúrgica, operada pela tecnologia, e deve ter presente que “em todos os

sistemas há um ponto a partir do qual a aceleração redundando em ruptura e colapso” (McLuhan, 1964, p. 104) , McLuhan destaca no entanto que “se o novo meio de transporte (de informação) for acessível a todas as partes ao mesmo tempo, é possível que a estrutura possa mudar sem se desintegrar” (idem, p. 105). Estabelecendo um paralelismo, com a transição digital, podemos inferir que o “novo meio de transporte” de informação, não chega a todas as partes ao mesmo tempo, verificamos que a transição digital dos jornais nacionais leva um grande avanço, essencialmente no que diz respeito ao aproveitamento das potencialidades tecnológicas, em relação a grande parte dos jornais regionais, o que naturalmente tem contribuído para adensar a ameaça de ruptura daqueles que não têm tido capacidade para acompanhar esta evolução. Antevendo o rumo do crescimento tecnológico, McLuhan venceu ainda que a consciência humana prevalece em todos os meios:

os computadores são neste momento máquinas altamente especializadas, faltando-lhes ainda muito para o pleno processo inter-relacional em que consiste a consciência. Obviamente, eles podem ser levados a simular o processo de consciência, tal como as redes eléctricas globais começam hoje a simular o nosso sistema nervoso central. Mas um computador consciente continuaria a ser uma extensão da nossa consciência” (1964, pp. 353,354).

No jornalismo, por mais meios tecnológicos que possam existir, deve ser a consciência do jornalista a definir o valor notícia, contudo existe uma crescente tendência para o “mimetismo mediático”:

febre que se apodera repentinamente da mídia (confundindo todos os suportes), impelindo-a na mais absoluta urgência, a precipitar-se para cobrir um acontecimento (seja qual for) sob pretexto de que os outros meios de comunicação – e principalmente a mídia de referência – lhe atribuem uma grande importância (...) Assim os diferentes meios de comunicação se auto-estimulam, superexcitam uns aos outros, multiplicam cada vez mais as ofertas e se deixam arrastar para a superinformação numa espécie de espiral vertiginosa, inebriante, até a náusea (Ramonet, 1999, p. 9).

Reconhecendo a importância da internet e da livre circulação da informação à escala global, Ramonet traça um cenário em que os jornalistas passam de atores principais a meros figurantes:

Pergunta-se pelo futuro dos jornalistas. Eles estão em vias de extinção. O sistema não quer mais saber deles. Poderia funcionar sem eles, ou digamos que ele consente

em trabalhar com eles, confiando-lhes, porém, um papel secundário: o de funcionários na rede, como Charlot em *Les temps modernes*... Em outras palavras, rebaixando-os ao nível de retocadores de transmissões de agência (1999, p. 24).

Para subverter o que aparentemente condena uma profissão, Pinto sugere que:

Necessitamos de um jornalismo que alargue os seus horizontes: no tipo de assuntos, nas linguagens e formatos (...) Precisamos de um jornalismo que continue a investigar, que faça a verificação sistemática das matérias, que se comprometa com procedimentos pautados por valores partilhados (2008, pp. 27, 28).

Nobre-Correia (2023) defende igualmente que “a desejável mutação do jornalismo praticado em Portugal tem de vir necessariamente dos próprios jornalistas (...) que têm de tomar iniciativas de modo a favorecer o aparecimento de uma nova vaga” (p. 256), Oliveira e Glanzmann (2010) têm uma perspetiva que aponta vantagens à prática do jornalismo na era digital, considerando que “o Jornalismo jamais obteve tantas e variadas formas de atuação interessantes como hoje, graças à nova era. No ambiente online, além da agilidade na produção, verificação e publicação de conteúdos, a proximidade com as fontes é extrema” (p. 105). Os autores ressaltam ainda que este “é um momento no qual a ética deve estar sempre presente, pautando as atividades do jornalista que pretende sobreviver a mais uma verdadeira revolução profissional” (idem, p. 105). Convém ainda salientar que Oliveira e Glanzmann, tal como outros autores aqui citados (Nobre- Correia, 2023 e Pinto, 2008), são unânimes quanto à necessidade de “ponderar sobre o papel do jornalista (...) repensar na responsabilidade jornalística a partir deste século XXI” (Oliveira e Glanzmann, 2010, p. 112), numa era digital que “entra agora numa nova fase com a progressiva utilização da Inteligência Artificial” (Canavilhas, 2023, p. 48). No rumo cada vez mais tecnológico que conduz a vida em sociedade, o jornalismo é novamente desafiado a afirmar-se, citando Fidalgo:

As dúvidas a propósito do que é o jornalismo hoje e de quem o faz podem ser olhadas como uma ameaça a padrões estabelecidos, mas também como uma oportunidade para recentrar as atenções no que verdadeiramente importa e para reinventar o seu lugar e modo de estar nas sociedades complexas em que vivemos (2019, p. 16).

Em resultado de um inquérito a antigos jornalistas, o autor concluiu que:

Só com um esforço continuado de clareza – que é tributário de uma incontornável exigência ética – pode o jornalismo recuperar a credibilidade que aqui e ali lhe vem

faltando, mas que é essencial para estabelecer com os cidadãos uma relação de confiança, mesmo (ou sobretudo) num contexto em que se torna cada vez mais difícil distinguir o trigo do joio, o verdadeiro do ‘fake’, o livre do condicionado, o independente do vendido e comprado (Fidalgo, 2019, p. 16).

A metamorfose em execução não se apresenta fácil e a exposição aqui apresentada está longe de explorar todos os campos que envolvem o futuro do jornalismo enquanto classe profissional, revelando uma preocupação mais centrada em valores éticos, em detrimento do plano económico e da lógica de mercado que também influi grandemente no futuro do jornalismo, uma vez que a transição digital abriu todo um mundo novo de disseminação de notícias de acesso gratuito, que afetou diretamente o “tradicional modelo de negócio em que assentava a atividade dos media”, sobre esta questão Fidalgo afirma que:

uma substancial parte dos seus custos coberta por receitas publicitárias e alguns proventos oriundos da venda de exemplares ou assinaturas, entrou em crise, uma vez que se foi disseminando a ideia de que os conteúdos jornalísticos podem ser consultados gratuitamente (2019, p. 3).

O acesso gratuito a notícias, combinado com a nova multiplicidade de tarefas atribuídas aos jornalistas e a pressão, ao minuto, para produzir e publicar conteúdos *online*, conduziram a uma nova crise de identidade, ao agudizar da precariedade e em simultâneo a uma maior fragilidade e descrédito da profissão de jornalista, o que pode deitar por terra o simbolismo de bastião da democracia que a caracteriza.

## **2.2. O rosto de uma democracia precária**

Se tivermos em conta a definição de precariedade no dicionário, enquanto “qualidade do que é ou está precário; condição do que é instável, inseguro, frágil ou contingente”, certamente encontramos correspondência com o estado atual do jornalismo português. O “Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal”, realizado entre abril e maio de 2022, sob coordenação da historiadora Raquel Varela, retrata uma profissão desgastante e precária. De acordo com os dados recolhidos, 580 dos 866 inquiridos têm contratos sem termo e cerca de 50% dos jornalistas trabalham mais de 40 horas por semana. No inquérito, que abrangeu jornalistas ativos e aposentados de 119 concelhos de Portugal, 48% dos profissionais indicam ter níveis elevados de esgotamento e cerca de 88% queixam-se das interferências de plataformas digitais na produção noticiosa atual, sendo que 54% dizem estar inquietos com a precarização da

produção jornalística atual. O estudo, realizado pelo SJ, em parceria com a Casa da Imprensa e a APImprensa, indica ainda que 80% dos profissionais do setor têm formação superior e auferem uma remuneração líquida que, em média, ronda os 1225 euros. Os dados confirmam que o jornalismo está, ou continua, em crise, a profissão parece ter entrado numa espiral de precariedade ladeada por diversos fatores, um deles com raízes na era digital em que vivemos, que acrescenta funções aos jornalistas, atualmente também responsáveis pela concretização da transição digital dos órgãos de comunicação social em que trabalham, e que os confronta com uma explosão de informação concorrente, que tem vindo a surgir nas plataformas *online*.

Demissões, precarização das relações de trabalho, queda nas tiragens e nas receitas publicitárias e um consequente fechamento de jornais e rádios. A crise tornou-se uma palavra comum no jornalismo nas últimas duas décadas, sobretudo com o crescimento da produção de conteúdo na internet (Christofolletti, 2019 citado por Ramos, 2021, p. 32).

Esta nova crise, transversal ao exercício do jornalismo, tem tendência a assumir proporções ainda maiores quando falamos de jornalismo regional, que assenta essencialmente num esforço dos profissionais para acompanhar a transição digital, mantendo os tradicionais métodos de difusão de notícias, de que são exemplo os jornais impressos. A este esforço acrescido, que se traduz em precariedade, juntam-se os baixos salários, os horários desregulados e sobrecarregados. Quando falamos de um ofício que também responde pelo nome de quarto poder, contrapoder ou bastião da democracia, consideramos estar em condições de afirmar que a precariedade que caracteriza o jornalismo, no século XXI, atira também a própria democracia para uma situação precária, admitindo que os jornais são o que rege a democracia, são, segundo Albernathy (2018) “the bible of democracy, the book out of which a people determines its conduct” (p. 8). Ainda sobre a relação e interdependência entre média e democracia, Nobre-Correia (2023) afirma que “a forma como são concebidos a informação e o entretenimento é demasiadas vezes fomentadora do descrédito da democracia e do Estado de direito” (p. 14), para o autor “a qualidade e a pujança de uma democracia estão estritamente ligadas ao dinamismo e ao pluralismo da informação proposta aos cidadãos” (idem, p. 129). Na descrição do autor, o jornalismo português apresenta-se, “nos últimos decénios”, como um pilar rachado e em risco de colapso, colocando em causa o destino da democracia. Caracterizando a “paisagem mediática portuguesa”, Nobre-Correia (2023) refere que “o que salta imediatamente aos olhos é o subdesenvolvimento da imprensa (...) No que diz respeito aos jornais, às suas tiragens e à fraca presença de títulos regionais” (p. 13), Nobre-Correia vai ainda mais longe ao afirmar que a “pobreza” da produção

jornalística em Portugal “é manifesta e desoladora” (idem, p. 13). Autores como Ramos (2021) confirmam que “a crise no jornalismo (...) é ainda mais evidente no jornalismo local, que enfrenta o desafio de atuar localmente na internet, onde os modelos bem-sucedidos ocorrem globalmente, em grandes escalas” (p.30), considerações reveladoras de que o exercício da profissão, num jornal regional, assemelha-se a travar uma batalha contra Golias, que assume a forma da internet.

### **2.3. A crise e o futuro do jornalismo**

O nível de exigência a que o jornalismo está sujeito afeta de sobremaneira as redações com menos recursos, mas a crise atinge grande parte dos profissionais do setor, mesmo aqueles que trabalham em grandes grupos, como é o caso do *Global Media Group* (GMG), um dos maiores de Portugal, detentor de marcas de referência, como o centenário *Diário de Notícias*. A crise do GMG, pôs a nu a situação precária do jornalismo português:

O jornalismo está em crise em Portugal. O GMG, que detém o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, a TSF e O Jogo, entre outros, anunciou um eventual despedimento coletivo de centenas de pessoas pelo perigo de insolvência da empresa. Situação que desencadeou greves, salários em atraso e um braço de ferro entre jornalistas e administração (Freire, 2023).

Este excerto de uma reportagem da jornalista, Maria Madalena Freire, exibida na *SIC Notícias*, demonstra a situação precária dos profissionais do GMG, conhecida em dezembro de 2023, um assunto que fez correr muita tinta nos primeiros meses de 2024 e que foi um dos temas dominantes do 5º Congresso dos Jornalistas, que decorreu de 18 a 21 de janeiro, no cinema São Jorge, em Lisboa, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, pela Casa da Imprensa e pelo Clube dos Jornalistas. Focado no presente, com vários testemunhos sobre precariedade e abusos laborais no jornalismo, o congresso debateu temas como “Ética do jornalismo para a democracia” e “Condições de trabalho dos jornalistas”, aos quais tivemos oportunidade de assistir e onde, da plateia se levantaram vozes de contestação em relação à quase inexistente preocupação relativamente ao encerramento de títulos de jornais regionais e consequente desemprego de jornalistas, face à enorme projeção da crise no GMG, constatada por Silva (2024):

A crise no grupo Global Media - que, na verdade, é sintomática de aspetos estruturais e conjunturais do modelo predominante de propriedade dos media - gerou várias manifestações públicas de consternação, indignação e solidariedade por

parte de diversos quadrantes da sociedade e da política (incluindo governo e Presidente da República). O cenário sombrio deste grupo de media tematizou, mediática e publicamente, a degradação das condições de trabalho, a instabilidade laboral e a profunda precariedade da profissão. Na sequência da resolução final do 5º Congresso dos Jornalistas (janeiro de 2024), foi convocada uma greve geral de jornalistas que paralisou mais de 40 órgãos de comunicação social portugueses no dia 14 de março de 2024. A última greve geral de jornalistas tinha acontecido em 1982 (p. 49).

A crise no jornalismo assume novos contornos no século XXI, mas os problemas que afetam esta classe profissional não são novos, na última década do século passado, Jacinto Batista escrevia que:

A pelintrice que atinge e diminui a dignidade de uma classe profissional que deveria ser mais estimada, é o rosto mais chocante de uma situação – mas não a esgota. Os principais problemas com que se debatem os jornalistas portugueses são (...) a precariedade no emprego; os baixos salários; os horários muito longos; a insuficiente formação profissional (Baptista, 1992, p. 38).

O jornalista acrescenta que “Portugal tem, como em outros sectores de actividade, o jornalismo que merece, por culpas que implicam e também transcendem os fazedores de jornais” (idem. p. 38). Os problemas relatados, há mais de três décadas, continuam atuais e continuam a afetar os jornalistas, profissionais que apesar de terem conquistado o seu lugar na sociedade, de inegável importância num país democrático, são constantemente postos à prova, obrigados a provar o seu valor e a lidar diariamente com novos desafios, atualmente à escala global, uma bola de neve, alimentada pela precariedade, que põe em causa o futuro da classe profissional. Segundo Silva:

Os fatores que determinam a identidade e coesão interna deste grupo profissional não são com certeza alheias às condições laborais precárias que, desde os primórdios do jornalismo moderno e em plena fase de desenvolvimento do seu processo de profissionalização, sempre afetaram a persecução e o desenvolvimento da atividade. As baixas remunerações ou a insegurança laboral são, por isso, “velhas questões” que ganham uma nova roupagem no contexto atual do jornalismo (2024, p. 66).

Perante o panorama atual, o futuro não augura facilidades para o exercício do jornalismo na era digital, de acordo com as conclusões da análise das tendências e inovação



do ecossistema mediático de Espanha e Portugal (2025-2030), destacamos a Inteligência Artificial e o papel ambíguo, que deverá assumir neste contexto, no sentido em que irá, cada vez mais, dificultar a verificação dos factos, mas em simultâneo fazer parte do processo de produção de notícias, sem descartar o fator humano, do qual dependerá a fidelização do consumidor:

a popularização das ferramentas baseadas em IA irá encorajar o aparecimento de desinformação mais complexa e cada vez mais difícil de verificar (...) No ambiente jornalístico, a inteligência artificial será aplicada principalmente aos processos intermédios de produção de notícias (transcrição, categorização, resumo, etc.), mas não tanto à geração final de conteúdos (...) As empresas jornalísticas combinarão cada vez mais o know-how tecnológico, a criatividade e a mediação humana (...) O envolvimento e a fidelização dos consumidores dependerão, em grande medida, do forte compromisso dos meios de comunicação social com os valores jornalísticos (García-Avilés et al, 2023, pp. 109, 110).

O compromisso que se exige, como garantia de futuro do jornalismo, da sua pluralidade e da sua qualidade de cúmplice no fortalecimento e defesa dos valores democráticos, implica que estes profissionais desenvolvam a sua atividade num ambiente propício, que garanta condições de trabalho, remuneração e períodos de descanso adequados. Tendo em conta que o atual contexto das redações está cada vez mais dependente das tecnologias e das plataformas digitais, torna-se imperativo que também neste aspeto possa ser garantida qualidade e equidade no uso e aproveitamento de recursos, de forma a afastar um cenário de precariedade digital.

## **Capítulo IV: Estudo empírico: metodologia e discussão de resultados**

### **Metodologia**

#### **1. Pressupostos de investigação**

Associar o fenómeno da nova crise do jornalismo ao conceito de transição digital, confrontando os indicadores da crise e da precariedade no jornalismo português e especificamente no jornalismo regional no Alentejo, com as características teóricas do conceito de transição digital, aplicado ao trabalho nas redações e à produção de notícias, são os pressupostos desta investigação. A pesquisa bibliográfica efetuada, que revisitou os primórdios da imprensa e do jornalismo em Portugal, acompanhou a sua evolução, profissionalização e transição digital, em vigor há quase três décadas, foi o ponto de partida para aprofundar o conhecimento sobre os marcos históricos da construção de uma profissão, que atualmente se vê obrigada a profundas alterações estruturais e éticas. A reflexão teórica apresenta, transversalmente, referências ao jornalismo local e regional, foco deste estudo, que pretende caracterizar a constituição das redações e as condições de trabalho nos jornais alentejanos, com suporte impresso e *online*, evidenciando os impactos da transição digital nos locais de trabalho, na produção de notícias e nas dinâmicas dos jornais.

##### **1.1. Objetivos e pergunta de partida**

Este estudo, centrado nas redações dos jornais híbridos com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, tem por objetivo identificar e analisar a composição das redações, caracterizar as condições de trabalho de jornalistas e diretores de informação, perceber como estes profissionais avaliam o impacto da transição digital no exercício das suas funções e que percepção têm sobre o futuro destas publicações regionais.

Qual é a composição das redações dos jornais híbridos sedeados no Alentejo, em que condições trabalham os seus profissionais e como avaliam o impacto da transição digital no exercício do jornalismo? Esta é a pergunta de partida que nos propomos responder.

##### **1.2. Campo de análise – amostra**

As condições de trabalho, em contexto de transição digital, constituem o campo de análise deste estudo, que tem como unidades de observação os jornalistas e os diretores de informação. A amostra é constituída pelos profissionais que trabalham nas redações regionais

dos jornais com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, com publicação em papel e *online*.

### 1.3. Metodologias adotadas

O trabalho metodológico inclui pesquisa bibliográfica, levantamento das publicações periódicas registadas na ERC, com sede em Portalegre, Évora e Beja e respetiva classificação quanto à tipologia, suporte, conteúdo, periodicidade e concelho sede. Da listagem de publicações, ativas à data de 01 de março de 2024, selecionamos os jornais com suporte em papel e *online* e excluímos revistas e outras publicações que, apesar de classificadas como regionais, apresentam conteúdos especializados, institucionais, doutrinários e de promoção turística. O inquérito por questionário, foi o método de recolha de informação utilizado na investigação empírica. Um método que segundo Quivy e Campenhoudt:

consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas ou sociais, às suas expectativas (1998, p. 188).

O questionário de administração direta “preenchido pelo próprio inquirido” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 188) foi gerado no *Google Forms* e distribuído *online* através de *email*, a jornalistas e diretores de informação, devidamente indentificado, relativamente ao seu teor e propósito. Foi enviado, após contacto telefónico, com todos os diretores e alguns jornalistas, a 15 de março de 2024, um dia depois da greve geral de jornalistas. O prazo de respostas fechou em junho, após quatro meses de persistência, via telefone e *email*, contactos que permitiram a recolha de informações adicionais, manifestações de interesse em colaborar e da alegada “falta de tempo para responder a questionários”. Do universo de catorze jornalistas e sete diretores de informação, quadros dos jornais selecionados, obtivemos onze respostas de jornalistas e sete no que refere aos diretores de informação. Convém ainda salientar que os nove jornais que se enquadram nas características determinadas para cumprir o propósito desta investigação, traduzem sete conjuntos de profissionais, uma vez que, no caso dos jornais *Correio Alentejo* e *Jornal Sudoeste*, com sede no distrito de Beja, ambas as publicações funcionam apenas com um diretor de informação e alguns colaboradores pontuais, o mesmo sucede com os jornais *Diário do Sul* e *A Sul*, com sede no distrito de Évora, que partilham igualmente o diretor de informação. Na resposta ao inquérito contamos com a participação dos diretores de informação e jornalistas das redações

do *Correio Alentejo* e *Diário do Sul*, excluindo as publicações gémeas destes jornais. Foram distribuídos dois questionários distintos, um endereçado a jornalistas e outro a diretores de informação. Tendo em conta a constituição atípica das redações selecionadas, em que os diretores de informação acumulam funções de jornalista e muitos são também diretores da publicação, há questões idênticas em ambos os questionários, sendo que no questionário distribuído aos diretores de informação foram apenas alteradas as questões respeitantes a decisões editoriais. Os questionários estão divididos em três partes: indicadores sociodemográficos descritivos, que identificam e caracterizam a população inquirida e a sua situação profissional; indicadores de perceção, sobre o impacto da transição digital nas redações e nas condições de trabalho e indicadores de expectativa, em relação ao futuro do jornalismo e da imprensa regional. Aos diretores de informação foi distribuído um questionário (anexo B) com 43 perguntas de resposta obrigatória, 37 de escolha múltipla e 6 abertas, no caso dos jornalistas, o questionário (anexo A) é constituído por 41 perguntas de resposta obrigatória, 39 de escolha múltipla e 2 abertas. Optámos por aplicar a este estudo uma metodologia mista, considerando que a triangulação de dados poderá fornecer uma visão mais ampla dos resultados, utilizando o método quantitativo, que tem “como informação base a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas” e qualitativo, a fim de detetar “a presença ou ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do discurso estão articulados uns com os outros” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.227).

#### 1.4. Caracterização do *corpus*

O caminho para chegar à amostra, constituída por jornalistas e diretores de informação das redações dos jornais com suporte em papel e *online*, teve origem no levantamento da listagem de publicações periódicas, registadas na ERC, com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, que apresentamos de seguida, com o intuito de identificar o universo de publicações e explicar a seleção realizada de acordo com os pressupostos da investigação e simultaneamente caracterizar o contexto mediático da região, no que diz respeito a publicações periódicas.

**Tabela 1**

*Publicações periódicas com sede no distrito de Portalegre*

| <b>Nome</b>            | <b>Tipologia</b> | <b>Suporte</b> | <b>Conteúdo</b>  | <b>Periodicidade</b> | <b>Concelho</b> |
|------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|-----------------|
| <i>Linhas de Elvas</i> | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Semanal              | Elvas           |
| <i>Ecos do Sor</i>     | Regional         | Papel          | Informação geral | Quinzenal            | Ponte de Sor    |

|                                    |          |              |                          |            |                 |
|------------------------------------|----------|--------------|--------------------------|------------|-----------------|
| <i>A Mensagem</i>                  | Regional | Papel        | Doutrinário              | Trimestral | Crato           |
| <i>Mensageiro de Alter</i>         | Regional | Papel        | Informação geral         | Mensal     | Alter do Chão   |
| <i>Notícias de Castelo de Vide</i> | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Castelo de Vide |
| <i>A Ponte</i>                     | Regional | Papel        | Informação geral         | Mensal     | Ponte de Sor    |
| <i>Notícias de Arronches</i>       | Regional | Papel/online | Informação geral         | Mensal     | Arronches       |
| <i>DDD-Dê de Delta</i>             | Nacional | Papel        | Informação especializada | Trimestral | Campo Maior     |
| <i>Alto Alentejo</i>               | Regional | Papel/online | Informação geral         | Semanal    | Portalegre      |
| <i>Tudobem</i>                     | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Elvas           |
| <i>TV Guadiana</i>                 | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Elvas           |
| <i>Perspetiva</i>                  | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Elvas           |
| <i>Canal Alentejo</i>              | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Portalegre      |
| <i>Sul Ibérico</i>                 | Regional | Online       | Informação especializada | Diária     | Elvas           |
| <i>Aprender</i>                    | Nacional | Online       | Informação especializada | Bianual    | Portalegre      |
| <i>Norte Alentejano</i>            | Regional | Online       | Informação geral         | Diária     | Elvas           |
| <i>Norte Desportivo</i>            | -        | Online       | -                        | Mensal     | Elvas           |

Nota. Esta tabela identifica e caracteriza as publicações periódicas registadas no *site* da ERC, com sede no distrito de Portalegre, ativas à data de 01/03/2024.

Fonte: elaboração própria

Com sede no distrito de Portalegre estão registadas na ERC um total de 17 publicações periódicas, a maioria (14) são de âmbito regional e duas de âmbito nacional, sendo que o *Norte Desportivo* não tem essa informação disponível. Na distribuição por suporte, o *online* está em vantagem com nove publicações, cinco são publicações impressas e três mistas, em papel e *online*. O conteúdo é essencialmente de informação geral (13), há três publicações de informação especializada e uma doutrinária, neste parâmetro o *Norte Desportivo* também não disponibiliza informação. Quanto à periodicidade, a maior parte (7) são publicações diárias, seguem-se as publicações mensais (3), trimestrais (3), semanais (2), quinzenais (1) e bianuais (1). Na distribuição por concelhos, Elvas concentra o maior número de registos, com sete publicações periódicas, segue-se Portalegre com três e Ponte de Sor com duas, Alter do Chão, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide e Crato, são sede de cinco publicações periódicas, uma em cada concelho, a zero estão os concelhos de Avis, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa e Sousel, ou seja, dos quinze concelhos do distrito, sete não tem publicações periódicas e verifica-se uma maior concentração de registos nos concelhos com mais habitantes, de acordo com os dados dos Censos de 2021 (Elvas, Portalegre e Ponte de Sor). No distrito de Portalegre, os jornais que cumprem os requisitos para integrar a base da amostra, são o *Linhas de Elvas*, *Alto Alentejo* e *Notícias de Arronches*, as únicas publicações regionais, com suporte em papel e *online*.

**Tabela 2****Publicações periódicas com sede no distrito de Évora**

| <i>Nome</i>                         | <i>Tipologia</i> | <i>Suporte</i> | <i>Conteúdo</i>  | <i>Periodicidade</i> | <i>Concelho</i>       |
|-------------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|-----------------------|
| <i>Diário do Sul</i>                | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Diária               | Évora                 |
| <i>A Ideia</i>                      | Nacional         | Papel          | Especializada    | Anual                | Évora                 |
| <i>Brados do Alentejo</i>           | Regional         | Papel          | Informação geral | Quinzenal            | Estremoz              |
| <i>A Defesa</i>                     | Regional         | Papel          | Informação geral | Semanal              | Évora                 |
| <i>O Montemorense</i>               | Regional         | Papel          | Informação geral | Mensal               | Montemor-o-Novo       |
| <i>Palavra</i>                      | Regional         | Papel          | Informação geral | Mensal               | Reguengos de Monsaraz |
| <i>Folha de Montemor</i>            | Regional         | Papel          | Informação geral | Mensal               | Montemor-o-Novo       |
| <i>Gazeta de Vendas Novas</i>       | Regional         | Papel          | Informação geral | Mensal               | Vendas Novas          |
| <i>Mais Alentejo</i> (revista)      | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Bimestral            | Évora                 |
| <i>Jornal E</i>                     | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Quinzenal            | Estremoz              |
| <i>Toureio.pt</i>                   | Nacional         | Online         | Especializada    | Diária               | Vila Viçosa           |
| <i>Sodueste Portugal</i>            | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Évora                 |
| <i>Tribuna Alentejo</i>             | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Évora                 |
| <i>Tauronews</i>                    | Nacional         | Online         | Especializada    | Diária               | Évora                 |
| <i>100%DEEJAY</i>                   | Nacional         | Online         | Especializada    | Diária               | Estremoz              |
| <i>A sul</i>                        | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Semanal              | Évora                 |
| <i>O Digital</i>                    | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Vila Viçosa           |
| <i>TDS Rádio e Televisão do Sul</i> | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Évora                 |
| <i>Ardina do Alentejo</i>           | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Estremoz              |
| <i>Correio da História</i>          | Nacional         | Online         | Especializada    | Mensal               | Montemor-o-Novo       |
| <i>Alentejo Ilustrado</i> (revista) | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Mensal               | Évora                 |

Nota. Esta tabela identifica e caracteriza as publicações periódicas registadas no *síte* da ERC, com sede no distrito de Évora, ativas à data de 01/03/2024.

Fonte: elaboração própria

Évora é o distrito que apresenta o maior número de registos de publicações periódicas, em comparação com os congéneres de Portalegre e Beja, um total de 21. À semelhança do que acontece no distrito de Portalegre, a nível do suporte, a maioria (9) são publicações exclusivamente *online*, sete em papel e cinco mistas, quinze são publicações regionais de informação geral e as restantes (6) são publicações nacionais de informação especializada. Quanto à periodicidade, a maioria (9) são publicações diárias, seguem-se as publicações mensais (6), semanais (2), quinzenais (2), bimestrais (1) e anuais (1). Évora é o concelho com mais registos (10), seguido por Estremoz (4), Montemor-o-Novo (3), Vila Viçosa (2), Reguengos de Monsaraz (1) e Vendas Novas (1), o que significa que, dos 14 concelhos do distrito de Évora, oito não têm publicações periódicas, nomeadamente, Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Mourão, Portel, Redondo e Viana do Alentejo. Verificamos igualmente uma maior concentração de publicações nos concelhos com maior número de habitantes (Évora, Estremoz e Montemor-o-Novo). Das 21 publicações periódicas registadas no distrito

de Évora, os jornais *Diário do Sul* e *A Sul*, são os únicos que cumprem os parâmetros elegíveis para este estudo, ambos com sede no concelho de Évora e ambos com o mesmo diretor de informação, sendo que apenas obtivemos respostas referentes ao *Diário do Sul*, o que deixa o distrito de Évora representado por apenas uma publicação. Relativamente ao *Jornal E*, que aparentemente cumpre os requisitos, a exclusão deve-se ao facto do formato *online* não apresentar uma tipologia regional, remetendo para um *site* de uma revista (*interessantíssimo.pt*) com conteúdo produzido por uma equipa de *bloggers*.

**Tabela 3**

*Publicações periódicas com sede no distrito de Beja*

| <b>Nome</b>                   | <b>Tipologia</b> | <b>Suporte</b> | <b>Conteúdo</b>  | <b>Periodicidade</b> | <b>Concelho</b>      |
|-------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|----------------------|
| <i>A Planície</i>             | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Mensal               | Moura                |
| <i>Ovelha</i>                 | Regional         | Papel/online   | Especializada    | Quadrimestral        | Beja                 |
| <i>Correio Alentejo</i>       | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Quinzenal            | Castro Verde         |
| <i>Jornal Sudoeste</i>        | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Quinzenal            | Castro Verde         |
| <i>Alentejo Atual</i>         | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Beja                 |
| <i>Lidador Notícias</i>       | Regional         | Online         | Informação geral | Diária               | Beja                 |
| <i>Notícias de Beja</i>       | Regional         | Online         | Informação geral | Mensal               | Beja                 |
| <i>Odemira em Notícia</i>     | Regional         | Papel          | Informação geral | Trimestral           | Odemira              |
| <i>Serpa Informação</i>       | Regional         | Papel          | Informação geral | Mensal               | Serpa                |
| <i>Jornal de Ferreira</i>     | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Trimestral           | Ferreira do Alentejo |
| <i>Diário do Alentejo</i>     | Regional         | Papel/online   | Informação geral | Semanal              | Beja                 |
| <i>Notícias Terras de Sol</i> | -                | Papel          | -                | Bimensal             | Moura                |
| <i>Do it!</i>                 | Nacional         | Papel/online   | Informação geral | Trimestral           | Moura                |

Nota. Esta tabela identifica e caracteriza as publicações periódicas registadas no *site* da ERC, com sede no distrito de Beja, ativas à data de 01/03/2024.

Fonte: elaboração própria

O distrito de Beja contabiliza um total de 13 registos de publicações periódicas, ao contrário do que acontece nos distritos de Portalegre e Évora as publicações exclusivamente *online* não são as que apresentam o maior número (3), o mesmo se aplica em relação às publicações em papel (3), neste caso as publicações mistas, em papel e *online*, são as que apresentam o maior número de registos (7). Há duas publicações nacionais e uma de conteúdo especializado. Quanto à periodicidade, não há uma variável que se destaque, existe uma grande dispersão na distribuição por publicações diárias (2), semanais (1), quinzenais (2) mensais (3), bimensais (1), trimestrais (3) e quadrimestrais (1). O concelho de Beja é sede de cinco publicações, segue-se o concelho de Moura (3), Castro Verde (2), Odemira, Serpa

e Ferreira do Alentejo com uma publicação periódica em cada concelho. O concelho de Beja é sede do maior número de registos (5), seguem-se os concelhos de Moura (3), Castro Verde (2), Odemira (1), Serpa (1) e Ferreira do Alentejo (1), o que significa que em 14 concelhos, oito não têm publicações periódicas (Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Mértola, Ourique e Vidigueira). No baixo Alentejo, o concelho de Beja, o mais populoso, é sede da maior parte das publicações, mas a tendência não se verifica em relação aos restantes concelhos, de que é exemplo Odemira, o concelho que, depois de Beja, regista o maior número de habitantes, um *boom* verificado nos últimos anos e explicado pela grande afluência de imigrantes. No distrito de Beja foram selecionados quatro jornais, *A Planície*, *Correio Alentejo*, *Jornal Sudoeste* e *Diário do Alentejo*, no entanto ficou excluído o *Jornal Sudoeste*, uma vez que partilha o diretor de informação, com o *Correio Alentejo*, sendo que a última é a publicação que surge identificada no questionário, foi também excluído o *Jornal de Ferreira*, por apresentar conteúdo meramente institucional, referente ao editor, o município de Ferreira do Alentejo. No caso de Beja o distrito será representado por três publicações periódicas, *Diário do Alentejo*, *A Planície* e *Correio Alentejo*.

### **Caraterização dos sete jornais selecionados**

#### **1.4.1. Jornais do distrito de Portalegre**

##### ***Linhas de Elvas***

O semanário, com sede na cidade de Elvas, é o jornal mais antigo do distrito de Portalegre, nasceu em 1950 e mantém a sua atividade de forma ininterrupta, com uma tiragem semanal que ronda os 3400 exemplares. O conteúdo informativo abrange os distritos de Portalegre, Évora e a região fronteira entre Portugal e Espanha. O *Linhas de Elvas* iniciou a transição digital no ano 2000, com a criação do *site*, que mantém com a designação *Norte Alentejo*, onze anos mais tarde aderiu às redes sociais *online* e atualmente marca presença no *Facebook*, *Instagram*, *Linkden* e *Whatsapp*. João Alves e Almeida é o diretor da publicação, o diretor de informação e um dos jornalistas da redação, que é composta por mais três jornalistas, Nuno Barraco, Pedro Trindade Sena e Arlete Calais. O conteúdo privilegia a informação regional, dá especial enfoque ao Alentejo, mas tem também um cariz transfronteiriço, dada a proximidade com Espanha. O jornal *Linhas de Elvas* facultou três elementos da amostra, o diretor João Alves e Almeida e os jornalistas Nuno Barraco e Pedro Trindade Sena.



### ***Alto Alentejo***

O jornal Alto Alentejo é um semanário com sede na cidade de Portalegre, foi fundado em 2006 e conta 18 anos de atividade ininterrupta, com uma cobertura que abrange em primazia o distrito de Portalegre, mas também os distritos de Évora, Castelo Branco e Abrantes. Tem uma tiragem semanal que ronda os 2000 exemplares e curiosamente, iniciou a sua presença digital nas redes sociais, com a criação da página de *Facebook*, em 2012, três anos mais tarde, em 2015, criou o *site*, atualmente está também presente no *Instagram* e *Twitter*. A redação é composta por três jornalistas, Tiago Silva, Patrícia Leitão e Manuel Isaac Correia, que acumula funções de diretor de informação, todos são parte integrante da amostra.

### ***Notícias de Arronches***

Com sede na vila que lhe dá o nome, o *Notícias de Arronches* é um jornal mensal, fundado em 2002, com edições ininterruptas e distribuição gratuita, porta a porta, até 2024, ano que deverá, segundo o diretor, Fernando Marques, ditar “o abandono da edição em papel”, devido a dificuldades financeiras e à sua “avançada” idade (76 anos). A transição digital, iniciada em 2014, com um blog, estendeu-se, em 2020, à criação de um *site* e à presença nas redes sociais *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Instagram*, suportes que deverão garantir a continuidade do jornal. A redação conta apenas com o diretor e jornalista Fernando Marques, também responsável pela distribuição do jornal, com uma tiragem de 1500 exemplares. O *Notícias de Arronches* dá preferência a conteúdos relacionados com o concelho onde está inserido, não descurando notícias de relevo a nível distrital. Fernando Marques é um dos constituintes da amostra, na qualidade de diretor.

## **1.4.2. Jornais do distrito de Évora**

### ***Diário do Sul***

O *Diário do Sul*, sediado na cidade de Évora, teve a sua primeira publicação em 1969, sucedendo e substituindo o *Jornal de Évora*, editado pela primeira vez em 1957. É o único jornal de periodicidade diária (de segunda a sexta) no Alentejo, publicado ininterruptamente, com uma tiragem de 4000 exemplares. O distrito de Évora merece destaque em termos de valor notícia, mas é dada cobertura a toda a região Alentejo. A transição digital concretizou-se em 2012, com a criação de um *site* e posterior presença nas redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. Fazem parte da redação três elementos, dois diretores executivos (que são também jornalistas), nomeadamente Paulo Piçarra e José Piçarra, e a jornalista Marina Pardal. Neste caso a amostra integra Paulo Piçarra, na qualidade de diretor de informação, e a jornalista Marina Pardal.

### 1.4.3. Jornais do distrito de Beja

#### ***Diário do Alentejo***

Fundado em 1932, em Beja, o *Diário do Alentejo* tem um longo e atribulado percurso, com suspensões e publicações avulso para manter o título. Em 1980 abriu falência, tendo um ano mais tarde, em 1981, sido adquirido pela *Associação de Municípios do Distrito de Beja* (AMDB), tornando-se uma empresa pública, estatuto que mantém atualmente, enquanto propriedade do poder autárquico, designadamente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL). Em 1982, o jornal reergueu-se como bissemanário e em alguns meses reuniu condições para se tornar um jornal semanário, tipologia que se mantém em vigor. Foi também nessa data que o *Diário do Alentejo* iniciou as publicações regulares, ininterruptamente, atualmente com uma tiragem de cerca de 6000 exemplares e conteúdos que dão preferência e quase exclusividade ao distrito de Beja. Iniciou a sua presença *online* com a criação de um *site*, no ano 2000, onze anos mais tarde aderiu às redes sociais, com presença no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. Dos sete jornais incluídos neste estudo, o *Diário do Alentejo* destaca-se pelo número de jornalistas que compõem a redação, superior ao verificado nas restantes publicações, um total de cinco, destes constituem a amostra os jornalistas Ana de Sousa, Nélia Pedrosa, José Serrano e Ricardo Zambujo (fotojornalista) e o diretor Marco Cândido.

#### ***A Planície***

Com sede em Moura, o jornal foi fundado em 1952 e extinto em 1964, o relançamento da publicação ocorre após a revolução de Abril, em 1976, desde essa data está nas bancas mensalmente, com notícias que privilegiam o concelho de Moura e o distrito de Beja. A tiragem ronda os 2000 exemplares. Em 1989 surgiu a rádio Planície, do mesmo proprietário e com a mesma redação. A transição digital teve início em 2010, com a presença na rede social *Facebook*, com maior enfoque para os conteúdos radiofónicos, mais tarde foi criado um *site* e alargada a presença *online* ao *Instagram* e *Youtube*. A redação, responsável pela elaboração de conteúdos para o jornal e para a rádio, integra três elementos, dois jornalistas e o diretor de informação. Patrícia Pato, António Pica (jornalistas) e José Albardeiro (diretor), são elementos da amostra.

#### ***Correio Alentejo***

Fundado em 2006, o jornal quinzenal, com sede em Castro Verde, atingiu em 2024 a maioria (18 anos), com publicações regulares e uma tiragem de cerca de 3000 exemplares. A presença *online* data de 2007, com a criação do *site*, três anos mais tarde apresenta-se nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, com conteúdos que abrangem

todo o distrito de Beja. É uma publicação que subsiste muito à custa das notícias da agência Lusa, segundo indicou o diretor, Carlos Pinto, que é também o único jornalista afeto à redação do *Correio Alentejo* e parte integrante da amostra, enquanto diretor de informação.

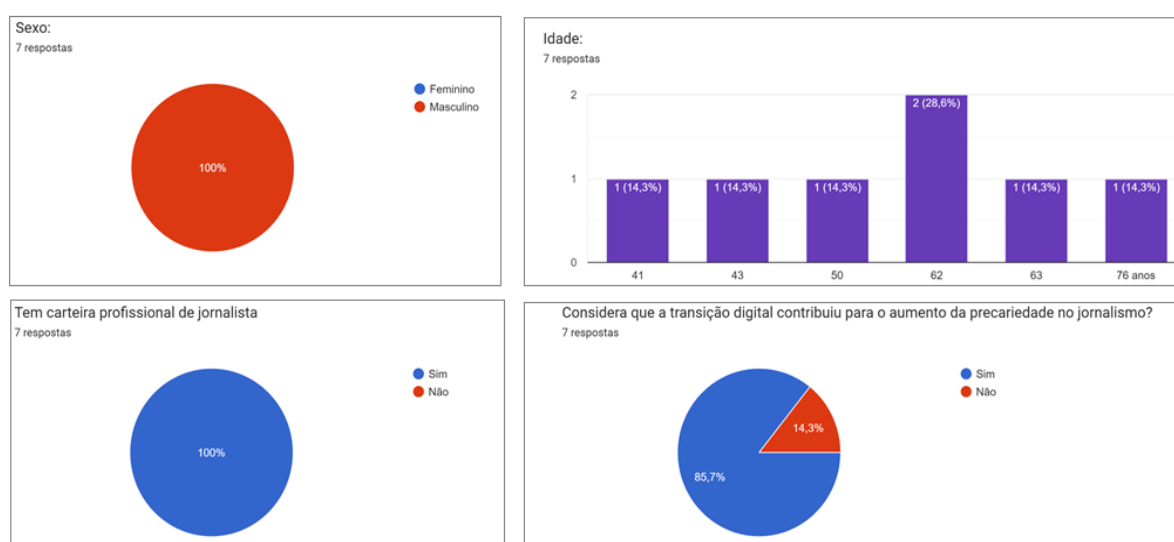
Na caracterização dos jornais salientamos que com exceção para o *Diário do Alentejo*, que tem uma entidade pública como editor e proprietário, todos ou outros seis jornais incluídos no estudo têm editores privados.

#### 1.4.4. Caracterização da amostra

Dos 21 questionários distribuídos, obtivemos 18 respostas, onze de jornalistas e sete de diretores de informação.

**Figura 1**

*Caraterização da amostra: diretores de informação*

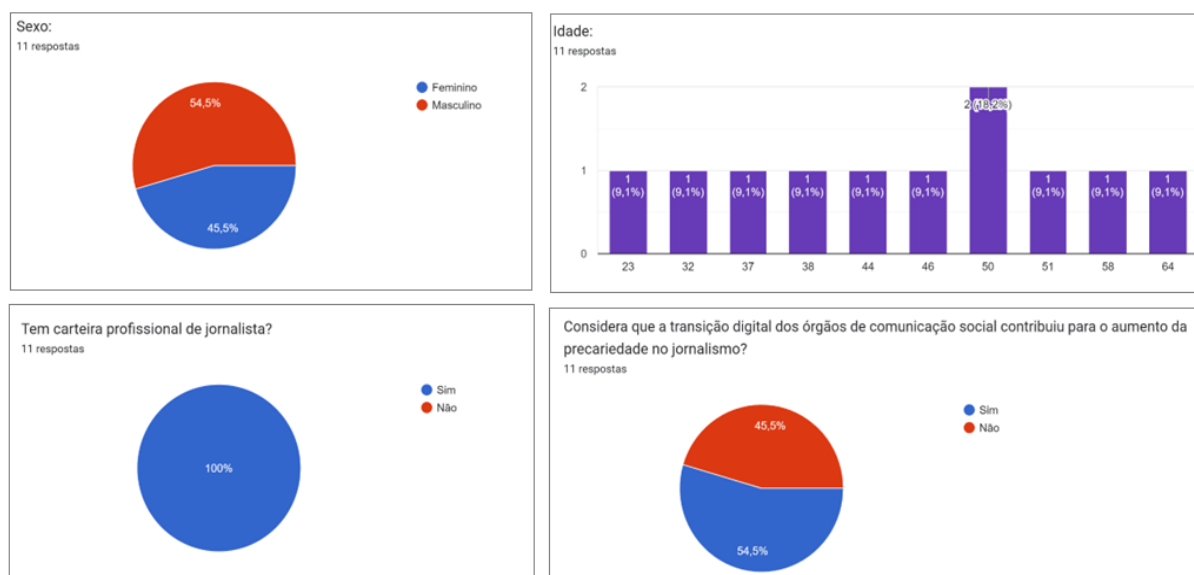


Fonte: produção própria com gráficos gerados no *Google Forms*

Os diretores de informação inquiridos são todos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 41 e os 76 anos e detentores de carteira profissional de jornalista. A grande maioria (85,7% que corresponde a 6 elementos), com exceção apenas para um dos dirigentes, considera que a transição digital contribuiu para o aumento da precariedade dos jornalistas.

**Figura 2**

*Caraterização da amostra: jornalistas*



Fonte: produção própria com gráficos gerados no *Google Forms*

Os jornalistas inquiridos, seis (54,5%) do sexo masculino e cinco (45,5%) do sexo feminino, tem idades entre os 23 e os 64 anos, todos estão registados na Comissão da Carteira Profissional, com o respetivo título. Uma ligeira maioria (54,5 %) que corresponde a 6 elementos) considera que a transição digital dos órgãos de comunicação social contribuiu para o aumento da precariedade no jornalismo, mas as opiniões dividem-se. A caracterização da amostra representa por si só parte dos objetivos que nos propusemos alcançar, traçando o perfil dos inquiridos, onde se enquadram os indicadores sociodemográficos descritivos, para os quais elaborámos um conjunto de questões que identificam diretores de informação e jornalistas. A par desta identificação fica ainda clara a perceção destes profissionais sobre o impacto da transição digital nas condições de trabalho, com a maioria a indicar um aumento da precariedade.

## 2. Apresentação e análise de resultados

Com o objetivo de caracterizar a composição das redações, as condições de trabalho de jornalistas e diretores de informação e avaliar o impacto da transição digital no exercício da profissão, recolhemos, através de um inquérito por questionário, testemunhos de onze jornalistas e sete diretores de informação. O estudo teve como base, para seleção da amostra, sete jornais, três com sede no distrito de Portalegre, um com sede no distrito de Évora e três com sede no distrito de Beja. Dos jornais selecionados, seis são de propriedade privada e apenas um, o *Diário do Alentejo*, é propriedade de uma instituição pública, é

também o único que apresenta uma redação com mais de três jornalistas, um total de cinco, onde se inclui um fotojornalista.

## **Dados do inquérito e reflexão teórica**

### **2.1. Diretores de informação**

O retrato sociodemográfico dos diretores de informação dos jornais alentejanos, que acumulam funções de diretores da publicação e de jornalistas, encaixa, parcialmente, na definição de Pascoal a respeito das dinâmicas do jornalismo regional, quando o autor afirma que:

na verdade, o que parece acontecer em cerca de metade dos órgãos sem expressão nacional é que, ou os jornalistas dependem directamente dos proprietários das empresas, ou são os próprios proprietários que executam as funções produtivas sem estarem habilitados para o fazer (1996, p. 6).

Constatamos que alguns destes diretores são efetivamente os proprietários das publicações e todos desempenham cumulativamente funções de jornalista. No caso dos jornais *Notícias de Arronches* e *Correio Alentejo*, os diretores, que também são proprietários das respetivas publicações, são aliás os únicos jornalistas da redação, dados já observados por Jerónimo (2012) que descreve “redacções reduzidas, que nem sempre contam com jornalistas” (p. 85), neste caso há jornalistas, mas apenas um, que é também o responsável máximo da publicação e que se desdobra em funções, com a ajuda de colaboradores, para colocar o jornal nas bancas e atualizar conteúdos nas plataformas digitais. É também um facto que os diretores executam as funções produtivas, tal como relata Pascoal (1996), já quanto às habilitações “para o fazer”, ou seja para o exercício do jornalismo, salientamos que todos os sete diretores de informação inquiridos desempenham as funções de jornalista dentro da legalidade e supostamente com as habilitações para o fazer, uma vez que são portadores de Carteira Profissional de Jornalista. No que diz respeito à formação, divide-se entre o ensino secundário e a licenciatura, e a maioria (6) assume que valoriza a formação académica dos jornalistas para efeitos de contratação. Seis, dos sete inquiridos, desempenham o cargo há mais de uma década, a maior parte (5) em regime de exclusividade. Todos os profissionais inquiridos são do sexo masculino, o que revela que os cargos de chefia são exercidos exclusivamente por homens, com uma média de idades entre os 41 e os 76 anos, a maioria (5) acima dos 50 anos, residentes no distrito sede da respetiva publicação, com um contrato de trabalho sem termo e uma remuneração mensal líquida “entre

1000 e 1500 euros”, neste último parâmetro realçamos ainda a disparidade de valores verificada entre os dois diretores sobrestes, um deles com uma remuneração superior a 1500 euros, enquanto o segundo tem um rendimento inferior a 500 euros mensais. Quanto ao número de horas de trabalho, na maior parte dos casos (5), é “variável”, com duas folgas por semana e isenção de horário. As redações que dirigem são compostas por um número de jornalistas que os diretores consideram insuficiente e que varia entre um e quatro, número que, em cinco redações, “não” sofreu alterações com a transição digital, em outras duas redações “houve necessidade de um reforço com novas contratações”, dados que corroboram a descrição de Correia et al (2021), sobre os meios de comunicação locais e regionais enquanto “empresas privadas com um número médio de trabalhadores escasso” (p. 5), no único caso em que o jornal é propriedade de uma entidade pública (*Diário do Alentejo*) o número de jornalistas sobe para cinco.

À questão: “quando se processou a transição digital?” as respostas indicam o período entre os anos 2000 e 2019 e no caso do jornal *Alto Alentejo*, um processo contínuo, obrigatório e “contra” o ideal do jornal:

Vai-se processando. Seremos obrigados a assumi-la mas contra o nosso ideal. E só a termos de assumir na totalidade face ao facto de estarmos numa região de baixa densidade e perante a realidade de haver poucos leitores para fazer o equilíbrio entre os custos de impressão e as receitas de venda (Manuel Isaac Correia).

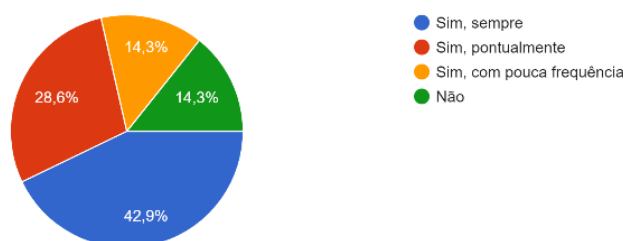
Sobre os motivos da transição digital, as respostas apontam a “modernização”, “evolução”, “acompanhamento das novas tecnologias”, “reforçar os conteúdos da edição impressa” e “a necessidade de chegar aos leitores atempadamente”, prevalece a percepção de que os jornais “lançaram-se na *Web* porque «toda a gente o estava a fazer», porque não se podia «perder o comboio» da história” (Bastos, 2023, p. 168), mesmo quando esta transição vai contra os ideais do jornal. Os sete inquiridos foram unânimes em considerar que a presença do jornal nas plataformas digitais é fundamental no contexto mediático da região e a maioria (6) acredita que a transição digital “facilita” o trabalho jornalístico. A presença *online* é percebida, por quatro dos inquiridos, como um fator que “não” alterou as prioridades editoriais, de divulgação de notícias de cariz local e regional, os restantes (3) acreditam que “trouxo mais diversidade e criatividade na produção de conteúdos”, não houve respostas que afirmassem que a presença *online* resultou numa “maior padronização de conteúdos”, neste aspeto mantém-se a especificidade do jornalismo regional que “tende, pois, a cingir-se àquilo que se passa naquele território ou que é protagonizado por membros daquela comunidade” (Carvalho, Morais e Ramos, 2023, p. 92), apesar da maior parte dos inquiridos (5) admitir o recurso a agências de notícias para a publicação de conteúdos.

#### Gráfico 4

##### Caraterização das condições de trabalho nas redações (questão 26)

O jornal recorre a agências de notícias para publicação de conteúdos?

7 respostas



Fonte: gráfico gerado no *Google Forms*

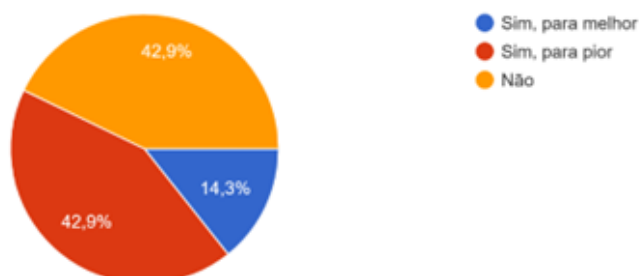
Três diretores de informação (42,9%) admitem que a redação recorre “sempre” a agências de notícias para a publicação de conteúdos, dois afirmam que este recurso é “pontual” (28,6%), as opções, “sim, com pouca frequência” (14,3%) e “não” (14,3%), fecham este resultado, com uma resposta em cada uma das hipóteses apresentadas. Um padrão que merece uma reflexão adicional, no sentido em que a preferência por conteúdos informativos locais e regionais e o seu indissociável invólucro de proximidade “um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade” (Camponez, 2012, p. 36), dificilmente vinga com o sistemático recurso a notícias de agência, que afasta o jornalismo do seu público, remetendo e cingindo o trabalho que antes era feito na rua, a uma secretária e a um dispositivo eletrónico, o que pode ser explicado pelo número de profissionais reduzido, uma vez que as agências servem “a imprensa em moldes que um jornal, sozinho nunca conseguiria” (Fidalgo, 2008, p. 100), desta forma, os jornalistas podem ter o trabalho facilitado, uma vez que evitam deslocações, mas em simultâneo limitam o valor notícia primordial destas publicações, que reside na informação local e regional de proximidade, é neste sentido que Jerónimo & Esparza (2023) afirmam que “há cada vez mais meios e tecnologias, mas menos jornalismo local” (p. 3), uma vez que “a mera reprodução de textos da agência Lusa foi, e continua a ser, esmagadora” (Bastos, 2023, p. 167), evidenciando a necessidade do jornalismo regional “encontrar um modelo de negócio adaptado às circunstâncias e que preserve a sua bandeira de proximidade” (Mota, 2023, p. 2). Sobre a influência da concorrência *online* na qualidade das notícias, obtivemos respostas díspares:

## Gráfico 5

### Caraterização das condições de trabalho nas redações (questão 27)

A concorrência online afetou a qualidade das notícias?

7 respostas



Fonte: gráfico gerado no *Google Forms*

Três dos inquiridos (42,9%) afirmam que a concorrência *online* afetou negativamente a qualidade das notícias e o mesmo número (42,9%) considera que “não” houve impacto, apenas um (14,3%) dos sete diretores de informação assinala que a concorrência *online* melhorou a qualidade das notícias.

Dos sete diretores de informação, quatro indicam que “não” há produção exclusiva para as edições impressas e *online*, os restantes (3) referem que há produção exclusiva, o que, nestes casos, em que há produção exclusiva, denota a segmentação de conteúdos entre os dois formatos, no entanto, o facto da maioria dos inquiridos revelar que não há produção exclusiva para os formatos impresso e digital, remete-nos para o chamado *shovelware*, método utilizado na fase da implementação da transição digital, que segundo Canavilhas e Teixeira (2015) fica “marcada pela transposição do conteúdo dos veículos tradicionais para o ambiente digital (...) em que os produtos oferecidos são reproduções Web dos meios convencionais que passam por uma mera transposição das imagens sem qualquer processo de adaptação” (p. 4), uma pratica que, no caso destes jornais, se mantém, quase três décadas após o arranque da transição digital dos órgãos de comunicação social, situação que pode ser compreendida atendendo à teoria defendida por Quintanilha, segundo a qual:

é o formato impresso das publicações que ajuda a captar os públicos de jornais regionais, e não o formato digital. Preferem-se assim os formatos impressos em detrimento dos formatos digitais, o que (...) acaba por ter influência nas formas de trabalhar do profissional do jornal regional (2018, p. 156).

Nas respostas que identificam as principais alterações nas rotinas produtivas da redação, após a transição digital, destacamos: “mais trabalho”, “duplicação de tarefas”,



“mediatização, atualização, mais feedback com os utilizadores” e “uma maior disponibilidade para abranger as duas situações”. O reflexo de um engajamento com a presença dos jornais nas diversas plataformas digitais e com a necessidade permanente de atualização de conteúdos, uma vez que, na era digital, as notícias “deixaram de ter hora marcada e passaram a ser um fluxo contínuo e imediato, alimentado ao minuto durante 24 horas, em sete dias da semana, num clima de feroz concorrência entre meios de comunicação” (Fidalgo, 2024, p. 132), as rotinas nas redações passam assim a incluir um trabalho adicional, novo e diversificado, realizado, na maioria dos casos, com os mesmos recursos humanos.

Os sete diretores são consensuais quanto à necessidade de formação específica, dos jornalistas, para a produção de conteúdos digitais, todos concordam com o pagamento de notícias *online* e seis recusam a utilização da IA na produção de conteúdos jornalísticos, apenas um dos inquiridos se mostrou favorável, respostas que demonstram uma preocupação de futuro em relação à presença *online*, reconhecendo a necessidade de formação direcionada para a produção de conteúdos digitais, bem como a importância do pagamento de notícias *online*, como forma de garantir a subsistência das publicações nos novos formatos, quanto à utilização da IA, existe ainda algum ceticismo.

Uma ligeira maioria (4) afirma que a presença do jornal nas plataformas digitais contribuiu para a diminuição de vendas da edição impressa, os outros três inquiridos não estabelecem esta relação. Para Mota (2023) “é consensual que a transição digital abalou as fundações do negócio dos média tradicionais (...) capturado pelas novas exigências do ambiente digital e, sobretudo, pela imbatível concorrência das plataformas” (p. 2), já Quintanilha (2018) descreve “um sector em profunda crise, com as taxas de variação do número médio mensal de exemplares vendidos por publicação a decrescer” (p. 151). No caso destes sete jornais alentejanos as opiniões dividem-se, mas na maior parte dos casos os diretores de informação admitem uma relação entre a transição digital do jornal e a diminuição de vendas, o que pode ser entendido como uma consequência do acesso às notícias *online*, tendencialmente gratuito, o que dispensa a compra da edição em papel.

À questão: “como define a transição digital dos jornais regionais?” obtivemos respostas que, na maior parte dos casos, a consideram “difícil”, “lenta” e com recurso a conteúdos que desvirtuam as características do jornalismo regional, a título de exemplo apresentamos duas perspetivas:

Ainda muito caminho para percorrer. As notícias locais e regionais devem ter prioridade, não as nacionais só para encher espaço (Fernando Marques, *Notícias de Arronches*).

Um grave problema de sustentabilidade, o aumento de conteúdos e a diminuição de

interesse, o fomento do plágio e a banalização da informação cada vez mais falseada (Manuel Isaac, *Alto Alentejo*).

Para dois dos inquiridos a transição digital é de “qualidade” e tem aspetos positivos, nomeadamente “para que os utilizadores estejam a par dos conteúdos”, no entanto, a tendência de respostas revela uma realidade característica de um cenário de precariedade digital, uma vez que expressa instabilidade em relação à dependência das tecnologias digitais e dificuldade em encontrar um modelo capaz de responder às prioridades editoriais do jornalismo regional, porque tal como afirma Ramos (2021) “a crise no jornalismo (...) é ainda mais evidente no jornalismo local, que enfrenta o desafio de atuar localmente na internet, onde os modelos bem-sucedidos ocorrem globalmente, em grandes escalas” (p. 30). A inevitável transição digital dos órgãos de comunicação social, trajetória seguida por muitos jornais regionais, parece não ter encontrado o seu lugar, neste nicho específico, apresentando dificuldades que se revelam no reduzido número de profissionais e na ausência de formação para o exercício do webjornalismo. Sem estes recursos e de forma a seguir uma tendência global, o jornalismo regional alimenta páginas *online*, com o chamado mimetismo mediático, utilizando notícias de agência “só para encher espaço” e deixando para trás a essência de proximidade que o caracteriza, pela incapacidade de inovar de forma independente. Steensen e Westlund, autores que analisam o jornalismo digital, referem a existência de uma relação de dependência com o passado, que restringe a resposta a novos desafios e que se reflete em comportamentos de imitação do trabalho desenvolvido pelos “líderes da indústria”:

What journalists and news organisations do is inexorably linked to their culture and institutionalised routines: essentially the history of how they do things. This results in path dependency. In other words, history constrains the actions taken by having carved out a path, limiting the ways in which journalists and institutions approach emerging opportunities and challenges. Such patterns are found across the journalism sector, with news publishers displaying herd behaviours as they engage in vicarious learning where they follow the moves by peers, including imitating industry leaders (Steensen e Westlund, 2021, p. 23).

Todos os inquiridos responderam “não” à questão: “faria sentido que cada concelho do distrito tivesse pelo menos um órgão de comunicação social?” o que significa que o chamado “deserto de notícias” que caracteriza concelhos sem órgãos de comunicação social, faz sentido para os inquiridos. Admitimos que esta opinião possa ter como justificação o facto de os jornais analisados assumirem uma cobertura distrital e, em alguns casos, supra distrital, o que, em teoria, não deixa concelhos a descoberto, no que diz respeito a notícias.

Quatro dos inquiridos classificam o nível de stress associado à profissão como “elevado”, dois escolheram a opção “moderado” e apenas um o classifica como “baixo”. Cinco dos sete diretores de informação consideram que o nível de precariedade da sua profissão é “moderado”, os níveis “elevado” e “baixo” foram as outras duas opções seleccionadas.

As respostas à questão: “considera que a transição digital contribuiu para o aumento da precariedade no jornalismo?” apresentam uma clara vantagem para o “sim”, com apenas um dos inquiridos a demonstrar uma opinião contrária, avaliação que também sustenta o conceito de precariedade digital nas redações alentejanas, que se traduz em mais trabalho para o mesmo número de profissionais. Quatro diretores admitem estar preocupados quanto ao futuro da carreira profissional e a maioria (5) não participou na greve geral de jornalistas do dia 14 de março de 2024.

A publicidade é o principal meio de subsistência dos jornais incluídos no estudo, com exceção para o *Diário do Alentejo*, um jornal de propriedade pública, que subsiste com fundos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL). Na perspetiva da quase totalidade dos diretores de informação (6) o futuro dos jornais regionais será “difícil”, “negro”, “sombrio” e com tendência para “o fim das edições em papel”, conforme podemos observar nos exemplos de resposta que se seguem:

Difícil. Há um propósito de calar a comunicação de proximidade (Fernando Marques, *Notícias de Arronches*).

Difícil, muito difícil. Pelo desinteresse na leitura de jornais, pela precariedade e redução das redações e, conseqüentemente, pela diminuição da qualidade do trabalho jornalístico (Marco Cândido, *Diário do Alentejo*).

A edição em papel tenderá a acabar, mas continuarão a desempenhar o seu papel no *online*. A existência de imprensa regional é fundamental para o desenvolvimento social da respetiva região (Carlos Pinto, *Correio Alentejo*).

As frases transcritas descrevem uma realidade incerta, antecipam um futuro ainda mais digital e vinculam o impacto da *web* no jornalismo regional, percepções já diagnosticadas por Fidalgo (2024), Bastos (2023) e Chaparro (2001), segundo os autores “a generalização das tecnologias digitais, associada à facilidade de comunicação através de uma internet acessível e onnipresente, foi decerto a mudança de maior impacto em todo o setor dos *media*” (Fidalgo, 2024, p. 122), com especial incidência “nos média tradicionais, o sector da imprensa (...) mais afectado pela evolução do contexto económico e pelo efeito de migração para o digital” (Bastos, 2023, p. 46), um impacto que “não representa um prenúncio de morte

aos jornais impressos [mas merece reflexões sobre] outras formas de ser e outros procedimentos de relacionamentos com os leitores” (Chaparro, 2001, p. 84), reflexões que permitam garantir a continuidade do jornalismo de proximidade em contexto digital e em simultâneo possam reinventar os jornais impressos.

Verificamos, mediante a apresentação e respetiva análise dos dados recolhidos, que as redações dos jornais híbridos do Alentejo estão subordinadas a um corpo dirigente exclusivamente masculino, na maioria com mais de 50 anos de idade e com um salário mensal entre 1000 e 1500 euros. Todos os diretores de informação incluídos neste estudo e que representam o pleno dos dirigentes de jornais híbridos, com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja, acumulam funções de jornalista, que desempenham com o respetivo título e a maior parte dedica-se em exclusivo ao jornal, ou seja, não tem outro trabalho remunerado. A maioria reconhece que o número de jornalistas é insuficiente e admite o recurso a notícias de agência para publicação de conteúdos. Existe a perceção de que a transição digital facilita o trabalho na redação, mas paralelamente contribui para o aumento da precariedade dos jornalistas. Para os diretores de informação dos jornais alentejanos, não faz sentido que cada concelho tenha pelo menos um órgão de comunicação social, os dirigentes confessam dificuldades na transição digital dos jornais, que consideram essencial no contexto mediático da região, e assumem como necessária a formação dos jornalistas para a produção de conteúdos digitais. Defendem o pagamento de notícias *online* e anteveem um futuro que pode efetivamente representar um prenúncio de morte para as edições em papel, face à crescente diminuição de vendas e elevados custos de produção.

## **2.2. Jornalistas**

Dos 14 questionários enviados a jornalistas obtivemos 11 respostas, de profissionais distribuídos por cinco redações. A explicação que se impõe, tendo em conta que foram selecionados sete jornais, prende-se com o facto de, no caso dos jornais *Notícias de Arronches* e *Correio Alentejo*, serem os próprios diretores de informação (que responderam ao questionário nessa qualidade), a assumir as funções de jornalista, não existindo mais elementos afetos às respetivas redações.

Os onze jornalistas que responderam ao questionário tem uma média de idades entre os 23 e os 64 anos, seis são homens e cinco mulheres, reflexo de alguma paridade neste parâmetro. Em relação à formação académica, oito são licenciados, dois completaram o 12º ano e um tem o grau de mestre, o que vai ao encontro da premonição de Traquina (2005) para o fim do século XXI, período em que “os jornalistas não-licenciados serão uma «espécie em extinção», com uma comunidade profissional constituída totalmente por pessoas com formação superior (Traquina, 2005, p. 116). Todos residem nos distritos onde trabalham e são

portadores de Carteira Profissional de Jornalista. Oito dos onze profissionais inquiridos exerce a profissão há mais de uma década e tem contrato de trabalho sem termo. Quanto ao número de horas de trabalho a opção “variável” acolheu o maior número de respostas (7), já em relação ao número de folgas por semana há uma maior distribuição, cinco jornalistas referem ter duas folgas por semana, para quatro jornalistas o número de folgas é “variável” e dois destes profissionais folgam uma vez por semana. Para a maioria (8) dos jornalistas que compõem a amostra, o trabalho é realizado sem isenção de horário e com horas extraordinárias, pagas com períodos de descanso (5) e compensação pecuniária (1), dois jornalistas referem que as horas a mais não são pagas e os restantes (3) não fazem horas extraordinárias. A remuneração mensal fixa-se, para a maior parte (7), entre os 500 e os 1000 euros, três recebem entre 1000 e 1500 euros e um recebe mais de 1500 euros, apenas quatro consideram que recebem um salário digno e nove não têm outro trabalho remunerado. No retrato das condições de trabalho, um dos poucos aspetos que podemos considerar positivo é o contrato sem termo, de resto, o número de horas de trabalho “variável” mas sem isenção de horário, com horas extra sem pagamento pecuniário e um salário (entre 500 e 1000 euros) abaixo da média dos jornalistas que responderam, em 2022, ao *Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal*, que ronda os 1225 euros, permite traçar um cenário de precariedade laboral que ultrapassa a realidade nacional.

À questão: “a transição digital do jornal aumentou a carga horária dos jornalistas?” seis jornalistas responderam “não” e os restantes (5) responderam “sim”. A grande maioria (9) diz estar satisfeito com as tarefas que lhe são atribuídas e o nível de independência na redação varia entre o “elevado” (7) e o “médio” (4). Seis jornalistas indicam que já trabalharam em outros órgãos de comunicação social. Quanto ao nível de stress associado ao exercício da profissão, as respostas dividem-se entre o “moderado” (6), “muito elevado” (3) e “elevado” (2). Para uma ligeira maioria (6) a transição digital veio facilitar o trabalho nas redações, cinco tem uma opinião contrária, apresentamos a justificação destas perceções distintas:

Do ponto de vista da facilidade de comunicação entre pessoas existem mais benefícios e facilita, do ponto da dificuldade a transição digital significou mais trabalho, mais horas fora do período de trabalho por questões de dúvida urgência ou relevo, assim como muito menos tempo para dedicar a trabalhos de fundo, a verdadeira essência do jornalismo (Pedro Sena, *Linhas de Elvas*).

Tendo em conta que somos um jornal regional semanal e acentuando que, por questões alheias à redação, o jornal fecha às quartas-feiras e apenas é colocado em banca às sextas-feiras o facto de termos caminhado para o digital permite-nos colmatar essa lacuna do tempo. Ou seja, um artigo que antes "cairia" porque só

fazia sentido ser publicado antes de sexta-feira, agora pode ser trabalhado e colocado no on line (Ana de Sousa, *Diário do Alentejo*).

A questão da transição digital veio dificultar o trabalho dos jornalistas na medida em que veio sobrecarregar os profissionais desta redacção com trabalhos de actualização e construção de sites. Para além disso, veio ainda imprimir uma maior pressão naquilo que é o trabalho do dia a dia, uma vez que o online passou a ter muita atenção por parte dos utilizadores (Tiago Silva, *Alto Alentejo*).

Dificulta, devido à produção de conteúdos para o digital, além do trabalho de jornal, bem como a pressão de publicar no momento ou o mais cedo possível (Patrícia Leitão, *Alto Alentejo*).

No meu caso em particular dificulta, porque, para além de todo o trabalho que já tinha com a edição impressa, e que mantenho, surgiram outras tarefas associadas ao site. Muitas vezes é difícil dar resposta a todas as solicitações (Nuno Barraco, *Linhas de Elvas*).

Temos acesso diário a todos os conteúdos na imprensa (António Pica, *A Planície*).

Facilita a atualização de conteúdos (Patrícia Pato, *A Planície*).

Permite partilhar notícias logo no imediato, se assim o entendermos. A par disso, temos um acesso facilitado a informações, que naturalmente têm sempre de ser confirmadas (Mariana Pardal, *Diário do Sul*).

No caso do "Diário do Alentejo", como se mantém a edição em papel, representa mais trabalho com os mesmos recursos humanos (Nélia Pedrosa, *Diário do Alentejo*).

Enquanto fotojornalista parte importante do meu trabalho é realizada de forma "digital", logo a esse nível facilita o fluxo de trabalho (Ricardo Zambujo, *Diário do Alentejo*).

Acesso a fontes fidedignas, a exemplo da agência "Lusa", facilitado (José Serrano, *Diário do Alentejo*).

As respostas obtidas evidenciam perspectivas opostas e complementares em relação ao mesmo fenómeno, que reflete o impacto da transição digital no trabalho da redação, se por um lado assistimos a uma maior facilidade, no sentido em que “o Jornalismo jamais obteve tantas e variadas formas de atuação interessantes como hoje, graças à nova era. No ambiente online, além da agilidade na produção, verificação e publicação de conteúdos, a proximidade com as fontes é extrema” (Oliveira e Glanzmann, 2010, p. 105), há também, associado à transição digital, um acréscimo de trabalho para responder às publicações impressas e *online*, o que provocou “mudanças em toda a linha do processo informativo: na produção das notícias, na sua distribuição, no seu consumo” (Fidalgo, 2024, p. 121), num contexto de trabalho que mantém os mesmos recursos humanos, o que naturalmente traz dificuldades em “adotar as desejáveis novas mudanças tecnológicas e culturais” (Correia et al, 2021, p. 5) até porque “esforços essenciais, mais pesados, mas que teriam sido, porventura, determinantes para a afirmação da qualidade da produção jornalística online, ficaram, na maior parte dos casos, por fazer” (Bastos, 2023, p. 141). O impacto da transição digital nas redações manifesta o imediatismo que caracteriza o jornalismo na era digital, que ganhou um novo protagonismo, especialmente em redações de jornais que anteriormente não estavam obrigadas a uma periodicidade diária, constante, de hora à hora, ao minuto, uma nova realidade que veio tornar:

ainda mais presentes e prementes os constrangimentos de tempo com que o jornalista se confronta: cada vez mais é preciso chegar mais cedo, escrever mais depressa e transmitir com mais rapidez (...) sendo certo que a possibilidade de actualizações permanentes do material informativo vem propiciando atitudes do tipo «divulgo agora e confirmo depois» (Fidalgo, 2008, p. 171).

No que diz respeito ao nível de precariedade associado à profissão, é considerado “elevado” por cinco jornalistas, quatro classificam-no como “moderado” e três como “muito elevado”. Uma ligeira maioria (6) associa o aumento da precariedade no jornalismo à transição digital dos órgãos de comunicação social, os restantes (5) não estabelecem essa relação. Uma dezena de jornalistas, quase o pleno, assume a responsabilidade pela edição, publicação e atualização dos conteúdos nas plataformas digitais. A maioria (8) refere que não adquiriu competências na área das TIC, e nove reconhecem essa necessidade. Os dados revelam que o jornalista “tem de saber fazer um pouco de tudo: reportar, editar, partilhar” (Gonçalves, 2020, p. 93), o que vai ao encontro da descrição de Faustino, sobre as novas competências que a transição digital acrescentou ao trabalho na redação:

a redacção, até então tecnologicamente passiva, limitada à preparação dos originais e conteúdos do jornal, passou a assumir um maior protagonismo noutros aspectos ligados à concepção do produto final (...) Com os novos sistemas desapareceu a tradicional divisão do trabalho: dilui-se a separação entre o trabalho de produção intelectual e o manual dentro da produção de jornais ou revistas (Faustino, 2004, p. 179).

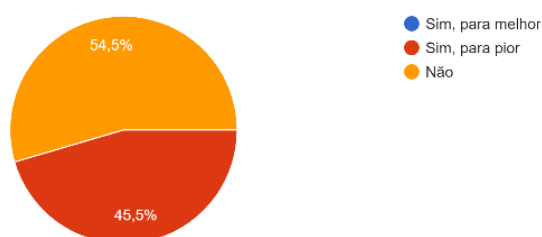
Uma derivação que explica os altos níveis de precariedade e a necessidade de uma formação específica, tendo em conta as novas exigências da era digital, que obrigam à “constante atualização, conhecimento e adaptação frente às inovações tecnológicas [o que] contribui para a evolução profissional de maneira severa, pois aumenta o nível de cobrança, de exigência” (Oliveira e Glanzmann, 2010, p. 111). A presença dos jornais nas plataformas digitais e todo o trabalho subjacente a esta transição, que recai sobre o jornalista “passou a questionar o quadro tradicional de exercício da actividade” (Pinto, 2008, p. 12), que atualmente implica uma série de competências tecnológicas e a adaptação constante a novos padrões de produção e difusão de notícias, em plataformas onde existe uma interação imediata com o consumidor, que cada vez mais avalia e questiona o trabalho apresentado. Todos estes aspetos não são necessariamente negativos, mas obrigam, sobretudo em redações com recursos limitados e sem formação especializada para a criação e edição de conteúdos digitais, a um acréscimo de trabalho em contexto de aprendizagem autónoma.

À questão: “a presença do jornal *online* afeta a qualidade das notícias?” as opiniões dividem-se, mas rejeitam a opção “sim para melhor”.

## Gráfico 6

### Caraterização das condições de trabalho dos jornalistas (questão 31)

A presença do jornal online afeta a qualidade das notícias?  
11 respostas



Fonte: gráfico gerado no *Google Forms*

Seis jornalistas, que correspondem a 54,5 % da amostra, consideram que a presença do jornal online “não” afeta a qualidade das notícias e cinco (45.5%) responderam “sim, para pior”, a hipótese “sim, para melhor”, não foi seleccionada. A leitura do resultado não atribui



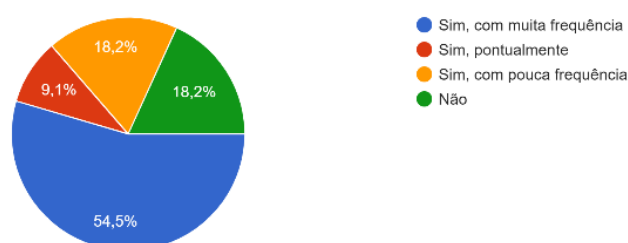
vantagens, ao nível do conteúdo produzido após a transição digital, pelo contrário, indica uma quebra de qualidade, o que nos remete para a avaliação de Fontcuberta, quando afirma que “a progressiva presença da técnica faz que, muitas vezes, o jornalista esteja mais preocupado com a forma do que com o conteúdo” (1999, p. 108).

Oito jornalistas consideram que a presença do jornal nas plataformas digitais aumenta a pressão sobre o trabalho e a maioria admite o recurso a redes sociais *online* como fonte de notícias “com muita frequência”.

### Gráfico 7

Caraterização das condições de trabalho dos jornalistas (questão 33)

Utiliza as redes sociais online como fonte de notícias?  
11 respostas



Fonte: gráfico gerado no *Google Forms*

Neste caso concreto assistimos à banalização da utilização das redes sociais *online* como fonte de notícias, com 54,5%, ou seja, seis jornalistas, a admitir que este é um recurso muito frequente e apenas dois (18,2%) a rejeitar esta nova fonte, dos restantes elementos da amostra, um jornalista (9,1%) diz recorrer “pontualmente” e dois (18,2%) “com pouca frequência”. Um panorama que reflete uma tendência incontornável, uma vez que estas redes, oficiais ou oficiosas, são atualizadas constantemente, com informações que podem, em alguns casos, apresentar valor notícia, ou apresentar as próprias notícias. Quanto à possibilidade de utilização da IA na produção de conteúdos jornalísticos, há uma negação perentória.

Oito dos onze jornalistas concordam com o pagamento de notícias *online* e sete consideram que não faz sentido que cada concelho tenha pelo menos um órgão de comunicação social. Uma ligeira maioria (6) já pensou em mudar de profissão e uma maioria mais consistente (8) admite preocupações em relação ao futuro da sua carreira profissional. Apenas um, dos onze jornalistas inquiridos, participou na greve geral convocada pelo Sindicato dos Jornalistas, dia 14 de março de 2024. Para estes profissionais, o futuro dos jornais regionais passa essencialmente pelo digital, com o eventual fim das edições em papel,

os jornalistas alentejanos reconhecem a importância do seu trabalho, mas reclamam mais recursos humanos, melhores salários, mais apoios e formação específica para os novos desafios do jornalismo *online*:

A dignidade da profissão está em risco, a sociedade não a valoriza, principalmente, os jovens que pouco ou nenhum interesse têm no jornal enquanto produto informativo de rigor e impresso. O futuro deverá ser, sobretudo, digital e, nesse campo, não existe regulação que impeça qualquer pessoa equiparar-se ao trabalho do jornalista, criando empresas unipessoais, concorrendo com profissionais com carteira ou que dependem de uma estrutura jornalística e desvirtuando o jornalismo dando primazia a conteúdos suportados por câmaras municipais, instituições e empresas (Pedro Sena, *Linhas de Elvas*).

Honestamente, não creio que os jornais regionais se irão extinguir, uma vez que é o meio de comunicação mais próximo da população que, ainda que tenha interesse em estar informada a nível nacional, não se desvincula por completo da informação prestada a nível local. Porém, creio que o futuro dos jornais regionais acompanhará em grande medida o caminho dos jornais nacionais, ou seja, a perda cada vez mais notória de leitores (Ana de Sousa, *Diário do Alentejo*).

A falta de apoios e de recursos humanos levam-me a crer que os próximos anos no jornalismo regional sejam negros, apesar do papel importantíssimo que desempenham junto das suas comunidades. É preciso uma renovação e ampliação das redacções, mas para isso é necessário encontrar mecanismos de apoio a estes órgãos de comunicação (Tiago Silva, *Alto Alentejo*).

Muito provavelmente deixarão de existir em formato papel, sobretudo devido à falta de vendas que suportem os custos da impressão (Patrícia Leitão, *Alto Alentejo*).

Um futuro muito difícil, em que, mais ano, menos ano, as edições impressas deixarão de existir, passando apenas para formatos e/ou plataformas digitais, como, aliás, já está a acontecer a alguns jornais e publicações, principalmente a nível nacional (Nuno Barraco, *Linhas de Elvas*).

Mais necessidade de apoios monetários para formação e contratação (António Pica, *A Planície*).

Penso que mais tarde ou mais cedo chegam ao fim e infelizmente com mais profissionais a ir para o desemprego (Patrícia Pato, *A Planície*).

Será necessária muita persistência por parte dos jornais regionais para que consigam manter-se em funcionamento, encontrando conteúdos diferenciados. Por outro lado, é importante que a comunidade perceba o papel que estes órgãos de comunicação social têm e aposte na publicidade, bem como na compra/leitura desses jornais. Na maior parte das vezes, apenas os jornais regionais estão presentes em eventos da "terra" e só eles noticiam o que acontece "ao lado de casa", mas para isso têm de ter meios para subsistir e remunerar devidamente os seus jornalistas e demais colaboradores (Mariana Parda, *Diário do Sul*).

Infelizmente, as versões em papel tenderão a desaparecer. Manter-se-á, eventualmente, a versão digital (Nélia Pedrosa, *Diário do Alentejo*).

Penso que o futuro da imprensa regional será na aposta no digital e explorar mais a identidade de cada zona do país (Ricardo Zambujo, *Diário do Alentejo*).

Ainda que com dificuldades, a sua prevalência (José Serrano, *Diário do Alentejo*).

Considerando as informações presentes nas respostas, que revelam a percepção dos jornalistas em relação ao futuro dos jornais regionais, é possível aferir que “o declínio da imprensa de proximidade deixa as comunidades em estado de grave vulnerabilidade” (Jerónimo & Esparza, 2023, p. 5). O papel da imprensa regional é descrito como fundamental, apesar de algum alheamento por parte das comunidades que serve. Os jornalistas mostram-se pouco confiantes em relação à manutenção do formato híbrido, apontando, em alguns casos, a permanência das publicações exclusivamente no meio digital. A falta de apoios, o reduzido número de profissionais, o agravamento da precariedade e a concorrência dos meios digitais, são fatores que põem em causa a manutenção das edições impressas e sobretudo a concretização do trabalho de proximidade, com efeitos num consequente desvio da essência do jornalismo regional e do seu público-alvo. Segundo Amaral (2012) “ao mesmo tempo que a evolução das tecnologias de comunicação, ao longo da história, permitiu ao jornalismo desenvolver estratégias de legitimação técnica, parece ser a própria tecnologia que o ameaça na sua legitimação cultural” (p. 3). A manutenção dos jornais em ambos os formatos, papel e *online*, revela um nível de exigência que o diminuto número de jornalistas nas redações

não consegue acompanhar com uma resposta efetiva, que permita a produção de conteúdos informativos exclusivos, com a qualidade que só um trabalho genuíno e de proximidade pode garantir ao jornalismo local e regional. Esta nova realidade, de produção de conteúdos, questiona o desempenho do jornalismo, os seus valores e a sua identidade. Para Silva:

Os fatores que determinam a identidade e coesão interna deste grupo profissional não são com certeza alheias às condições laborais precárias que, desde os primórdios do jornalismo moderno e em plena fase de desenvolvimento do seu processo de profissionalização, sempre afetaram a persecução e o desenvolvimento da atividade. As baixas remunerações ou a insegurança laboral são, por isso, «velhas questões» que ganham uma nova roupagem no contexto atual do jornalismo (2024, p. 66).

### **2.3. Síntese e discussão de resultados**

Nas redações dos sete jornais híbridos, incluídos neste estudo, onde em média não trabalham mais de três jornalistas, assistimos à duplicação de tarefas, referida enquanto consequência da transição digital, associada à ausência de formação para as novas funções em ambiente digital e aos baixos salários, um *cocktail* de fatores que legitima as dúvidas em relação ao futuro dos jornalistas e dos jornais. Há, no entanto, que destacar o cariz resiliente desta classe profissional, que ao longo da história foi resistindo e ultrapassando as dificuldades que sempre caracterizaram o caminho da sua afirmação. Se parece certo que o rumo a seguir passa, incontornavelmente, pela presença digital “além de utilizar características do próprio jornalismo de proximidade para se reinventar, os jornais locais podem explorar outras características da internet para se viabilizarem no meio digital” (Ramos e Grupillo, 2020, p. 35).

Granado e Silva defendem que:

a condição de «híbrido» é indissociável do ecossistema mediático contemporâneo, porque define a fusão de linguagens, formatos, modelos e práticas (...) Os sistemas mediáticos sempre foram híbridos, variando na extensão ou no tempo (...) Essa combinação está na base de processos de inovação e experimentação que marcam o jornalismo a todos os níveis. Assistimos a esse novo paradigma, por exemplo, nos modelos de negócio, que combinam fontes tradicionais de receitas, como a publicidade, com outras emergentes, como o conteúdo patrocinado; no jornalismo colaborativo, no qual o cidadão tem um papel fundamental; e, claro, nos novos géneros e formatos jornalísticos (2021, p. 19).

O hibridismo atual, que caracteriza os jornais e consequentemente o trabalho nas redações, duplicado para assegurar publicações em papel e *online*, apresenta, de acordo com os profissionais inquiridos, aspetos positivos e negativos, mas sem soluções mágicas que garantam a eficiência e a rentabilidade do jornalismo na era digital, que trouxe para o contexto mediático um sem número de *players*, que facilmente cativam e convencem o consumidor, com informações à distância de um clique. A globalização do acesso a novos conteúdos informativos, gratuitos, que muitas vezes dispensam critérios de fiabilidade, tem vindo sucessivamente a dificultar o trabalho dos jornalistas, que, perante este novo paradigma se veem confrontados com a necessidade de reafirmar o seu papel e valor democrático. Segundo Fidalgo:

as dúvidas a propósito do que é o jornalismo hoje e de quem o faz podem ser olhadas como uma ameaça a padrões estabelecidos, mas também como uma oportunidade para recentrar as atenções no que verdadeiramente importa e para reinventar o seu lugar e modo de estar nas sociedades complexas em que vivemos (2019, p. 16).

No caso concreto do jornalismo regional, esta janela de oportunidade parece fechar-se perante a acumulação de trabalho, que não deixa espaço para a necessária reinvenção, adaptada aos novos tempos, porém, alguns profissionais acreditam que é possível recentrar as prioridades e manter as publicações, ainda que, eventualmente, com a extinção do formato impresso.

Os dados revelam uma gritante falta de investimento, essencialmente em recursos humanos, que são profissionalmente absorvidos em novas tarefas que pouco têm, ou tinham a ver com o jornalismo, uma profissão que nasceu para investigar e esclarecer com rigor os temas de interesse público, retratar o dia a dia das comunidades onde se insere, promover e salvaguardar a identidade, a cultura, as tradições e zelar pelo cumprimento dos valores democráticos. Atualmente os jornalistas deixaram de ter tempo para fazer jornalismo, uma frustração que gera instabilidade e desconforto. A leitura individual das respostas obtidas, através do questionário, revela também que há diferenças significativas na composição da redação e nos índices de satisfação dos profissionais do único jornal de propriedade pública, o *Diário do Alentejo*, com sede em Beja, conta com cinco jornalistas, contra a média de três, onde se inclui um fotojornalista, especialidade extinta nas restantes publicações, e é o único onde os profissionais têm salários acima da média, registada nas restantes publicações, entre 1000 e 1500 euros, ou acima de 1500 euros. Esta realidade pode ser um indicador de que a insuficiência económica das empresas privadas é responsável pela falta de investimento, na garantia de salários justos e novas contratações, o que levanta questões dúbias em relação

a outro valor intransponível ao exercício do jornalismo, a isenção, em relação aos poderes, neste caso autárquicos. Apesar de este estudo não ter como objetivo a exploração dos mecanismos de financiamento da imprensa, parece evidente que este é um dos problemas que está intimamente ligado às condições de trabalho precárias, o que obriga a repensar os modelos maioritariamente vigentes, que apostam exclusivamente na publicidade institucional e empresarial, uma dependência que corre riscos acrescidos com a era digital, que veio capacitar uma divulgação eficaz e gratuita, em plataformas *online*, dispensando a subordinação aos órgãos de comunicação social. Neste aspeto salientamos o exemplo de um projeto recente (2020) de jornalismo digital, local e de proximidade, o jornal *Mensagem* de Lisboa, que vê os leitores como parte integrante e contributiva, uma estratégia de financiamento com vista à garantia da independência:

O jornalismo que a *Mensagem* de Lisboa faz, antigamente pagava-se com anúncios e venda de jornais. Esses tempos acabaram – hoje são apenas o negócio das grandes plataformas. E o jornalismo tem de ser suportado pelos leitores (Mensagem, 2024).

Esta referência, que encerra uma sugestão de reestruturação, não tem em conta a permanência das edições impressas, que levanta dúvidas a praticamente todos os inquiridos neste estudo, mas pode configurar uma alternativa complementar e experimental que visa a manutenção do jornalismo regional, sem ferir as bases que fundamentam o exercício da profissão. É uma solução que segue a lógica do envolvimento direto dos leitores num serviço que lhes é prestado, um chamamento capaz de gerar um sentimento de pertença e minorizar as dúvidas e a descrença em relação ao jornalismo. Com a era digital a interação com os leitores dá-se de forma imediata, segundos após a publicação de uma notícia, uma realidade intransponível que o jornalismo deve ser capaz de reverter a seu favor.

O destino da imprensa regional alentejana mantém-se em aberto, com muitas dúvidas e a certeza de um cenário de precariedade laboral e digital, notório no reduzido número de jornalistas, nos baixos salários, elevados níveis de stress e pressão sobre um trabalho cada vez mais difícil, onde assistimos à multiplicação de funções para responder às necessidades da criação e gestão de conteúdos para publicação em papel e *online*, na ausência de formação específica para as novas tarefas tecnológicas e a consequente diminuição da qualidade das notícias. Diretores de informação e jornalistas estão conscientes das dificuldades, mas permanecem impotentes perante as evidências, deixando-se arrastar na corrida digital de destino incerto. A crise que afeta o jornalismo e a imprensa regional no Alentejo, apresenta problemas específicos, espelhados, por

exemplo, na fraca presença de títulos em vários concelhos, ou nos salários, abaixo da média nacional, mas não está isolada, prolifera no país, com maior ou menor visibilidade, facto que pode ser comprovado pelo recente anúncio do *Plano de Ação para a Comunicação Social*, desenvolvido pelo atual Governo, que tomou posse a 2 de abril de 2024. O plano, que entendemos como o reconhecimento da crise e da precariedade no jornalismo, foi apresentado pelo primeiro-ministro, o social-democrata Luís Montenegro, a oito de outubro de 2024, numa comunicação que indignou os jornalistas e que mereceu várias críticas :

uma das coisas que mais me impressionam hoje (...) é estar com seis ou sete câmaras à minha frente, ter os jornalistas a fazerem-me perguntas sobre determinado tema, e ver que a maior parte deles tem um auricular no qual lhe estão a soprar a pergunta que devem fazer e outros, à minha frente, pegam no telefone e fazem a pergunta que já estava previamente feita (...) como agente político e como cidadão, olho para este quadro e digo: os senhores jornalistas não estão a valorizar a sua própria profissão (...) Isso não valoriza o jornalista, nem valoriza o jornalismo. (...) Porque para isso não é preciso ser jornalista (...) não é preciso especial qualificação (Luís Montenegro).

Perante esta declaração, que essencialmente criou ruído e desviou as atenções do tema central, o *Plano de Ação para a Comunicação Social*, as reações foram imediatas. Para o diretor do jornal *Público*, as palavras que o primeiro-ministro dirigiu aos jornalistas podem conter alguma verdade, mas sobrepõe-se o desconhecimento do trabalho necessário ao exercício da profissão, David Pontes considera que a afirmação de Luís Montenegro é “verdadeira” e “falsa”:

Verdadeira porque há jornalistas que vão fazer "serviços" no exterior que mais não são do que pés de microfone. Fazem perguntas sobre temas que desconhecem, várias por dia, e não têm tempo para estudar ou preparar. Isso é um problema. Mas é falsa porque os auriculares e os telemóveis são ferramentas do trabalho do jornalista como o bisturi é uma ferramenta do cirurgião e a serra uma ferramenta do carpinteiro (Pontes, 2024).

Sobre os objetivos do plano, que resulta da criação de uma Estrutura de Missão para a Comunicação Social, designada por *#PortugalMediaLab*, dependência do ministro dos Assuntos Parlamentares, por resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2024, de 21 de agosto, destacamos as medidas que visam combater a precariedade laboral;

capacitação dos jornalistas na área digital; promoção do uso de Inteligência Artificial como uma ferramenta complementar para os jornalistas e o desenvolvimento de recomendações sobre o uso de IA no jornalismo; alavancar a modernização tecnológica e digital dos média e apoiar a imprensa regional e local. No documento do Governo, de 38 páginas, verificamos que o *Plano de Ação para a Comunicação Social* tem em conta algumas das carências registadas neste estudo, sobre a necessidade de apoio à imprensa regional e local, combate à precariedade e formação dos jornalistas na área digital. Das trinta medidas incluídas no plano do Governo, a ANIR evidenciou as que considera essenciais para a revitalização do jornalismo regional :

a duplicação da comparticipação do incentivo à leitura (vulgo porte-pago), para tornar o preço das assinaturas mais acessível e garantir maior audiência e, assim, maior receita publicitária; o apoio à contratação de jornalistas para profissionalizar a Imprensa de menor dimensão; a publicação das deliberações das autarquias; a publicitação dos fundos comunitários (...) A comunicação social digital de proximidade também tem vindo a ser defendida pela ANIR e o plano do governo contempla algumas das propostas da associação, tais como apoio às assinaturas digitais e a inclusão dos jornais digitais na publicitação das deliberações autárquicas e dos fundos comunitários (ANIR).

Depositando esperança nas medidas anunciadas, o presidente da ANIR, Eduardo Costa, assumiu que a imprensa regional está em modo de sobrevivência:

Merecemos e estamos dispostos a muito mais do que sobreviver: queremos ser sustentáveis e crescer, para melhor podermos cumprir o nosso dever. Acreditamos e estamos com uma enorme esperança que finalmente vamos ter apoios públicos justos, que garantam a sustentabilidade, crescente profissionalização e crescimento saudável (Costa, 2024).

Os apoios anunciados, podem, todavia, não surtir o efeito desejado, pela sua concretização tardia, para Hindman (2014) “The decline in the economic health of local newspapers is so severe that there are no guarantees. Traffic dynamics mean newspapers are racing the clock : readers lost today get ever harder to replace tomorrow” (p. 32). No *Digital News Report 2024*, que apresenta as fontes de notícias em Portugal, verifica-se uma tendencia crescente do consumo *online*, em detrimento da imprensa escrita, o mesmo relatório revela que a taxa de pagamento de notícias em formato digital tem vindo a crescer, no entanto mantém um valor baixo (12%), hábitos difíceis de contrariar, que



ganham força com algum desnorte verificado na imprensa regional, que parece deambular entre o papel e o digital, sem conseguir garantir uma produção efetiva em ambos os formatos. Os relatos dos 18 profissionais inquiridos demonstram que, apesar da transição digital ter sido operada, na maioria das redações, há mais de duas décadas, as dificuldades mantêm-se, a tecnologia evolui e os recursos humanos continuam estagnados, em número e aptidões.

## Conclusão

Tal como o Alentejo se debate com o acentuado decréscimo da população (com menos 7,0 por cento, de 2011 a 2021, a maior descida do efetivo populacional do país, de acordo com os resultados dos Censos de 2021), numa região árida também caracterizada pela extensa seca meteorológica, o jornalismo praticado nas redações dos jornais alentejanos, enfrenta grandes dificuldades em “lavar” o terreno onde se movimenta. Confronta-se com problemas de subsistência, dificuldades em manter as edições impressas e em afirmar-se nas plataformas digitais. Os profissionais do setor, jornalistas e diretores de informação, estão conscientes das adversidades, que colocam estas publicações regionais numa fase de indefinição, a qual também se reflete nos conteúdos informativos. Escassos recursos humanos, baixos salários e duplicação de tarefas, em resultado da transição digital, são características presentes nas redações destes jornais alentejanos, um cenário de precariedade digital, despojado de meios humanos e de técnica, ferramentas essenciais para responder aos desafios a que se propuseram, com a disponibilização de conteúdos nas plataformas *online*. Reconhecendo a pré-existência da precariedade laboral nas redações, é inequívoco, perante os resultados apresentados, que a transição digital, resultou numa sobrecarga laboral e revelou a ausência de habilidades técnicas para pôr em prática o jornalismo digital. Quando há redações constituídas por um diretor, que é simultaneamente o único jornalista de uma publicação que almeja uma presença digna, no formato impresso e *online*, julgamos que a estratégia adotada revela um rumo bastante perigoso, tendo em conta a imperiosa necessidade de reafirmação de uma classe e dos valores que o jornalismo se comprometeu a representar perante a sociedade. Reiteramos que o recurso excessivo a notícias de agência, admitido pela maioria dos inquiridos como parte essencial das publicações, desvirtua o jornalismo regional e local ao retirar-lhe o fator de proximidade que o define. Este estudo torna evidente a insustentabilidade do jornalismo híbrido em redações que mantêm um número reduzido de profissionais, o que acontece em praticamente todos os jornais, demonstra que a pretensão de manter vários formatos contribui para aumentar os níveis de precariedade e revela que as perceções de futuro apontam para o fim das edições em papel. Fica também demonstrado que todos os diretores e jornalistas exercem funções com o título profissional e reconhecem dificuldades acrescidas em resultado da transição digital, que trouxe a duplicação de tarefas e a necessidade de novas competências, para as quais não se consideram devidamente habilitados. Apesar das dificuldades diagnosticadas, os jornais marcam presença em diversas plataformas *online*, que os diretores consideram essenciais no contexto mediático da região. Os jornalistas reconhecem que o trabalho excessivo, com a atualização de conteúdos digitais, retira tempo à investigação e, em alguns casos, afeta negativamente a qualidade das notícias, por outro lado também atribuem

vantagens à transição digital, que permite o acesso a mais e diversificadas fontes e a publicação de matérias diariamente, sem esperar pela edição impressa. A investigação, que permitiu caracterizar a composição das redações e as condições de trabalho dos profissionais, diretores e jornalistas, deixa visível um panorama de precariedade digital, na medida em que a transição digital das publicações agravou a precariedade laboral. Os inquiridos são unânimes quanto ao acréscimo de trabalho, para responder aos novos desafios tecnológicos, que em simultâneo criam oportunidades de inovação, que ficam por explorar devido à fraca capacitação dos profissionais para o uso das novas potencialidades multimédia. Décadas depois dos primeiros passos na transição digital dos órgãos de comunicação social, nas redações dos jornais híbridos do Alentejo o tema permanece atual e carente de soluções e novos modelos, que garantam a sua eficácia e sustentabilidade, a bem do pluralismo e da qualidade que se exige ao exercício do jornalismo.

Consideramos que a investigação apresentada cumpriu os pressupostos de caracterizar a composição das redações e as condições de trabalho e avaliar o impacto da transição digital dos jornais impressos, que surge associada ao aumento e uma nova forma de precariedade no jornalismo praticado nas publicações híbridas, com sede nos distritos de Portalegre, Évora e Beja. Tendo por base os resultados obtidos, julgamos pertinente prosseguir estudos no sentido de acompanhar a evolução destas publicações, perceber se as premonições que apontam para o fim das edições em papel se concretizam e se as medidas, recentemente anunciadas pelo Governo no *Plano de Ação para a Comunicação Social*, são efetivamente colocadas em prática e aproveitadas a favor da sustentabilidade dos jornais regionais, com novas contratações e a capacitação digital dos profissionais das redações. Outra questão que sobressai nos resultados, tem a ver com os conteúdos produzidos e publicados, muitos com origem em agências de notícias, nesse sentido seria também importante verificar qual é a quantidade de notícias de agência em contraponto com as de produção própria, bem como avaliar as diferenças de conteúdo entre os formatos em papel e *online* de cada publicação e caracterizar o aproveitamento das novas tecnologias na produção de conteúdos digitais. Perante o ceticismo demonstrado em relação à utilização da IA, esta é também uma questão que pode ser aprofundada, nomeadamente ao nível da perceção que os profissionais têm em relação a esta nova ferramenta e às suas possíveis aplicações em matéria de produção jornalística. Verificamos ainda que os inquiridos não reconhecem a necessidade da existência de pelo menos um órgão de comunicação social em cada concelho, consideração que merece igualmente uma avaliação, uma vez que, o trabalho realizado incidiu precisamente num território onde o *deserto de notícias* é mais vincado. Numa perspetiva mais abrangente propomos ainda que a caracterização das redações e das condições de trabalho, possa incluir todos os órgãos de comunicação social dos três distritos do Alentejo, jornais híbridos, jornais impressos, jornais *online* e rádios, a fim

de perceber e comparar o funcionamento das diversas redações. As possibilidades de investigação de futuro são vastas, tendo em conta que a comunicação social regional do Alentejo tem sido descurada cientificamente, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho dos jornalistas e demais profissionais do setor. Num território que, tal como todos os outros, merece um jornalismo de qualidade, seria também importante a realização de um estudo de receção, junto de vários públicos, com o objetivo de identificar e compreender os hábitos de consumo de notícias, o que poderia constituir um importante contributo para a reestruturação dos órgãos de comunicação social.

## Referência bibliográficas

Albernathy, P. (2018) *The Expanding News Desert*. Chapel Hill, NC: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, School of Media and Journalism, University of North Carolina at Chapel Hil [https://www.cislm.org/wp-content/uploads/2018/10/The-Expanding-News-Desert-10\\_14-Web.pdf](https://www.cislm.org/wp-content/uploads/2018/10/The-Expanding-News-Desert-10_14-Web.pdf)

Alves, R. (2006). Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. In M. Pinto & L. Santos (Coords.), *Comunicação e Sociedade* (Vols. 9/10, pp. 93-102): *Jornalismo e Internet*. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/29870>

Amaral, V. (2012) A proximidade de uma imprensa regional à ideia de uma cidadania ativa, In J. Correia (org.) *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. LabCom. (pp. 1-16). [file:///C:/Users/User/Downloads/agora\\_ebook.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/agora_ebook.pdf)

Ascensão, P. (2015) *Quando o Alentejo é notícia: a representação do Alentejo nos média noticiosos nacionais*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12628/1/Tese\\_Patricia%20Ascensao.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12628/1/Tese_Patricia%20Ascensao.pdf)

Associação Nacional da Imprensa Regional (ANIR) <https://anir.pt/>

Associação Portuguesa de Imprensa (APIImprensa) <https://apimprensa.pt/>

Azeredo Lopes, J. (2010). Apresentação. In C. Martins & T. Gonçalves (coord.) *Imprensa Local e Regional em Portugal*. ERC. (pp. 15-18). <https://www.erc.pt/documentos/ERICImprensaLocaleRegionalfinal.pdf>

Bastos, H. (2009). *Da implementação à estagnação: os primeiros doze anos de ciberjornalismo em Portugal*. SOPCOM-Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Repositório aberto Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/25240>

Bastos, H. (2011) *Para uma história do ciberjornalismo em Portugal : das origens às múltiplas plataformas*. Confibercom. <https://hdl.handle.net/10216/57427>

Bastos, H. (2023) *História do Ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros vinte e cinco anos*. LabCom. <https://labcomca.ubi.pt/historia-do-ciberjornalismo-em-portugal-os-primeiros-vinte-e-cinco-anos/>

Batista, J. (1992) *Quem é quem no Jornalismo Português*. Clube de Jornalistas.

Bonixe, L. (2008) Setúbal na Rede. Primeiro jornal online português assinalou dez anos de existência. *Jornalismo & Jornalistas*, janeiro - março 2008, Clube de Jornalistas (pp. 28-31). [https://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj33/jj33\\_28.pdf](https://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj33/jj33_28.pdf)

Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Difel. [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/426/o/BOURDIEU\\_Pierre.\\_O\\_poder\\_simb%C3%B3lico.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/426/o/BOURDIEU_Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf)

Camponez, C. (2002) *Jornalismo de Proximidade – Rituais de Comunicação na Imprensa Regional*. Minerva Coimbra.

Camponez, C. (2012) Jornalismo regional: proximidades e distanciamos. Linhas de reflexão sobre uma ética de proximidade no jornalismo. In J. Correia (org.) *Ágora-Jornalismo de*

*Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades.* LabCom. (pp. 35-48)  
[file:///C:/Users/User/Downloads/agora\\_ebook.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/agora_ebook.pdf)

Camponez, C. (2017). Proposta de novos pactos comunicacionais na era do hiperlocal. In Jerónimo, P. (org.), *Média e jornalismo de proximidade na era digital* (pp. 11-25). LabCom. [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201710181743-201710\\_mediajornalismoproximidade\\_pjeronimo.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201710181743-201710_mediajornalismoproximidade_pjeronimo.pdf)

Camponez, C. e Oliveira, M. (2021) Precariedade e expectativas no jornalismo: o ocaso de uma profissão? *Os três D dos media: desigualdade, desprofissionalização e desinformação.* Le Monde Diplomatique - edição portuguesa, Outro Mundo. (pp 113-122). <https://hdl.handle.net/1822/86283>

Camponez, C., Miranda, J., & Fidalgo, J. (2022). *Para uma história crítica das instituições de autorregulação do jornalismo em Portugal.* ICNova. <https://colecaoicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/127>

Canavilhas, J. & Teixeira, J. F. (2015). Descontinuidades do audiovisual na segunda geração de conteúdos jornalísticos para tablets. *Observatorio (OBS\*)*, 9(3). <https://doi.org/10.15847/obsOBS932015844>

Canavilhas, J. (2023) *Manual de Jornalismo na Web.* LabCom. <https://labcomca.ubi.pt/manual-de-jornalismo-na-web/>

Carvalho, J. R., Morais, R., & Ramos, G. (2021). Imprensa regional, meios digitais e a (nova) diáspora. *Observatorio (OBS\*)*, 15(3). <https://doi.org/10.15847/obsOBS15320211714>

Castells, M. (2001). *A Galáxia Internet.* Zahar.

Censos (2021). *Divulgação dos Resultados Definitivo.* Instituto Nacional de Estatística. [file:///C:/Users/User/Downloads/23Censos Definitivos 2021 retif%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/23Censos%20Definitivos%2021%20retif%20(6).pdf)

Chaparro, M. (2001). *Linguagem dos conflitos.* Minerva Coimbra.

Clube de Jornalistas (2024). *Sites falsos de notícias locais já superam os verdadeiros nos EUA.* NewsGuard. <https://clubedejornalistas.sapo.pt/2024/06/17/sites-falsos-de-noticias-locais-ja-superam-os-verdadeiros-nos-eua/>

Coelho, E., Valente, M. & Silva, M. (coords.), (21 de setembro de 1974). Jornais regionais alentejanos. *Com Todas as Letras/RTP arquivos*, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jornais-regionais-alentejanos/>

Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) <https://www.ccpj.pt/>

Correia, J. C., Jerónimo, P. & Gradim, A. (2021). Jornalistas da mídia local e o desafio digital. *Redes*, 26. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16507>

Costa, E. (4 de outubro 2024) Temos sobrevivido com grande esforço. *Correio de Azeméis.* <https://correiodeazemeis.sapo.pt/noticias/temos-sobrevivido-com-grande-esforco>

Cunha A. (1928) *Uma Hora de Jornalismo.* Caixa de Previdência do Sindicato Dos Profissionais da Imprensa de Lisboa MCMXXVIII

Deuze, M. (2019) *What Journalism Is (Not) Social Media + Society*. SAGE. <https://doi.org/10.1177/2056305119857202>

Dicionários. Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/precariedade>

Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) <https://www.erc.pt/pt/>

Faustino, P. (2004). *A Imprensa em Portugal: Transformações e Tendências*. MediaXXI / Formalpress, Lda. [file:///C:/Users/User/Downloads/Almprensaemportugal-transformaesetendncias%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Almprensaemportugal-transformaesetendncias%20(1).pdf)

Ferreira, G. (2018) *Sociologia dos Novos Media*. LabCom. [https://labcom.ubi.pt/ficheiros/201809251220-201805\\_transformacoessociaisnm\\_gbferreira.pdf](https://labcom.ubi.pt/ficheiros/201809251220-201805_transformacoessociaisnm_gbferreira.pdf)

Ferreira, P. (2005). O custo das não-decisões na imprensa local e regional em Portugal. *Comunicação E Sociedade*, 7, 153–180. [https://doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).1215](https://doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).1215)

Fialho de Almeida, J. (1889) *Os Gatos*. Porto Aranha.

Fidalgo, J. (2000) Novos desafios para a imprensa escrita e para o jornalismo. *A Comunicação e os Media em Portugal – Cronologia e leitura de tendências*. Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho (pp. 53,75) <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7637/3/Fidalgo%20J%20%282000%29Cronologias%20media%2095-99.pdf>

Fidalgo, J. (2008) *O Jornalista em Construção*. Porto Editora

Fidalgo, J. (2019) Em trânsito pelas fronteiras do Jornalismo, *Comunicação Pública*, Vol.14 nº 27. Escola Superior de Comunicação Social. <https://doi.org/10.4000/cp.5522>

Fidalgo, J. (2024). As encruzilhadas do jornalismo. In M. Lameiras & H. Sousa (eds.), *Políticas da comunicação: Hibridismos e opacidades* (pp. 119-137). Universidade do Minho. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.103.7>

Fontcuberta, M. (1993). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Casa das Letras.

García-Avilés, J.A., Arias, F., Carvajal, M., Paisana, M., De Lara, A., Foá, C., García-Ortega, A., Margato, D., Crespo, M., Quiles B. & Valero, J.M. (2023). *Análise das tendências e inovação do ecossistema mediático de Espanha e Portugal (2025-2030)*. IBERIFIER. <https://doi.org/10.15581/026.006>

Godinho, R. & Pereira, C. (2020) O Digital e os Media Locais: Proximidade ou afastamento? In P. Jerónimo & J. Correia (eds) *O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo*. LabCom. (65-82). [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o\\_pulsar\\_da\\_proximidade\\_nos\\_media\\_e\\_no\\_jornalismo\\_digital.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o_pulsar_da_proximidade_nos_media_e_no_jornalismo_digital.pdf)

Gonçalves, A. (2020) A adaptação da imprensa regional aos dispositivos móveis. In P. Jerónimo & J. Correia (eds) *O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo*. LabCom. (83-102) [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o\\_pulsar\\_da\\_proximidade\\_nos\\_media\\_e\\_no\\_jornalismo\\_digital.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o_pulsar_da_proximidade_nos_media_e_no_jornalismo_digital.pdf)

Granado, A. & Silva, D. S. (2021). Introdução. Hibridismo e jornalismo. *Media & Jornalismo*, 21(38), 9-12. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_38\\_0](https://doi.org/10.14195/2183-5462_38_0)

Guimerà, J., Domingo, D. & Williams, A. (2018). Local journalism in Europe: reuniting with its audiences. *Sur le journalisme*. Vol. 7, nº2 (pp. 4-11). <http://www.surlejournalisme.com/rev>

Hindman, M. (2014) *Stickier News*. Harvard Kennedy School. <https://journalistsresource.org/wp-content/uploads/2015/04/Stickier-News-Matthew-Hindman.pdf>

Jerónimo, P. (2012) Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal. O caso da imprensa regional. In J. Correia (org.) *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. LabCom. (pp. 81-86). [file:///C:/Users/User/Downloads/agora\\_ebook.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/agora_ebook.pdf)

Jerónimo, P., & Sánchez Esparza, M. (2023). Jornalistas Locais e Fact-Checking: Um Estudo Exploratório em Portugal e Espanha. *Comunicação Sociedade*, 44, e023016. [https://doi.org/10.17231/comsoc.44\(2023\).4553](https://doi.org/10.17231/comsoc.44(2023).4553)

Jerónimo, P., Ramos, G., & Torre, L. (2022). *Desertos de notícias Europa 2022: Relatório de Portugal*. LabCom. [https://labcomca.ubi.pt/wpcontent/uploads/2023/02/desertos\\_noticias\\_europa\\_2022\\_.pdf](https://labcomca.ubi.pt/wpcontent/uploads/2023/02/desertos_noticias_europa_2022_.pdf)

Jornal *Alto Alentejo*. <https://jornalaltoalentejo.sapo.pt/>

Jornal *Correio Alentejo*. <https://correioalentejo.com/>

Jornal *Diário do Alentejo*. <https://diariodoalentejo.pt/pt/Default.aspx>

Jornal *Dário do Sul*. <https://diariodosul.pt/>

Jornal *Linhas de Elvas*. <https://nortealentejo.pt/>

Jornal *Notícias de Arronches*. <https://www.noticiasdearronches.com/>

Jornal *Planície*. <https://j.planicie.pt/>

Kauark, F., Manhães, F. & Medeiros, C. (2010) *Metodologias da Pesquisa: um guia prático*. Via Litterarum.

Lima, P. (31 julho 2024). Estado compra participações da Global Media e da Páginas Civilizadas na Lusa. *Expresso*. <https://expresso.pt/economia/media/2024-07-31-estado-compra-participacoes-da-global-media-e-da-paginas-civilizadas-na-lusa-27aa9807>

Lusa – Agência de Notícias de Portugal. <https://www.lusa.pt/about-lusa/A-Nossa-Hist%C3%B3ria>

Lusa, SIC Notícias & Freire, M. (29 dezembro 2023) . *Grupo Global Media: salários em atraso, crise no jornalismo, o que está a acontecer?*. SIC Notícias. <https://sicnoticias.pt/pais/2023-12-29-Grupo-Global-Media-salarios-em-atraso-crise-no-jornalismo-o-que-esta-a-acontecer--cb85b9ef>

Marcos históricos na vida do SJ (2002). *Sindicato dos Jornalistas (SJ)*. <https://jornalistas.eu/marcos-historicos-na-vida-do-sj/>



Martinho, A., Paisana, M., & Cardoso, G. (2023). *Digital News Report 2023*. Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/portugal>

Martins, P. (2024) Quando as Redes Sociais Digitais São Fontes Jornalísticas — Uma Abordagem a Códigos Deontológicos. *Comunicação e Sociedade*, vol. 45, 2024, e024001. [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).4748](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).4748)

McLuhan, M. (1964) *Compreender os Meios de Comunicação - Extensões do Homem*. Relógio D'Água.

*Mensagem de Lisboa*. <https://amensagem.pt/>

Mota, D. (2023). A Erosão da Proximidade: Questões e Desafios do Jornalismo Local na Sociedade Contemporânea. *Comunicação e Sociedade*, 44, e023027. [https://doi.org/10.17231/comsoc.44\(2023\).4744](https://doi.org/10.17231/comsoc.44(2023).4744)

Newman, N. (2023). *Digital News Report*. Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/digital-news-report/2024/dnr-resumen-ejecutivo>

Newman, N. (2024). *Digital News Report*. Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/digital-news-report/2024/dnr-resumen-ejecutivo>

Nobre-Correia, J.M. (2023) *Média e Jornalismo em Portugal*. Almedina

Oliveira, C., & Glanzmann, J. (2010). Jornalismo na era da Web 2.0. *CES Revista*, 24, PP. (97-114). <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/666/524>

Paquete de Oliveira, J. (2017). *Comunicação e Quotidiano. Textos e intervenções (1983 - 2016)* In G. Cardoso. (org). Tinta da China. [file:///C:/Users/User/Downloads/Comunicacao e Quotidiano Prefacio a obra%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Comunicacao%20e%20Quotidiano%20Prefacio%20a%20obra%20(1).pdf)

Pascoal, I. (1996). Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão. *Práticas e Processos de Mudança Social*. [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4926a435d94a4\\_1.pdf](https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4926a435d94a4_1.pdf)

Peixinho A. e Dias L. (2021) A formação dos jornalistas na viragem de oitocentos para novecentos. ICNova. (pp. 29-42) <https://doi.org/10.34619/qnld-nnie>

Pereira, C. (3 de junho 2019). Forças armadas derrubam governo de Marcelo Caetano. *Diário do Alentejo: Os anos depois da revolução de Abril*. <https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/7026/diario-do-alentejo-os-anos-depois-da-revolucao-de-abril.aspx>

Pinto, M. (2008) *Digressão sobre a 'crise do jornalismo' - entre definhamento e re-invenção*. coleções: CECS - Provas de Agregação/Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/40799>

Plano de Ação para a Comunicação Social (2024). *República Portuguesa*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/qc24/comunicacao/documento?i=plano-de-acao-para-a-comunicacao-social>

Pontes, D. (8 de outubro 2024). Um auricular a mais. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/10/08/opiniao/editorial/auricular-2107103>

Procuradoria- Geral Distrital de Lisboa  
[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=144&tabela=leis&so\\_mio=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=144&tabela=leis&so_mio=)

Quintanilha, T. (2023). Uma Nova Forma de Precariedade (da Prática)? A Descompetencialização Profissional no Centro do Sequestro da Qualidade no Jornalismo. *Qualidade do Jornalismo/Comunicação e Sociedade*, 44. Universidade do Minho. (1-19). <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/4622/5958>

Quintanilha, T. L. (2018). 2029 - o fim dos jornais em papel em Portugal? Um estudo longitudinal sobre os principais indicadores de desempenho no sector da imprensa escrita tradicional portuguesa. *Observatorio (OBS\*)*, 12(3). <https://doi.org/10.15847/obsOBS12320181318>

Quintanilha, T., Paisana, M. & Cardoso, G. (2019) A Imprensa Regional Portuguesa Como Pequeno Bastião da Imprensa Tradicional no País. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. 50. 141-161. <http://hdl.handle.net/10071/17485>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. <https://tecnologiamidiaeinteracao.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>

Radcliffe, D & Ali, C. (2017) *Local News in a Digital World: Small-Market Newspapers in the Digital Age*. Columbia University Academic Commons. <https://ssrn.com/abstract=3094783> doi/10.7916/D8WS95VQ

Ramonet, I. 1999 *A tirania da comunicação*. Campo das Letras. [https://www.academia.edu/8644860/A\\_TIRANIA\\_DA\\_COMUNICA%C3%87%C3%83O\\_IGNACIO\\_RAMONET](https://www.academia.edu/8644860/A_TIRANIA_DA_COMUNICA%C3%87%C3%83O_IGNACIO_RAMONET)

Ramos, G. & Correia, J. (2019) Modelos de negócios para o jornalismo regional: O caso Setúbal na Rede. *Estudos de Jornalismo*. LabCom. (pp. 50-63). <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9245/1/Modelos%20de%20Neg%C3%B3cio%20para%20Jornalismo%20regional.pdf>

Ramos, G. & Grupillo, A. (2020) Jornalismo Regional em Novas Plataformas. In P. Jerónimo & J. Correia. *O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo*. LabCom. (pp. 31-42) [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o\\_pulsar\\_da\\_proximidade\\_nos\\_media\\_e\\_no\\_jornalismo\\_digital.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202007271630-o_pulsar_da_proximidade_nos_media_e_no_jornalismo_digital.pdf)

Ramos, G. (2021). Deserto de notícias: Panorama da crise do jornalismo regional em Portugal. *Revista Estudos de Jornalismo*, 13(1), 65-85. [https://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20210731-ej13\\_2021.pdf](https://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20210731-ej13_2021.pdf)

Relatório de Regulação (2022). ERC. <https://www.erc.pt/pt/estudos/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-/>

Rolo, D., Areosa, J., Antunes, J., Silveira, H., Santiago, B., Souza, R., Figaro, R., & Grohmann, R. (2023). In R. Varela & R. Santa (coords.), *Inquérito nacional às condições de vida e de trabalho dos jornalistas em Portugal*. Nova FCSH. <file:///C:/Users/User/Downloads/Inquerito-as-Condicoes-de-Vida-dos-Jornalistas.pdf>

Rosado, N. (1966) *A Imprensa*. Coleção Educativa.

Sales, C. & Mota, S. . (2021). *As agências de notícias portuguesas/em Portugal: Um contributo para a sua história* . ICNova. <http://hdl.handle.net/10400.2/10629>

Silva, M. (2024) *Fundamentos e Inquietações do Jornalismo*. ICNova. <https://doi.org/10.34619/wjpr-nphb>

Simas, F. [jornalista], Rodrigues, R. [imagem] & Claro, L. [edição]. (2024). *Internet acelera precariedade no jornalismo*. Linha da Frente/RTP. [https://www.rtp.pt/noticias/pais/linha-da-frente-internet-acelera-precariedade-no-jornalismo\\_v1583728](https://www.rtp.pt/noticias/pais/linha-da-frente-internet-acelera-precariedade-no-jornalismo_v1583728)

Sousa, J. (2001) *Elementos do Jornalismo Impresso*. Universidade da Beira Interior. <https://www.bocc.ubi.pt/paq/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

Sousa, J. (2008) *Uma história do Jornalismo em Portugal até 1974*. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. <http://hdl.handle.net/10284/1163>

Sousa, J. (2009) *Os pioneiros do jornalismo português na primeira metade do Século XVII*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0305-1.pdf>

Sousa, J. (2012) Imprensa Regional e local portuguesa: um cenário e vários desafios. In I. Savenhago (org.) *Jornalismo regional: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa*: Paco Editorial.

Sousa, P. e Lima, H. (2021) *Para uma periodização da história do jornalismo em Portugal*. Coleção ICNOVA <http://hdl.handle.net/10362/127136> Souza, R. (2023). O trabalho híbrido dos jornalistas e as reificações do capitalismo comunicativo. *Revista Observatório* , 9(1), a26pt. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2023v9n1a26pt>

Steensen, S. & Westlund, O. (2021) *What is Digital Journalism Studies?*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429259555>

Teixeira, L. (1941) *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. (número 1).

Tengarrinha, J. (1965) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Editorial Caminho.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo*. Volume I. Insular.

Traquina, N. (2005) *Teorias do Jornalismo. A Tribo Jornalista – uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. II. Insular. ISBN 85-7474-245-7

Zamith, F. (2006) *O (novo) papel das agências noticiosas nacionais na era da comunicação ubíqua*. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/151785/2/103033.pdf>

## Anexos

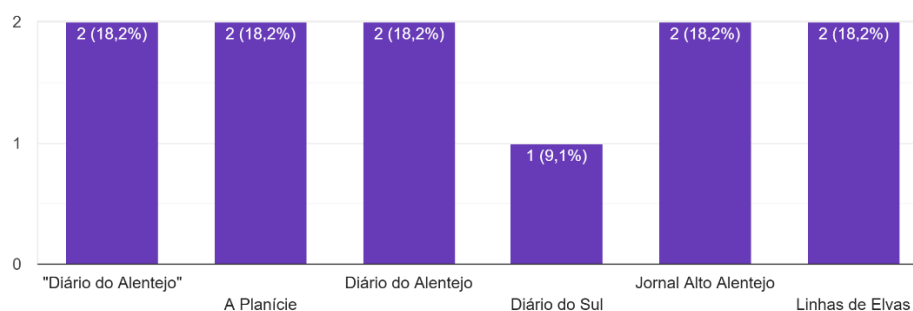
### Anexo A : resultado do inquérito - *Caraterização das condições de trabalho dos jornalistas*

(resumo de respostas dos jornalistas)

#### Questão 1

Órgão de comunicação social onde trabalha:

11 respostas



#### Questão 2

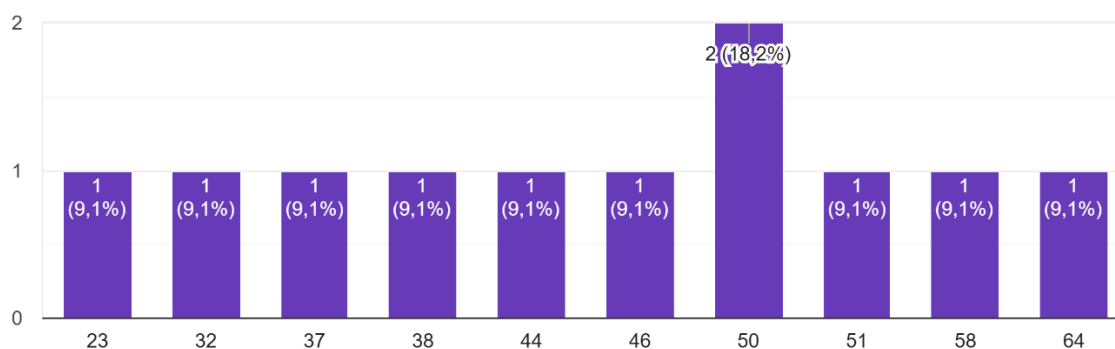
Nome: 11 respostas

Pedro Trindade Sena, Ana de Sousa, Tiago Miguel Silva, Patrícia Leitão, Nuno Barraco, António Pica, Patrícia Pato, Marina Pardal e Nelia Pedrosa, Ricardo Zambujo e José Serrano.

#### Questão 3

Idade:

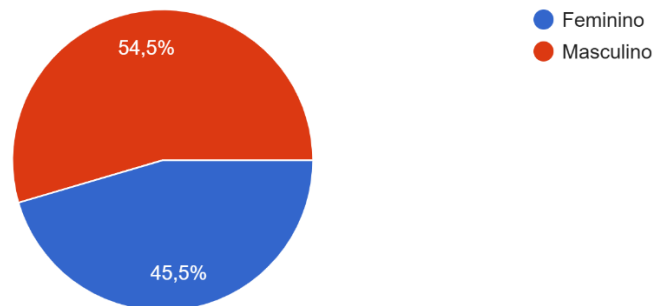
11 respostas



#### Questão 4

Sexo:

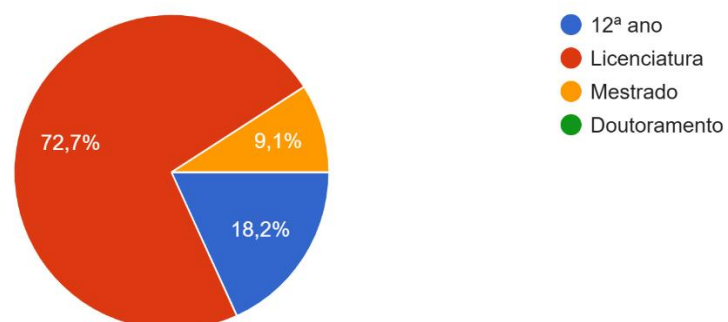
11 respostas



#### Questão 5

Escolaridade:

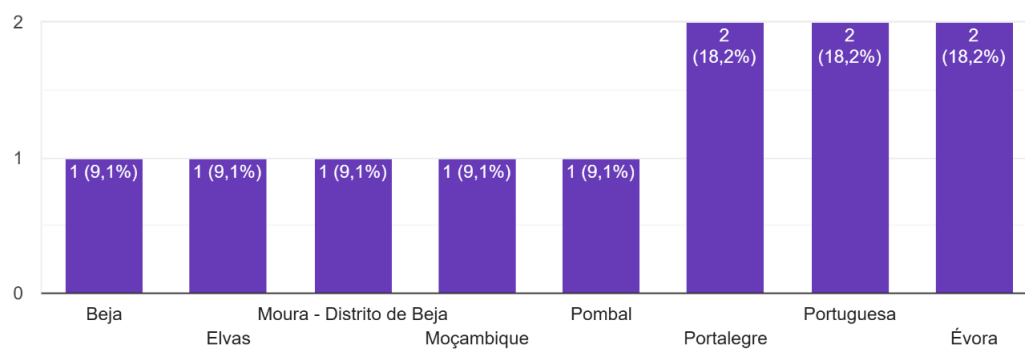
11 respostas



#### Questão 6

Naturalidade:

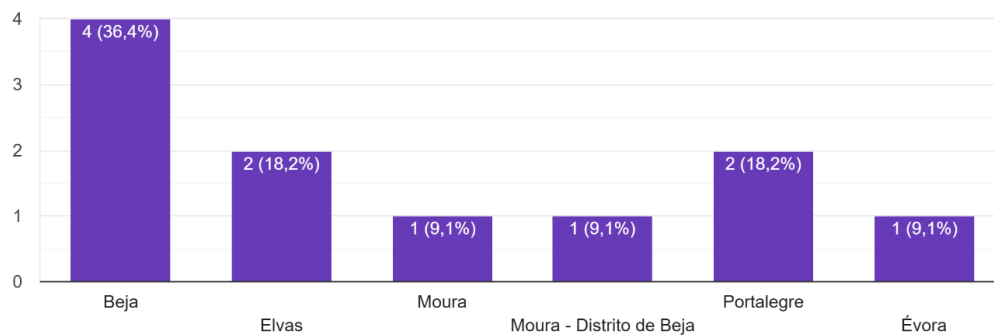
11 respostas



## Questão 7

Área de residência:

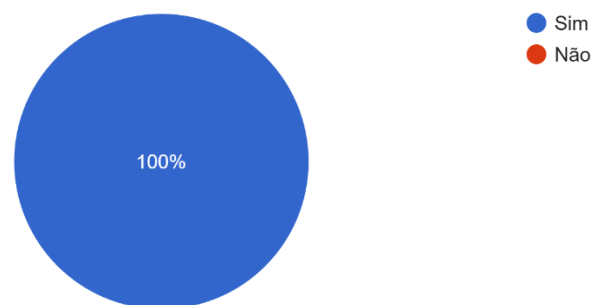
11 respostas



## Questão 8

Tem carteira profissional de jornalista?

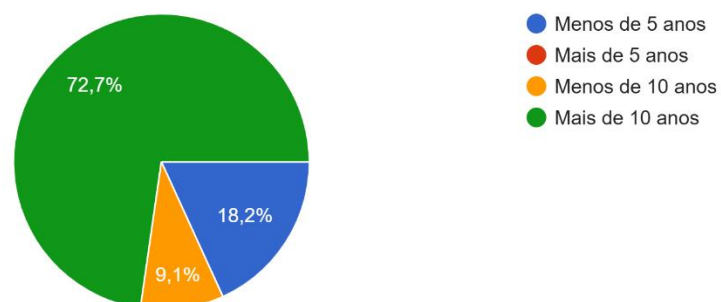
11 respostas



## Questão 9

Há quanto tempo exerce a profissão?

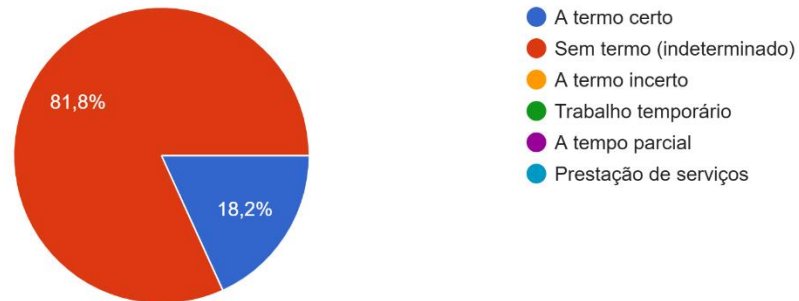
11 respostas



### Questão 10

Tipo de contrato de trabalho:

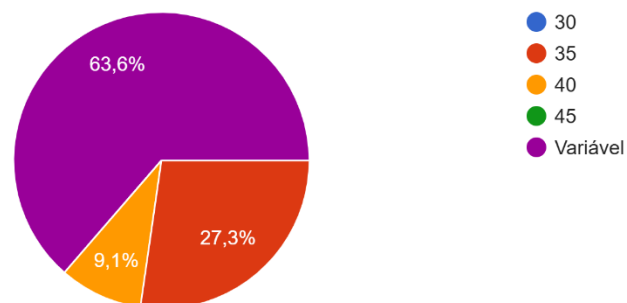
11 respostas



### Questão 11

Número de horas de trabalho por semana:

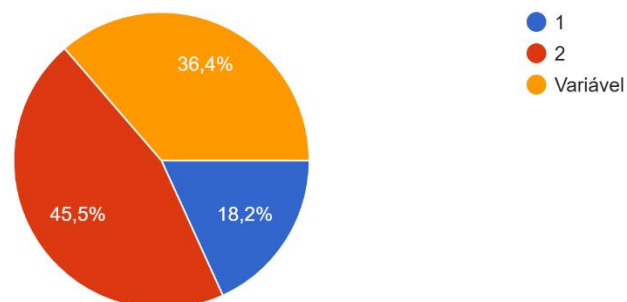
11 respostas



### Questão 12

Número de folgas por semana

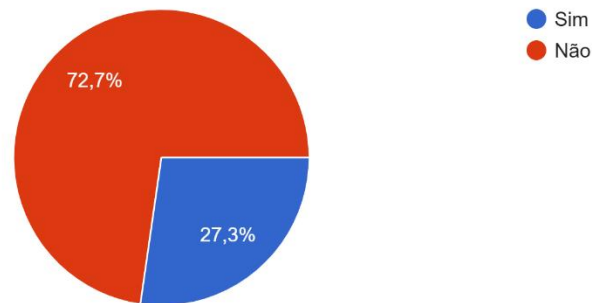
11 respostas



### Questão 13

Tem isenção de horário?

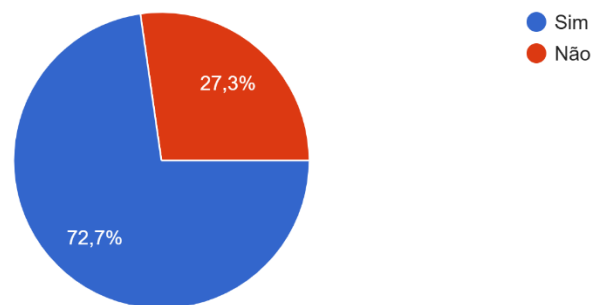
11 respostas



### Questão 14

Faz horas extraordinárias?

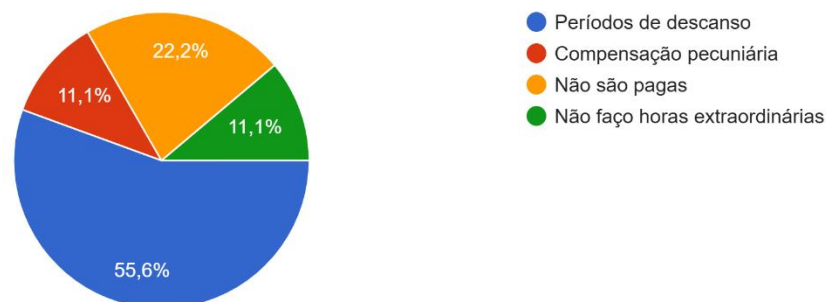
11 respostas



### Questão 15

Se respondeu sim, como são pagas?

9 respostas

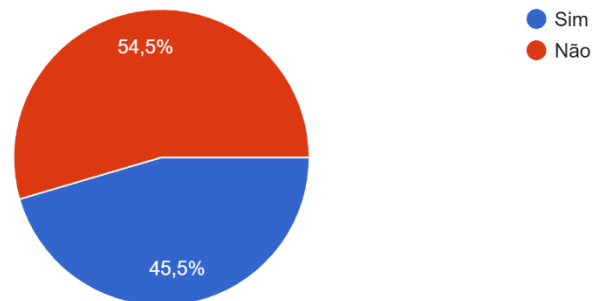




### Questão 16

A transição digital do jornal aumentou a carga horária dos jornalistas?

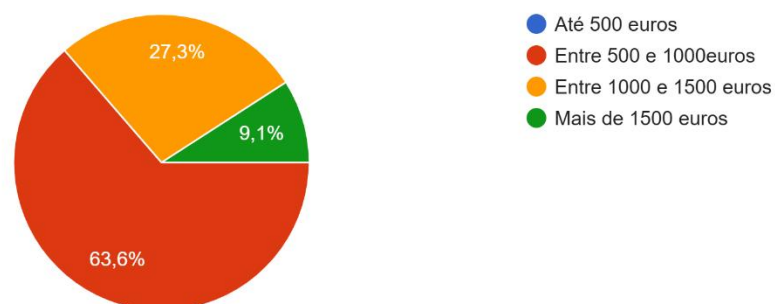
11 respostas



### Questão 17

Rendimento mensal líquido:

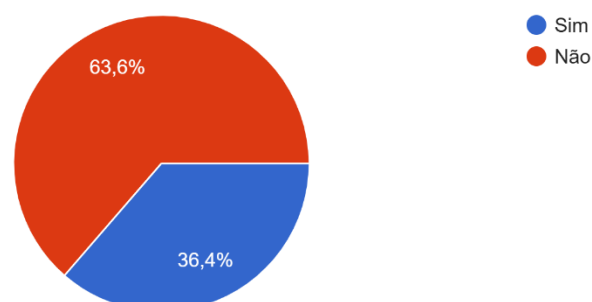
11 respostas



### Questão 18

Considera que recebe um salário digno?

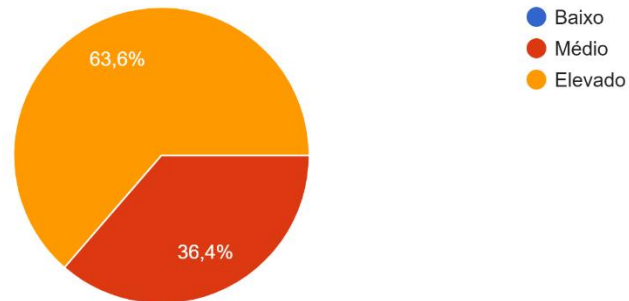
11 respostas



### Questão 19

Nível de autonomia na redação:

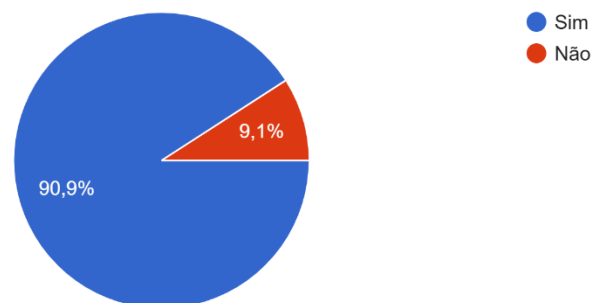
11 respostas



### Questão 20

Está satisfeito/a com as tarefas que lhe são atribuídas?

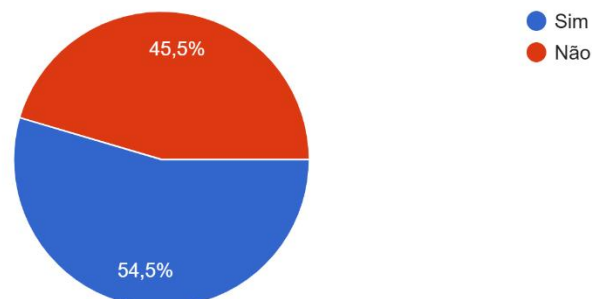
11 respostas



### Questão 21

Já trabalhou em outros órgãos de comunicação social?

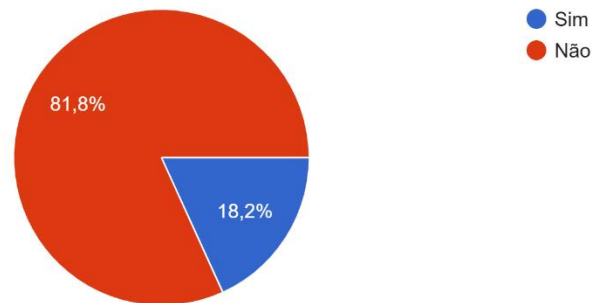
11 respostas



## Questão 22

Tem outro trabalho remunerado?

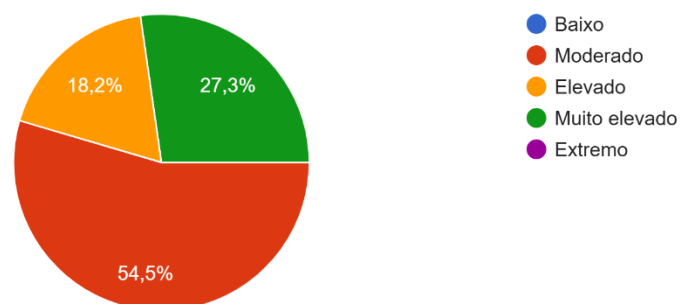
11 respostas



## Questão 23

Classifique o nível de stress associado ao exercício da sua profissão:

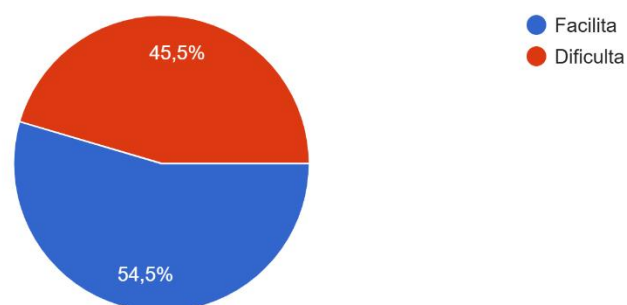
11 respostas



## Questão 24

A transição digital facilita ou dificulta o trabalho dos jornalistas?

11 respostas



## Questão 25

Justifique a resposta anterior:

11 respostas

Do ponto de vista na facilidade de comunicação entre pessoas existem mais benefícios e facilita, do ponto da dificuldade a transição digital significou mais trabalho, mais horas fora do período de trabalho por questões de dúvida urgência ou relevo, assim como muito menos tempo para dedicar a trabalhos de fundo, a verdadeira essência do jornalismo.

Tendo em conta que somos um jornal regional semanal e acentuando que, por questões alheias à redação, o jornal fecha às quartas-feiras e apenas é colocado em banca às sextas-feiras o facto de termos caminhado para o digital permite-nos colmatar essa lacuna do tempo. Ou seja, um artigo que antes "cairia" porque só fazia sentido ser publicado antes de sexta-feira, agora pode ser trabalhado e colocado no on line.

A questão da transição digital veio dificultar o trabalho dos jornalistas na medida em que veio sobrecarregar os profissionais desta redacção com trabalhos de actualização e construção de sites.

Para além disso, veio ainda imprimir uma maior pressão naquilo que é o trabalho do dia a dia, uma vez que o online passou a ter muita atenção por parte dos utilizadores.

Devido à produção de conteúdos para o digital, além do trabalho de jornal, bem como a pressão de publicar no momento ou o mais cedo possível.

No meu caso em particular dificulta, porque, para além de todo o trabalho que já tinha com a edição impressa, e que mantenho, surgiram outras tarefas associadas ao site. Muitas vezes é difícil dar resposta a todas as solicitações.

Temos acesso diário a todos os conteúdos na imprensa

Atualização de conteúdos

Permite partilhar notícias logo no imediato, se assim o entendermos. A par disso, temos um acesso facilitado a informações, que naturalmente têm sempre de ser confirmadas.

No caso do "Diário do Alentejo", como se mantém a edição em papel, representa mais trabalho com os mesmos recursos humanos.

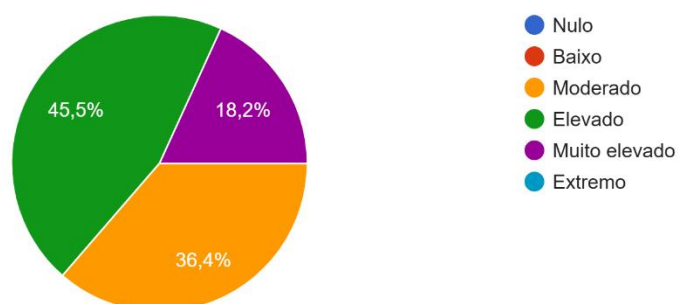
Enquanto fotojornalista parte importante do meu trabalho é realizada de forma "digital", logo a esse nível facilita o fluxo de trabalho.

Acesso a fontes fidedignas, a exemplo da agência "Lusa", facilitado

### Questão 26

Classifique o nível de precariedade da sua profissão:

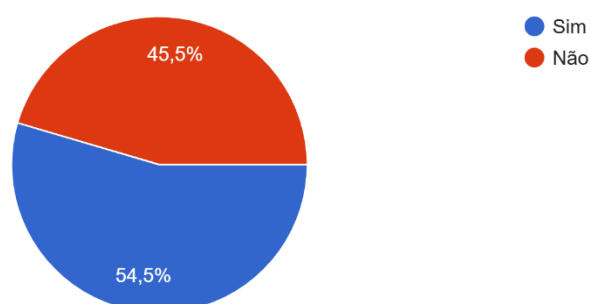
11 respostas



### Questão 27

Considera que a transição digital dos órgãos de comunicação social contribuiu para o aumento da precariedade no jornalismo?

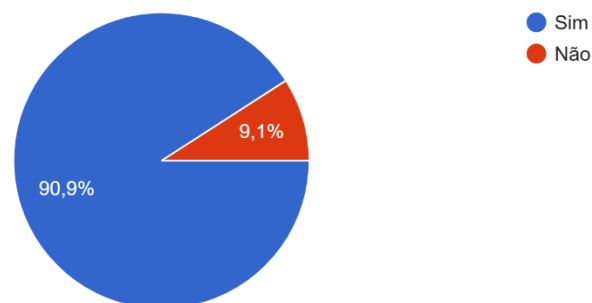
11 respostas



### Questão 28

O jornalista é responsável pela edição, publicação e atualização dos conteúdos nas plataformas digitais?

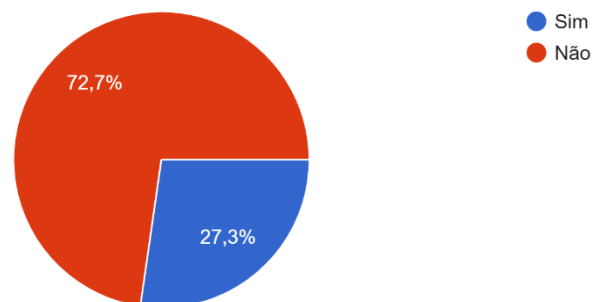
11 respostas



### Questão 29

Adquiriu competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para fins jornalísticos ?

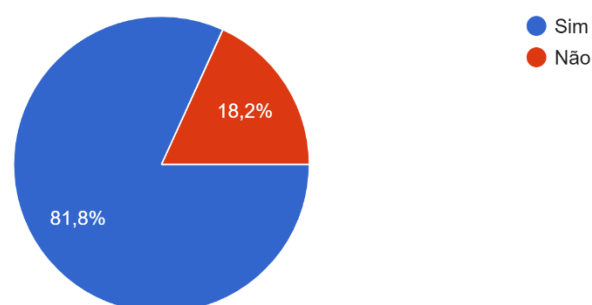
11 respostas



### Questão 30

Sente necessidade de formação específica na área das TIC para fins jornalísticos ?

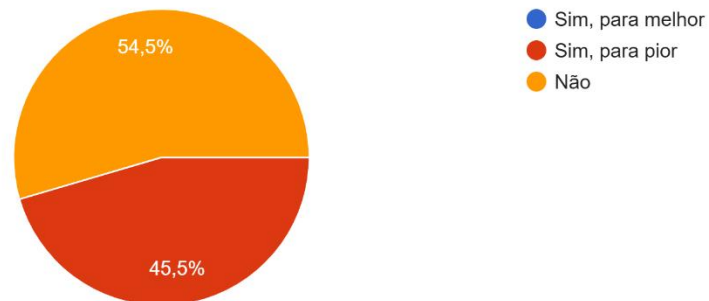
11 respostas



### Questão 31

A presença do jornal online afeta a qualidade das notícias?

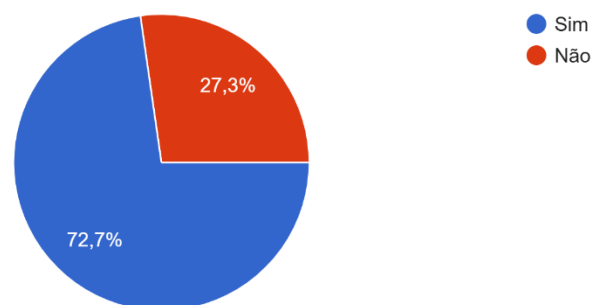
11 respostas



### Questão 32

A presença do jornal nas plataformas digitais aumenta a pressão sobre o trabalho?

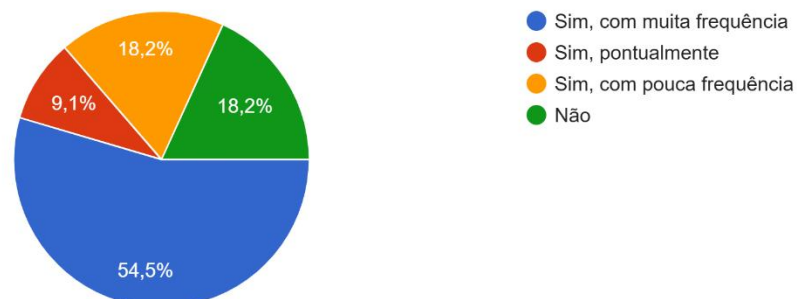
11 respostas



### Questão 33

Utiliza as redes sociais online como fonte de notícias?

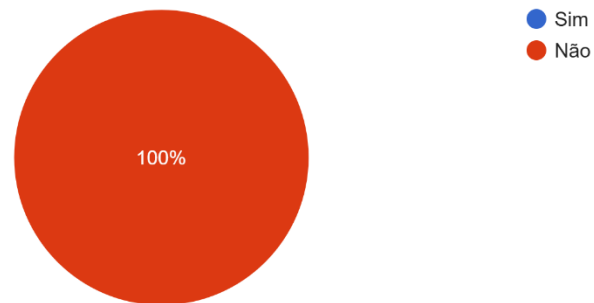
11 respostas



### Questão 34

Já utilizou a Inteligência Artificial na produção de conteúdos jornalísticos?

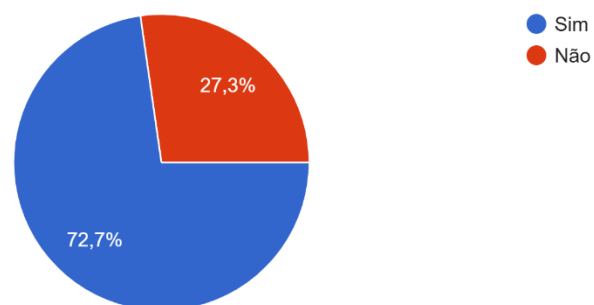
11 respostas



### Questão 35

Concorda com o pagamento de notícias online?

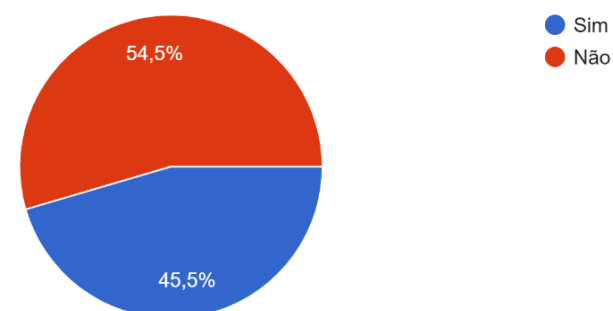
11 respostas



### Questão 36

Há pressão no sentido de divulgar notícias positivas de promoção da região?

11 respostas

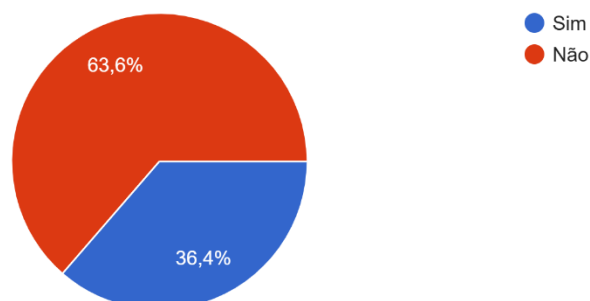




### Questão 37

Faria sentido que cada concelho do distrito tivesse pelo menos um órgão de comunicação social?

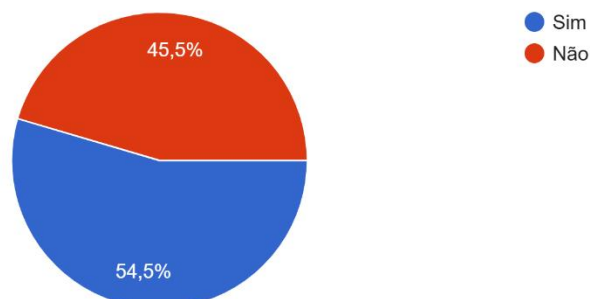
11 respostas



### Questão 38

Já pensou em mudar de profissão?

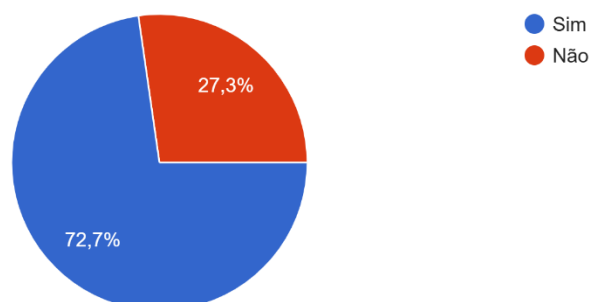
11 respostas



### Questão 39

Está preocupado/a com o futuro da sua carreira profissional

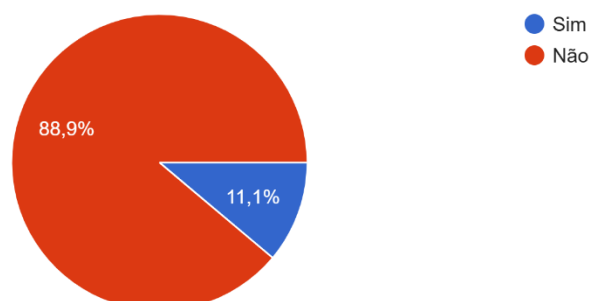
11 respostas



#### Questão 40

Aderiu à greve geral convocada pelo Sindicato dos Jornalistas, dia 14 de março de 2024?

9 respostas



#### Questão 41

Que futuro antevê para os jornais regionais?

11 respostas

A dignidade da profissão está em risco, a sociedade não a valoriza, principalmente, os jovens que pouco ou nenhum interesse têm no jornal enquanto produto informativo de rigor e impresso. O futuro deverá ser, sobretudo, digital e, nesse campo, não existe regulação que impeça qualquer pessoa equiparar-se ao trabalho do jornalista, criando empresas unipessoais, concorrendo com profissionais com carteira ou que dependem de uma estrutura jornalística e desvirtuando o jornalismo dando primazia a conteúdos suportados por câmaras municipais, instituições e empresas.

Honestamente, não creio que os jornais regionais se irão extinguir, uma vez que é o meio de comunicação mais próximo da população que, ainda que tenha interesse em estar informada a nível nacional, não se desvincula por completo da informação prestada a nível local. Porém, creio que o futuro dos jornais regionais acompanhará em grande medida o caminho dos jornais nacionais, ou seja, a perda cada vez mais notória de leitores.

A falta de apoios e de recursos humanos levam-me a crer que os próximos anos no jornalismo regional sejam negros, apesar do papel importantíssimo que desempenham junto das suas comunidades. É preciso uma renovação e ampliação das redacções, mas para isso é necessário encontrar mecanismos de apoio a estes órgãos de comunicação.

Muito provavelmente deixaram de existir em formato papel, sobretudo devido à falta de vendas que suportem os custos da impressão.

Um futuro muito difícil, em que, mais ano, menos ano, as edições impressas deixarão de existir, passando apenas para formatos e/ou plataformas digitais, como, aliás, já está a acontecer a alguns jornais e publicações, principalmente a nível nacional.

Mais necessidade de apoios monetários para formação e contratação

Penso que mais tarde ou mais cedo chegam ao fim e infelizmente com mais profissionais a ir para o desemprego.

Será necessária muita persistência por parte dos jornais regionais para que consigam manter-se em funcionamento, encontrando conteúdos diferenciados. Por outro lado, é importante que a comunidade perceba o papel que estes órgãos de comunicação social têm e aposte na publicidade, bem como na compra/leitura desses jornais. Na maior parte das vezes, apenas os jornais regionais estão presentes em eventos da "terra" e só eles noticiam o que acontece "ao lado de casa", mas para isso têm de ter meios para subsistir e remunerar devidamente os seus jornalistas e demais colaboradores.

Infelizmente, as versões em papel tenderão a desaparecer. Manter-se-á, eventualmente, a versão digital.

Penso que o futuro da imprensa regional será na aposta no digital e explorar mais a identidade de cada zona do país.

Ainda que com dificuldades, a sua prevalência.

**Anexo B** : resultado do inquérito - *Caraterização das condições de trabalho nas redações*  
(resumo de respostas dos diretores)

**Questão 1**

Órgão de comunicação social onde trabalha:7 respostas

Linhas de Elvas

Noticias de Arronches

Diário do Alentejo

Correio Alentejo

jornal Alto Alentejo

Diario do Sul

A Planície

**Questão 2**

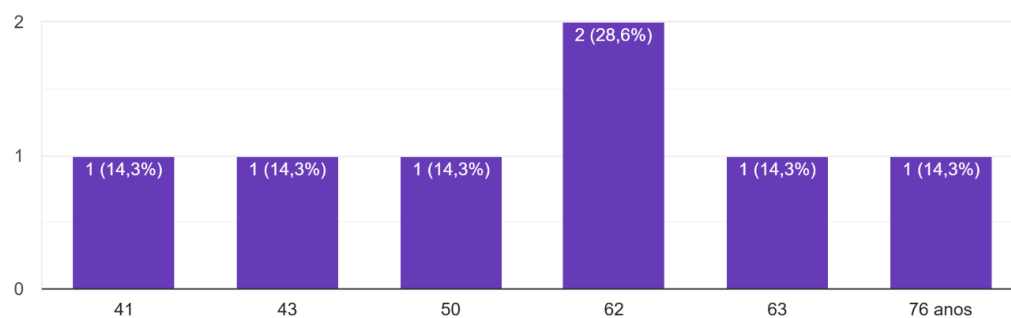
Nome:7 respostas

João Almeida, Fernando Neves Marques, Marco Monteiro Cândido, Carlos Pinto, Manuel Isaac Correia, Paulo Piçarra e José Manuel Albardeiro

**Questão 3**

Idade:

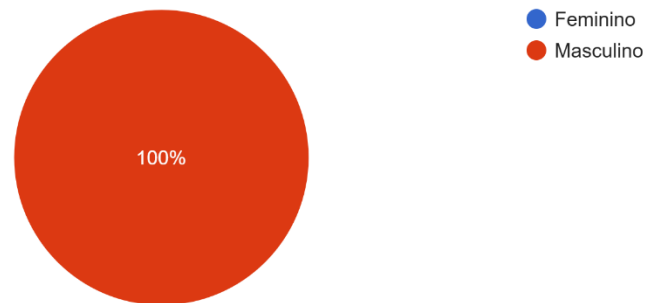
7 respostas



#### Questão 4

Sexo:

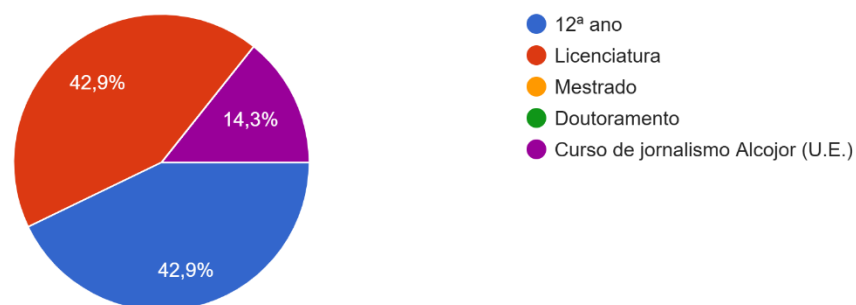
7 respostas



#### Questão 5

Escolaridade:

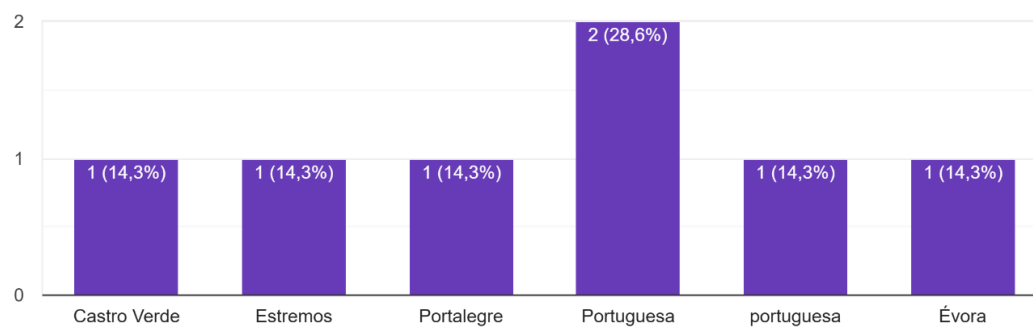
7 respostas



#### Questão 6

Naturalidade:

7 respostas



### Questão 7

Área de residência: 7 respostas

Elvas

Arronches

Beja

Aljustrel

Portalegre

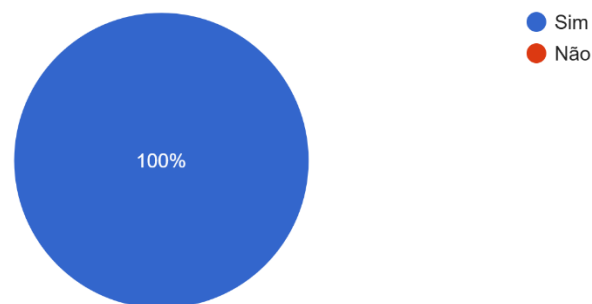
Évora

Moura - Distrito de Beja

### Questão 8

Tem carteira profissional de jornalista

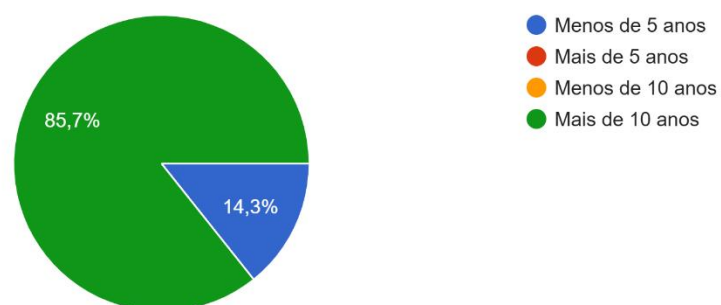
7 respostas



### Questão 9

Há quanto tempo exerce a profissão?

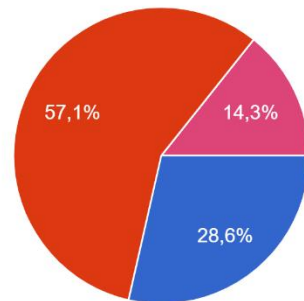
7 respostas



### Questão 10

Tipo de contrato de trabalho:

7 respostas

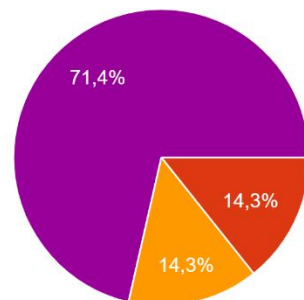


- A termo certo
- Sem termo (indeterminado)
- A termo incerto
- Trabalho temporário
- A tempo parcial
- Prestação de serviços
- Como Director

### Questão 11

Número de horas de trabalho por semana:

7 respostas

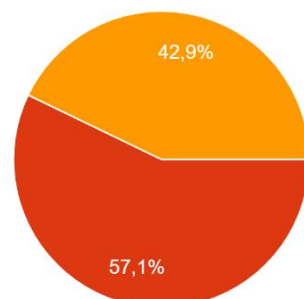


- 30
- 35
- 40
- 45
- Variável

### Questão 12

Número de folgas por semana:

7 respostas

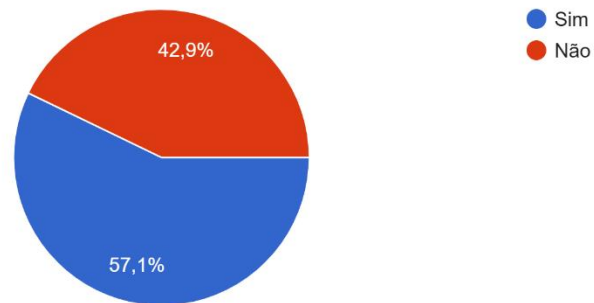


- 1
- 2
- Variável

### Questão 13

Tem isenção de horário?

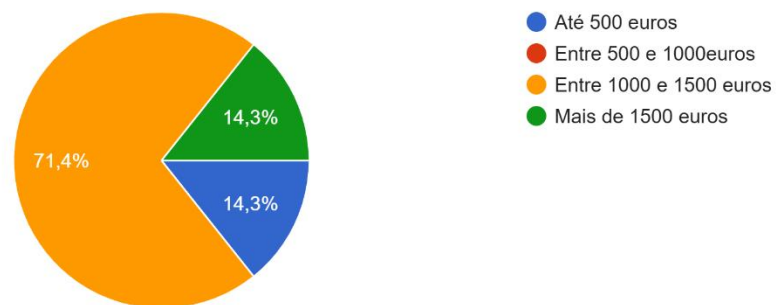
7 respostas



### Questão 14

Remuneração mensal líquida:

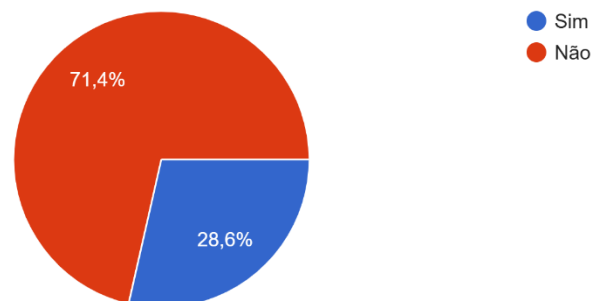
7 respostas



### Questão 15

Tem outro trabalho remunerado?

7 respostas

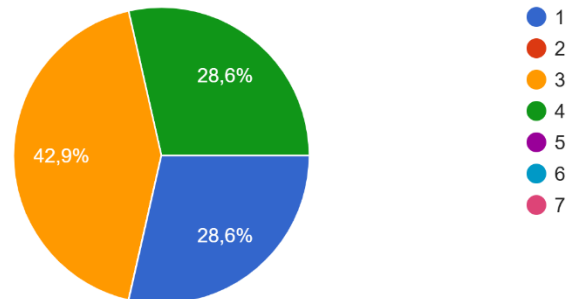




### Questão 16

Quantos jornalistas trabalham na redação?

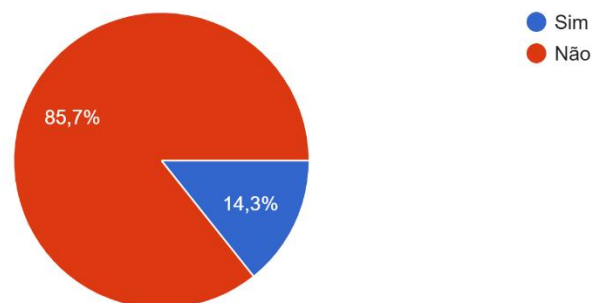
7 respostas



### Questão 17

O número de jornalistas é suficiente?

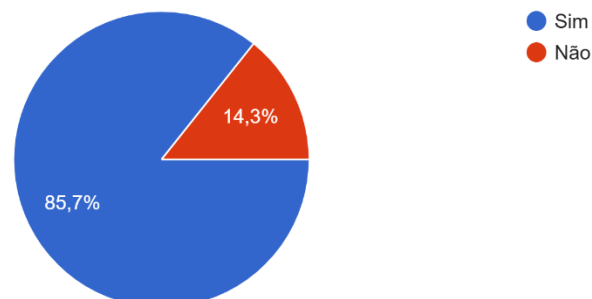
7 respostas



### Questão 18

A formação académica dos jornalistas é considerada para efeitos de contratação?

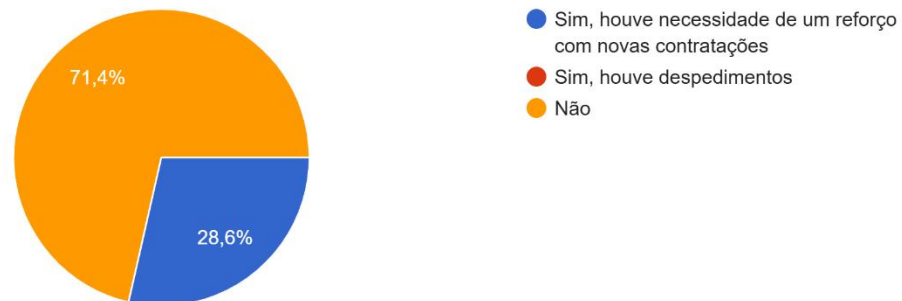
7 respostas



### Questão 19

A transição digital teve impacto no número de jornalistas da redação?

7 respostas



### Questão 20

Quando se processou a transição digital do jornal?

7 respostas

2000

2021

Julgo que há cerca de 24, 25 anos.

2007

Vai-se processando. Seremos obrigados a assumi-la mas contra o nosso ideal. E só a termos de assumir na totalidade face ao facto de estarmos numa região de baixa densidade e perante a realidade de haver poucos leitores para fazer o equilíbrio entre os custos de impressão e as receita de venda.

editamos em papel e digital

Desde 2019

### Questão 21

O que motivou a transição digital do jornal?

7 respostas

evolução

A necessidade de chegar aos leitores atempadamente, dado que a impressão em papel é mensal.

O início, precisamente, da transição generalizada da imprensa para o digital.

Reforçar os conteúdos da edição impressão com conteúdos digitais

Naturalmente que temos de estar presentes no mundo digital, mas não fizemos propriamente transição, seja por motivos de crença, seja porque privilegiamos a edição impressa, desde logo por respeito pelos leitores.

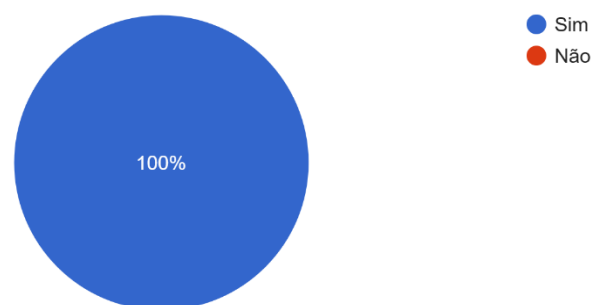
Modernização

O acompanhamento das novas tecnologias

### Questão 22

Considera que a presença do jornal nas plataformas digitais é fundamental no contexto mediático da região?

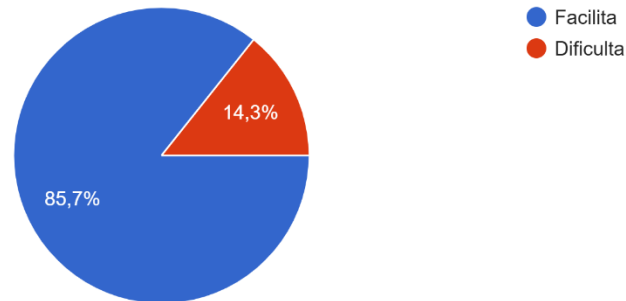
7 respostas



### Questão 23

A transição digital facilita ou dificulta o trabalho jornalístico?

7 respostas



### Questão 24

Quais são as prioridades editoriais do jornal?

7 respostas

actualidade

Divulgar as notícias do concelho e a sua promoção a vários níveis.

Mais do que dar a notícia primeiro, tentamos dá-la melhor. Olhada de outra forma e com abordagens distintas.

Informação generalista relacionada exclusivamente com o distrito de Beja

A nossa prioridade é clara; é noticiosa regional.

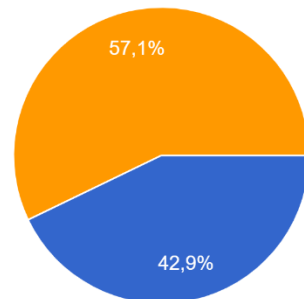
Regional

Conteúdos sobre o desenvolvimento da região, conteúdos fiáveis e apelativos

### Questão 25

A presença online alterou as prioridades editoriais?

7 respostas

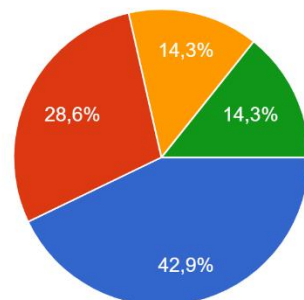


- Sim, há mais diversidade e criatividade na produção de conteúdos
- Sim, há uma maior padronização na produção de conteúdos
- Não

### Questão 26

O jornal recorre a agências de notícias para publicação de conteúdos?

7 respostas

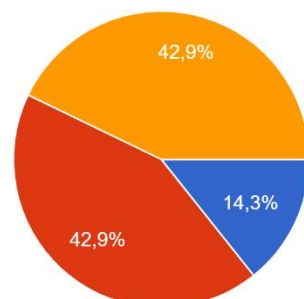


- Sim, sempre
- Sim, pontualmente
- Sim, com pouca frequência
- Não

### Questão 27

A concorrência online afetou a qualidade das notícias?

7 respostas

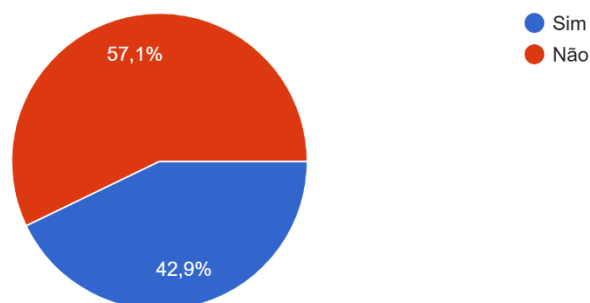


- Sim, para melhor
- Sim, para pior
- Não

## Questão 28

Há produção exclusiva para a edição impressa e online?

7 respostas



## Questão 29

Identifique as principais alterações nas rotinas produtivas da redação, após a transição digital:

7 respostas

mais trabalho

Uma maior disponibilidade para anbrager as duas situações

---

Não houve alterações significativas

Duplicação de tarefas ao ter de escrever uma notícia para o site e publicar fotos que depois vai alterar (ou não) na edição impressa. Ou então coloca umas notícias no site e outras na edição impressa. \* Por isso o questionário enviesa as respostas, porque em muitos casos não há "sim" nem "não"; há "nim" ou "sim e não". Da mesma forma a resposta quanto à presença em plataformas digitais permite apenas uma resposta quando devia permitir várias, pq estamos no site, no facebook e no instagram

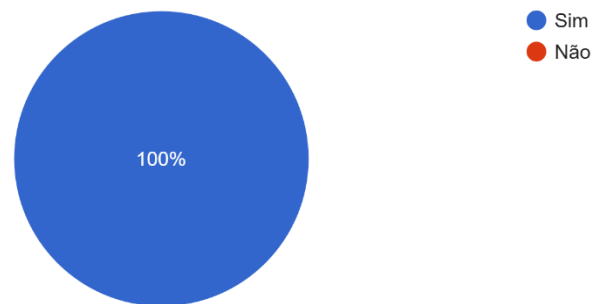
Igual

Mediatização, atualização, mais feedback com os utilizadores

### Questão 30

Considera que os jornalistas necessitam de formação específica para a produção de conteúdos digitais?

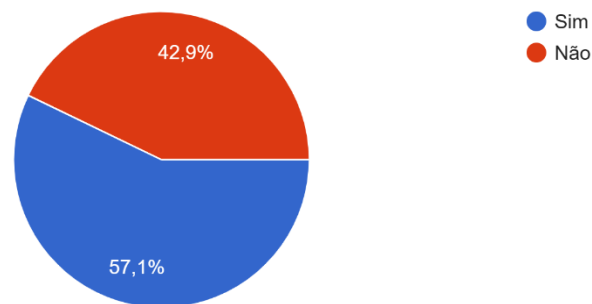
7 respostas



### Questão 31

A presença do jornal nas plataformas digitais contribuiu para a diminuição de vendas da edição impressa?

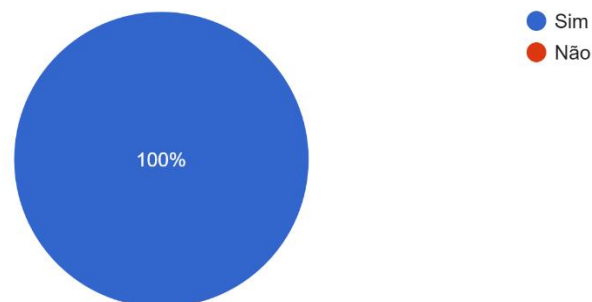
7 respostas



### Questão 32

Concorda com o pagamento de notícias online?

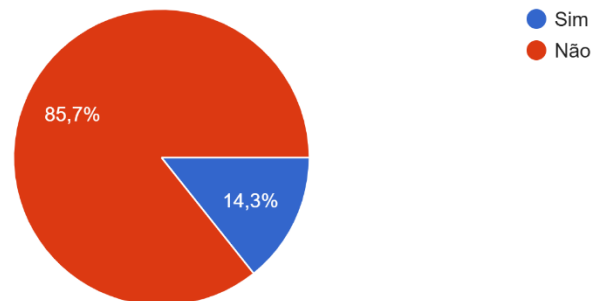
7 respostas



### Questão 33

Considera a utilização da Inteligência Artificial na produção de conteúdos jornalísticos?

7 respostas



### Questão 34

Como define a transição digital dos jornais regionais

7 respostas

de qualidade

Ainda muito caminho para percorrer. As notícias locais e regionais devem ter prioridade, não as nacionais só para encher espaço.

Difícil e lenta.

Ainda existe um longo caminho a percorrer.

Um grave problema de sustentabilidade, o aumento de conteúdos e a diminuição de interesse, o fomento do plágio e a banalização da informação cada vez mais falseada

Difícil

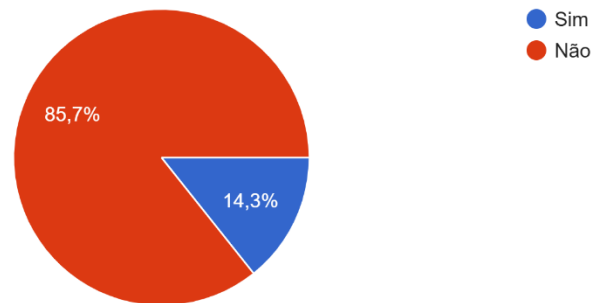
Defino como um ponto positivo para que os utilizadores estejam a par dos conteúdos



### Questão 35

Há pressão no sentido de divulgar notícias positivas de promoção da região?

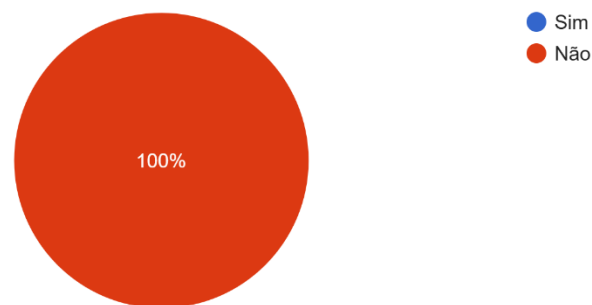
7 respostas



### Questão 36

Faria sentido que cada concelho do distrito tivesse pelo menos um órgão de comunicação social?

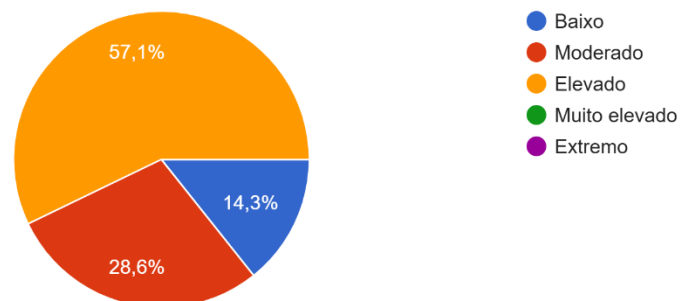
7 respostas



### Questão 37

Classifique o nível de stress associados ao exercício da sua profissão:

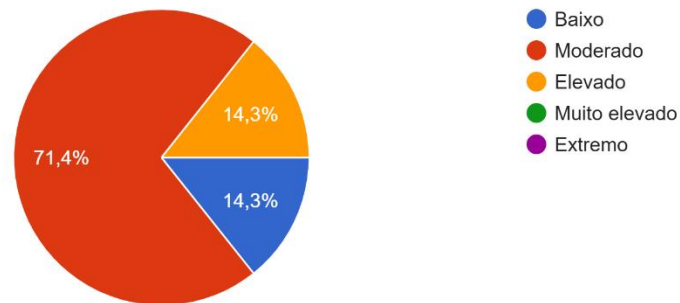
7 respostas



### Questão 38

Classifique o nível de precariedade da sua profissão:

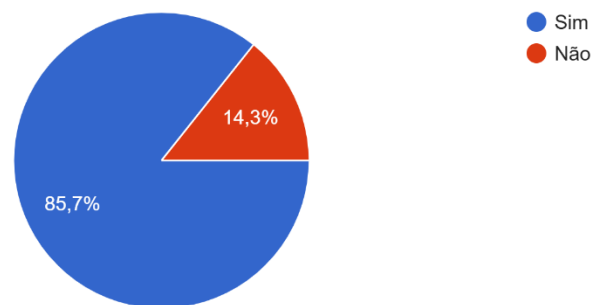
7 respostas



### Questão 39

Considera que a transição digital contribuiu para o aumento da precariedade no jornalismo?

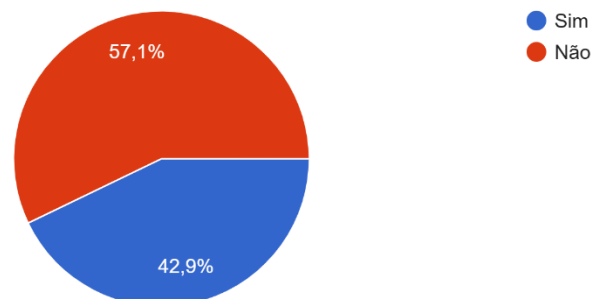
7 respostas



### Questão 40

Está preocupado/a com o futuro da sua carreira profissional?

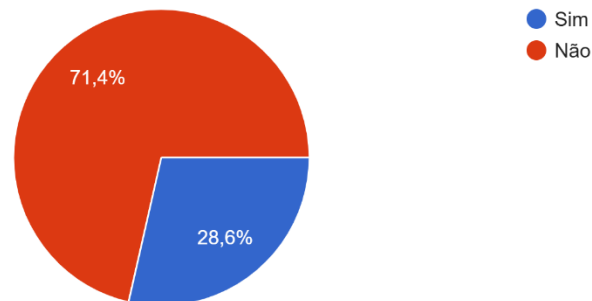
7 respostas



### Questão 41

Aderiu à greve geral convocada pelo Sindicato dos Jornalistas, dia 14 de março de 2024?

7 respostas



### Questão 42

Quais são os meios de subsistência do jornal?

7 respostas

publicidade, assinaturas e vendas

Publicidade|

Como jornal público que é, o Diário do Alentejo subsiste através da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo e de publicidade.

Publicidade e vendas em banca

A venda de publicidade

venda de publicidade

Publicidade, assinaturas

### Questão 43

Que futuro antevê para os jornais regionais?

7 respostas

negro

Difícil. Há um propósito de calar a comunicação de proximidade.

Difícil, muito difícil. Pela desinteresse na leitura de jornais, pela precariedade e redução das redações e, conseqüentemente, pela diminuição da qualidade do trabalho jornalístico.

A edição em papel tenderá a acabar, mas continuarão a desempenhar o seu papel no online. A existência de imprensa regional é fundamental para o desenvolvimento social da respectiva região.

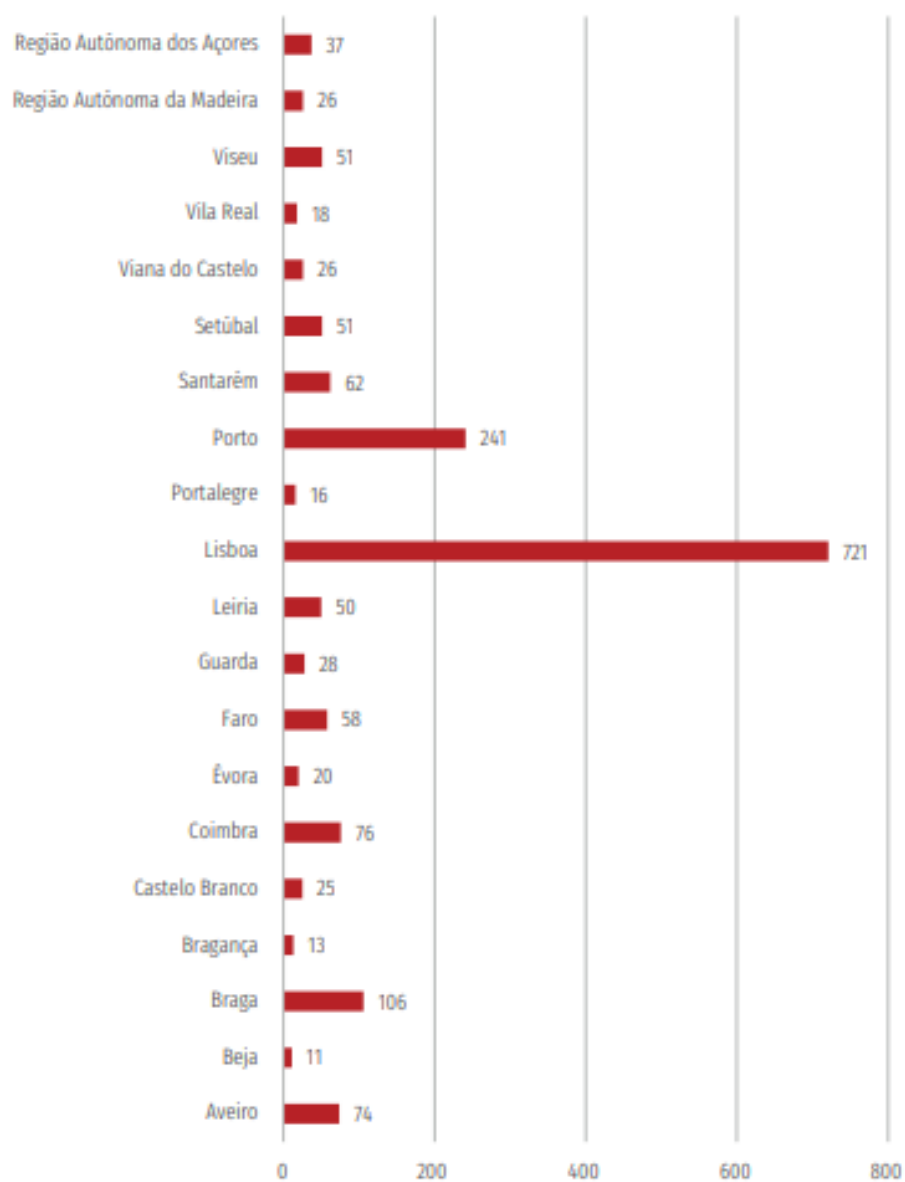
Um futuro sombrio face face à banalização da informação e ao excesso de de "comunicadores" incompetentes que atulham os município e outros organismos, que não sabem sequer escrever ou informar mas que publicam fotografias aos molhos para justificar a sua incompetência e os ordenados que angariaram através de cunha política ou de vias urinárias.

risonho

Eventualmente o seu fim, com a tendência do uso do papel em decréscimo

## Anexo C

### *Publicações registadas na ERC em 2024*



## Anexo D

### Publicações registadas na ERC em 2014

